

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
REDE NACIONAL**

WAGNER SOARES DE ARRUDA

**DADOS ABERTOS GOVERNAMENTAIS: UMA PROPOSTA DE
CLASSIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO PARA ABERTURA
DOS DADOS DE IFES**

**RECIFE
2019**

WAGNER SOARES DE ARRUDA

**DADOS ABERTOS GOVERNAMENTAIS: UMA PROPOSTA DE
CLASSIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO PARA ABERTURA
DOS DADOS DE IFES**

Trabalho de Conclusão Final apresentado ao Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), como um dos pré-requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública

Orientador: Professor Doutor Jorge da Silva Correia Neto

**RECIFE
2019**

WAGNER SOARES DE ARRUDA

**DADOS ABERTOS GOVERNAMENTAIS: UMA PROPOSTA DE
CLASSIFICAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO PARA ABERTURA
DOS DADOS DE IFES**

Trabalho de Conclusão Final apresentado ao Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal Rural de Pernambuco – PROFIAP/UFRPE, como pré-requisito parcial para obtenção do título grau de Mestre em Administração Pública

Orientador: Professor Doutor Jorge da Silva Correia Neto

Aprovado em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jorge da Silva Correia Neto (Orientador)
Universidade Federal Rural de Pernambuco (PROFIAP/UFRPE)

Prof. Dr. Luiz Flavio Arreguy Maia Filho (Examinador Interno)
Universidade Federal Rural de Pernambuco (PROFIAP/UFRPE)

Profa.Dra. Roberta Macêdo Marques Gouveia (Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco (DEINFO/UFRPE)

Profa.Dra. Maria Conceição Melo Silva Luft (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer aquele que é o responsável por minha vida e por minha existência. Agradeço a Deus, pois sem Ele, eu certamente não chegaria a este momento tão importante de minha vida. Agradeço pela inspiração que me deu, diariamente, e permitiu que este momento fosse possível.

À minha família, base e alicerce seguro para os meus planos, força e combustível necessário para os dias mais difíceis. Meus pais, irmãs, sobrinhos e cunhados, cada um de vocês têm um espaço neste momento especial. Porém, gostaria de agradecer, em especial, a minha heroína e amiga, a minha mãe, que sempre esteve me apoiando e segurando à minha mão, cuidando de mim e oferecendo sempre o seu ombro confortável. Obrigado mãe, eu te amo!

Ao meu orientador e amigo Prof. Jorge. Sempre levarei comigo os aprendizados desta caminhada. Muitas vezes eu estava desaminado, cansado pelas atividades constantes, mas você sempre teve as palavras necessárias, que foram verdadeiros combustíveis para prosseguir. Além dos melhores direcionamentos na pesquisa você teve a paciência e o companheirismo como atributos acessórios.

Aos meus amigos que souberam entender as minhas ausências nos encontros programados e por se colocarem sempre à disposição para me ajudar e serem os ombros necessários neste caminho.

Agradeço às equipes da Coordenação de Concessão de Diárias e Passagens (CCDP) e da Pró-Reitoria de Administração (PROAD) da UFRPE, além de serem as minhas equipes de trabalho são também os meus amigos. Obrigado por terem me suportado durante esse período. A compreensão de vocês foi primordial.

Aos professores do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública da UFRPE. O PROFIAP não seria o sucesso que é se não fosse o suporte de vocês. Além de voltados ao exercício da docência, estão sempre atentos para nos direcionarmos.

Aos meus colegas da Turma 2017.1 do PROFIAP. Sempre fomos muito unidos e em todos os momentos de dificuldades lá estávamos unidos. Levem sempre com vocês essa vontade e esse desejo de ajudar ao próximo. Isso foi um dos pontos altos de nossa turma.

A todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a construção deste trabalho e que viabilizaram o alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa. Agradeço imensamente, pois tudo isso fez com que eu chegasse até este momento de minha vida, e que afirmo ter um sabor muito especial, um sabor de realização de um sonho.

Os meus sinceros agradecimentos e que Deus abençoe sempre a cada um de vocês.

Negar o dever de transparência é escancarar as portas para a prática das mais gravosas condutas de corrupção. Na Administração Pública, o que não pode ser visto, via de regra, não pode ser praticado.

Ismar Viana

RESUMO

A gestão pública tem se aproximado cada vez mais de uma gestão de cunho social e sob a ótica de um cidadão cada vez mais atuante, protagonista das ações de interação entre o governo e a sociedade. Nessa perspectiva há uma colaboração mútua na formulação das políticas públicas e nas diversas tomadas de decisão. Assim, fomenta-se e norteia-se os princípios do governo aberto, que coaduna ações voltadas à abertura de dados produzidos no ambiente interno da organização pública, de conhecimento facilitado pela utilização de tecnologias de informação e comunicação, buscando assim a transparência das informações e a participação social cada vez mais ativa. A Lei de Acesso à Informação (LAI), divisor de águas no tocante à transparência de dados públicos, seja na forma ativa ou passiva, trouxe, além do regramento da abertura dos dados públicos à sociedade, a latência do princípio da publicidade na administração pública. Nessa direção, esta pesquisa intentou propor às instituições federais de ensino superior (IFES) um incremento na disseminação de informações nas suas plataformas digitais, a partir de um modelo de classificação e estruturação das bases de dados, aplicando aquelas mais prioritárias ao Plano de Dados Abertos (PDA) pleiteadas pela sociedade civil. Desse modo, foram adotadas técnicas de coleta e análise de dados que objetivaram constatar as obrigações presentes na consecução da transparência ativa, bem como a aplicação dos ditames legais, presentes na LAI, por parte das IFES; identificar quais as bases de dados prioritárias mais demandadas pela sociedade; e alicerçado na validação dos dados catalogados, propor a classificação e a estruturação das bases de dados que podem ser aplicados nas IFES. Neste estudo foi utilizado a estratégia metodológica da pesquisa-ação, tendo em vista a sua aplicabilidade em estudos que intentam dirimir problemas institucionais com base num panorama cooperativo. Nesse caso, foram produzidos a pesquisa documental, o levantamento bibliográfico, a análise de conteúdo, a triangulação dos dados e o grupo focal, e assim foram processadas as fases de coleta e de análise dos dados, buscando identificar o cumprimento das obrigações da transparência ativa pelas IFES. Complementarmente, foram identificadas as bases de dados mais frequentes, abertas nos *sites* das IFES, e disponibilizadas no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no Painel de Monitoramento de Dados Abertos da Controladoria-Geral da União (CGU). Essas bases foram analisadas por um grupo de especialistas no tema abordado, o grupo focal, a fim de produzir uma proposta de classificação e estruturação para abertura dos dados de IFES, em especial da UFRPE.

Palavras-chave: Governo aberto. Gestão societal. Lei de acesso à informação. Transparência ativa. Dados abertos governamental. Instituições federais de ensino superior.

ABSTRACT

Public management has been increasingly approaching social management from the perspective of a leading citizen interacting with government and society. In this perspective, there is a mutual collaboration in the formulation of public policies and in many decision-making opportunities. Thus, the principles of open government are fomented and guided, which combines actions oriented to opening data produced in the internal environment of the public organization, access to knowledge facilitated by the use of information technology and communication, therefore, seeking for information transparency and social participation ever more active. The Access to Information Law (LAI), a new standard regarding to the transparency of public data, whether in active or passive form, brought, in addition to the rule of openness of public data to society, public awareness of the principle of publicity in public administration. Accordingly, this research proposes to the Higher Education Federal Institutions (IFES) an increase in dissemination of information on their electronic sites, from a model of classification and structuring of databases, applying the most priority information to the Open Data Plan (PDAs) claimed by civil society. Thus, data collection and analysis techniques were adopted in order to: verify the obligatory nature of active transparency, defined in LAI, that were most frequently made available by IFES; identify which datasets the society prioritizes; and grounded in the validation of the catalogued data, design a model to be applied by IFES. The study used the action-research methodological strategy. We collected documents (from IFES websites) and interviewed experts in issues related to “open data”. These data were processed through content analysis and focus groups meetings. Our findings pointed out the most frequently databases / data sets made available on IFES sites, on the Brazilian Open Data Portal and on the Open Data Monitoring Panel of the Federal General Controllershship (CGU). This dissertation thesis offered a proposal to classify and structure a model for the opening of the IFES data and pointed out future research.

Keywords: Open government. Societal management. Access to information law. Active transparency. Open government data. Higher education federal institution.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 (1) - Temas importantes apontados no referencial teórico.....	22
Figura 2 (1) – Procedimentos metodológicos empregados	23
Figura 3 (2) - Leis que regem os Dados Abertos segundo David Eaves	27
Figura 4 (2) - As cinco estrelas dos Dados Abertos por Tim Berners-Lee	29
Figura 5 (2) - Constituição Federal destaca o acesso à informação pública.....	37
Figura 6 (2) - O acesso à informação, a transparência ativa e o cidadão	38
Figura 7 (2) - Portais e Sistemas utilizados na produção e transparência de informações.....	40
Figura 8 (2) - Quadro de representação da estrutura de governança do PDA do MPDG	42
Figura 9 (3) - Desenho da Pesquisa	53
Figura 10 (4) - Disponibilização dos Dados Abertos pelo Portal Brasileiro de Dados Abertos	59
Figura 11 (4) - Apresentação dos dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos	60
Figura 12 (4) – Status do Monitoramento das Bases de Dados.....	60
Figura 13 (4) - Status dos PDAs segundo o Painel de Monitoramento de Dados Abertos	62
Figura 14 (4) - Distribuição de Universidade por Região do Brasil.....	63
Figura 15 (4) - Representação gráfica da disponibilidade do PDA pelas IFES do Brasil	65
Figura 16 (4) - Representação gráfica da disponibilidade do PDA das IFES por região brasileira	65
Figura 17 (4) - Disponibilização de Informação de Órgão sem PDA - UFAC	68
Figura 18 (4) - Disponibilização de Informação de Órgão sem PDA – UFAC	68
Figura 19 (4) - Disponibilização de Informação do PDA por sites distintos - UFPI	69
Figura 20 (4) - Disponibilização de Informação de PDA em construção - UFRPE.....	70
Figura 21 (4) - Disponibilização dos Dados abertos da UNIVASF - Painel de Monitoramento da CGU	71
Figura 22 (4) - Disponibilização dos Dados abertos da UNIVASF – Portal Brasileiro de Dados Abertos	71
Figura 23 (4) - Disponibilização dos Dados abertos da UNIVASF – site da UNIVASF.....	71
Figura 24 (4) - Etapas da análise de conteúdo Fonte: adaptado de Bardin (1979).....	74
Figura 25 (4) - Processo de alimentação das bases de dados das IFES no Atlas.ti	76
Figura 26 (4) - Apresentação dos Códigos inseridos a priori no Atlas.ti	77
Figura 27 (4) - Apresentação das Bases de Dados em Rede	78
Figura 28 (4) - Frequência das bases de dados pelas IFES - Nuvem de palavras	79
Figura 29 (4) - Bases de dados - Código Administrativo	81
Figura 30 (4) - Bases de dados - Código Assistência Estudantil.....	83
Figura 31 (4) - Bases de dados - Código Biblioteca.....	84
Figura 32 (4) - Bases de dados - Código Comunicados	84
Figura 33 (4) - Bases de dados - Código Concursos	85
Figura 34 (4) - Bases de dados - Código Contratos e Convênios.....	87
Figura 35 (4) - Bases de dados - Código Despesas e Orçamentos	89
Figura 36 (4) - Bases de dados - Código Documentos	90
Figura 37 (4) - Bases de dados - Código Ensino	95
Figura 38 (4) - Bases de dados - Código Extensão	97
Figura 39 (4) - Bases de dados - Código Institucional	99
Figura 40 (4) - Bases de dados - Código Ouvidoria	100
Figura 41 (4) - Bases de dados - Código Patrimônio	101
Figura 42 (4) - Bases de dados - Código Pesquisa e Pós-Graduação	104
Figura 43 (4) – Bases de dados - Código Pessoas	107
Figura 44 (4) - Bases de dados - Código Processos	108
Figura 45 (4) – Bases de dados - Código <i>a priori</i> – Densidade	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 (2) - 8 Princípios dos Dados Abertos	26
Quadro 2 (2) - Efeitos dos dados abertos governamentais nas Políticas Públicas	28
Quadro 3 (2) - Síntese do Sistema das cinco estrelas dos Dados Abertos.....	31
Quadro 4 (2) - Normativos sobre dados abertos no Brasil	32
Quadro 5 (2) - Sobre a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.....	33
Quadro 6 (2) - Portal Brasileiro de Dados Abertos – Dados por Organizações.....	34
Quadro 7 (2) - Portal Brasileiro de Dados Abertos – Grupos Temáticos.....	34
Quadro 8 (2) - Portal Brasileiro de Dados Abertos - Educação – Por Organizações	35
Quadro 9 (2) - Acórdão TCU 3022/2015 e a abertura de dados pelo MEC	45
Quadro 10 (2) - Dados abertos na UFRPE	50
Quadro 11 (3) – Estrutura Organizacional da UFRPE e suas atividades	54
Quadro 12 (3) - Processo de coleta de dados vinculado aos objetivos específicos	56
Quadro 13 (4) - Sítios eletrônicos para levantamento das Bases de Dados na Análise de Conteúdo.....	57
Quadro 14 (4) - Apresentação dos PDAs nas IFES brasileiras	63
Quadro 15 (4) - Porcentagem de abertura das bases de dados pelas IFES e status do PDA....	66
Quadro 16 (4) - Apresentação dos dados abertos da UNIVASF – Bases de Dados	72
Quadro 17 (4) - Etapas do processo de AC desta pesquisa	74
Quadro 18 (4) - Codificação das IFES para Análise de Conteúdo – IFES com PDA.....	76
Quadro 19 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES - Administrativo	80
Quadro 20 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES – Assistência Estudantil.....	81
Quadro 21 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES - Biblioteca.....	83
Quadro 22 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES - Comunicados ..	84
Quadro 23 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES - Concursos	85
Quadro 24 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES – Contratos e Convênios	86
Quadro 25 (4) – Codificação e Categorização das bases de dados das IFES – Despesas e Orçamentos.....	87
Quadro 26 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES - Documentos	89
Quadro 27 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES - Ensino	90
Quadro 28 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES - Extensão.....	95
Quadro 29 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES - Institucional	97
Quadro 30 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES - Ouvidoria	99
Quadro 31 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES - Patrimônio	100
Quadro 32 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES – Pesquisa e Pós-Graduação.....	101
Quadro 33 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES - Pessoas.....	104
Quadro 34 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES - Processos	107
Quadro 35 (4) - Proposta de Catalogação das Bases de Dados abertos da UFRPE	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBG – Clínica de Bovinos de Garanhuns
CF/88 – Constituição Federal
CSV - *Comma Separated Value* – Valores Separados por Vírgulas
CTDA – Comitê de Transparência e Dados Abertos
CTI – Comitê de Tecnologia da Informação
EAI – Estação de Agricultura Irrigada em Ibimirim
EAIP – Estação de Agricultura Irrigada em Parnamirim
EECAC – Estação Experimental de Cana-de-açúcar
EEPAC – Estação Experimental de Pequenos Animais
EET – Estação Ecológica do Tapacurá
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
e-GOV – Governo Eletrônico
GA – Governo Aberto
GT – Grupo de Trabalho
IF's - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IGC – Índice Geral de Cursos
IGG - Índice Integrado de Governança e Gestão Pública
INDA – Infraestrutura Nacional de Dados Abertos
INDE – Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LAI – Lei de Acesso à Informação
LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
MEC – Ministério da Educação
MPDG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
OE – Objetivos Específicos
OGD - *Open Government Data* – Dados Abertos governamentais
OGP – *Open Government Partnership* – Parceria para Governo Aberto
OL – *Open License* – Licença Aberta
PDAMEC – Plano de Dados Abertos do Ministério da Educação
PDF - *Portable Document Format*
PEI – Planejamento Estratégico Institucional
PGD – Política de Governança Digital
PME – Programa Mais Educação
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento
PROUNI – Programa Universidade para Todos
RS – Revisão Sistemática
RUF – Ranking Universitário Folha
SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SI – Sistema de Informação
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SISU – Sistema de Seleção Unificada
TAE – Técnico Administrativo em Educação
TCU – Tribunal de Contas da União
TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

UACSA – Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho

UAG – Unidade Acadêmica de Garanhuns

UAST – Unidade Acadêmica de Serra Talhada

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

W3C - *World Wide Web Consortium*

WWW – *World Wide Web*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA	18
1.2 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DE PESQUISA	19
1.3 OBJETIVOS	21
1.3.1 Objetivo Geral	21
1.3.2 Objetivos Específicos	21
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	22
2 REVISÃO DA LITERATURA	24
2.1 GESTÃO SOCIETAL	24
2.2 DADOS ABERTOS GOVERNAMENTAIS	26
2.2.1 Efeitos dos dados abertos governamentais diante das políticas públicas	27
2.2.2 Legislação Aplicada à Política de Dados Abertos	31
2.3 A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	36
2.4 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	39
2.4.1 Curadores Informacionais	41
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	43
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	43
3.2 LÓCUS DA PESQUISA	45
3.3 COLETA DE DADOS – PARTE 1	47
3.4 COLETA DE DADOS – PARTE 2	49
3.5 ANÁLISE DE DADOS PARTES 1 e 2	50
3.6 DESENHO DA PESQUISA	51
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	54
4.1 POLÍTICA DOS DADOS ABERTOS NO MEC E NA UFRPE	55
4.2 DADOS ABERTOS NOS SÍTIOS ELETRÔNICOS DAS INSTITUIÇÕES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL E DAS IFES E O LEVANTAMENTO DOS PDAS ...	59
4.2.1 Dados gerais apresentados pelas IFES	62
4.2.2 Instituições Federais de Ensino Superior que não apresentaram o Plano de Dados Abertos	68
4.2.3 Instituições Federais de Ensino Superior que apresentaram o Plano de Dados Abertos em Desenvolvimento	69
4.2.4 Instituições Federais de Ensino Superior com Plano de Dados Abertos	70
4.3 LEVANTAMENTO E DISPONIBILIZAÇÃO DAS BASES DE DADOS ABERTOS E A PRIORIZAÇÃO DESSAS BASES PELAS IFES	73
4.3.1 Análise de Conteúdo como estratégia complementar para o fortalecimento e a identificação das bases de dados abertos disponibilizadas pelas IFES	73
4.3.2 Bases de dados abertos – Códigos	77
4.3.3 Análise das Bases de Dados Abertas pelas IFES	79
4.4 PROPOSIÇÃO DE CATALOGAÇÃO DAS BASES DE DADOS PARA A ABERTURA DOS DADOS PELA UFRPE	110
4.4.1 Proposta de Catalogação das bases de dados para abertura dos dados pela UFRPE	110
4.5 VALIDAÇÃO DA PROPOSIÇÃO DAS BASES DE DADOS PRIORIZADAS À ABERTURA	113
4.5.1 Proposta e Validação	114
5 CONCLUSÕES	116

5.1 VERIFICAÇÃO DOS OBJETIVOS DA PESQUISA	117
5.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	119
5.3 SUGESTÕES DE PESQUISAS FUTURAS.....	120
5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	123
APÊNDICES	128

1 INTRODUÇÃO

Contemporaneamente, diversas atividades realizadas pela administração pública são gerenciadas e comandadas por algum sistema de informação. Essa tendência fomenta a criação de uma grande quantidade de dados que pode ser empregada como fontes de informações voltadas à transparência pública. Neste sentido, ao longo dos anos tem-se percebido uma interação entre o governo e os governados, direcionada às ações políticas e de gestão pública, aglutinadas à promoção da transparência (YU; ROBINSON, 2012).

Nessa perspectiva podemos destacar que, sobre os dados públicos, o fator que incentivou a propagação dos portais de transparência pública no Brasil foi a publicação da Lei nº 12.527/2011, a Lei de Acesso à Informação, conhecida como LAI, que ratificou o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou dispositivos que passaram a oportunizar às pessoas físicas e/ou jurídicas, o conhecimento de informações da administração pública que antes permaneciam internalizadas nos órgãos.

Além disso, outro ponto importante observado é que os bancos de dados que, a princípio eram uma exclusividade de grandes instituições, passaram por um processo de popularização e democratização. Vale ressaltar ainda que a disseminação da Internet tem propiciado o acesso aos portais de transparência governamental, que se tornam imprescindíveis ferramentas de consolidação e desenvolvimento da democracia. Esses portais facilitam a obtenção de dados governamentais, fornecendo um vultoso poder de análise e controle aos cidadãos e permitindo o acompanhamento da alocação dos recursos públicos, assim como a atuação dos seus representantes políticos.

Esses bancos de dados são operacionalizados a partir de complexos sistemas de informação (SI) que, segundo O'Brien (2004, p. 6), comportam um “conjunto organizado de pessoas, *hardware*, *software*, redes de informação e recursos de dados que coleta, transforma e dissemina informação em uma organização”. Além disso, como apontam Laudon e Laudon (2004), os SI podem ser entendidos como um conjunto de componentes inter-relacionados que objetivam a coleta, o processamento, a armazenagem e a distribuição de informações destinadas a apoiar a tomada de decisões, a coordenação e o controle de uma organização.

Outro aspecto importante a ser considerado é o acesso a esses bancos de dados. Há que se registrar uma maior facilidade de acesso às informações públicas por parte da sociedade civil,

haja vista a disponibilidade crescente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e o seu uso intenso. Uma pesquisa do Comitê Gestor de Internet no Brasil tratou sobre o uso das TIC no setor público brasileiro e pontuou que

A intensiva adoção das tecnologias da informação e comunicação (TIC) por parte dos órgãos governamentais está fortemente apoiada na estruturação dos programas de governo eletrônico (e-Gov), que surgem com o objetivo de fomentar a modernização da administração pública. É cada vez mais difundida entre os gestores públicos a percepção de que essas políticas públicas podem gerar impactos positivos nas dimensões econômica, social e política e favorecer o melhor desempenho da máquina governamental e maior interação entre o setor público e a sociedade (COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2014, p. 25).

No presente estudo o foco do governo eletrônico (e-Gov) reside na prestação de contas e na transparência, e está norteado por dados que permitem a fiscalização e o esclarecimento, bem como a verificação e o controle por parte da sociedade. Além disso, baseia-se nas necessidades e interesses do cidadão comum ou do próprio governo, gerador dos dados.

Na Declaração de Governo Aberto (2011), assinada em favor da abertura dos dados governamentais e com a pretensão de fomentar práticas voltadas à transparência governamental, bem como do acesso à informação pública e participação da sociedade, a Open Government Partnership (OGP), ou Parceria para Governo Aberto, formada inicialmente por um grupo de oito países (África do Sul, Brasil, Estados Unidos, Filipinas, Indonésia, México, Noruega e Reino Unido) destacou que as novas TIC oferecem oportunidades para compartilhamento de informações, participação pública e colaboração (OGP, 2011).

Pontuou ainda que se faz necessário identificar práticas eficazes, bem como abordagens inovadoras, a fim de alavancar novas tecnologias que visem a capacitação de pessoas e a promoção da transparência governamental. Atualmente no grupo, integram a parceria para o governo aberto 79 países (OGP, 2019).

Rodrigues e Sant'Ana (2012) destacam ainda o volume de dados disponíveis através da infraestrutura da rede mundial de computadores, que aumentou de forma bastante expressiva devido a alguns fatores, tais como o barateamento de computadores e dos dispositivos de armazenamento, além do próprio desenvolvimento e crescimento das TIC.

Inúmeras são as atividades que demandam dados e informações públicas aos diversos portais do governo, porém esses são disponibilizados, muitas vezes, sem ferramentas adequadas ou de forma passiva e desordenada à sociedade, impossibilitando uma maior celeridade na tramitação das ações públicas frente à formatação dos documentos gerados por aquelas organizações.

Assim, para que seja possível a ampliação do acesso à informação e transparência de dados públicos, são necessárias inovações em diversas áreas e o incentivo ao uso das tecnologias, a fim de que haja uma conexão das práticas à transparência governamental.

Dessa forma, conforme destaca o Manual dos Dados Abertos (W3C, 2011), é possível perceber um progresso em diversas áreas e atividades que estão agregando valor, a partir dos dados abertos, dentre as quais destacam-se a transparência e o controle democrático, a participação popular, o empoderamento dos cidadãos, os melhores produtos, os novos produtos e os serviços privados, a inovação, a melhora na eficiência de serviços governamentais, a melhora na efetividade de serviços governamentais, a medição do impacto das políticas e o conhecimento do novo a partir da combinação de fontes de dados e de padrões.

Outro ponto destacado pelo Manual dos Dados Abertos (W3C, 2011) é a importância desses dados para a tomada de decisão pela população. Segundo o Manual, há uma linha tênue entre os dados abertos, criados pela esfera pública, e a possibilidade que esses dados possuem de ajudar as pessoas nessa tomada de decisões.

Dada a importância da abertura dos dados governamentais à sociedade civil, pode-se elencar diversos aplicativos e *sites*, criados por alguns países e citados no Manual supramencionado, que fomentam interação e participação mais efetiva entre o cidadão e o Estado. A saber, na Dinamarca, o aplicativo *Find Toilet* mostra em um mapa todos os banheiros públicos disponíveis no país. Esse projeto possibilita que pessoas com certos problemas de saúde saiam de casa com maior frequência (W3C, 2011, p. 9).

Há na Holanda o *site Vervuilings Alarm*, que notifica, através de uma mensagem quanto à qualidade do ar e a sua aproximação de alcance a um nível prejudicial. Na Alemanha há um aplicativo que indica locais para estabelecer moradia de acordo com algumas características filtradas e estabelecidas, tais como o tempo de deslocamento até o local de trabalho, os custos das residências e a beleza da região. Esses são apenas alguns exemplos de serviços que fazem o uso de dados abertos (W3C, 2011, p. 9).

No contexto brasileiro podemos citar alguns aplicativos utilitários que foram criados a partir de dados abertos: Reputação S.A., Reclamações Procon, Reclamações BR, Para onde foi o meu dinheiro, Onde acontece, Aeroportos Brasil, Siga seu vereador, Radar Parlamentar, Fala, Câmara, Basômetro e Painel do PAC (BRASIL, 2018d).

Essa iniciativa tem como pilares de sustentação a transparência, a credibilidade, a prestação de contas (*accountability*) e a participação, trazendo novas visões e serviços sobre os

dados públicos, bem como uma maior interação e atuação da sociedade junto ao governo (BRASIL, 2018d).

No tocante ao campo empírico da pesquisa, a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) destacou em seu *site* o intuito de colaborar com o aprimoramento dos resultados institucionais e do incentivo ao desenvolvimento da cultura da transparência na administração pública. Destacou ainda que, em cumprimento às recomendações da Política de Dados Abertos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), através da Portaria nº 370, de 04 de julho de 2016 e da LAI, foram criados diversos relatórios com dados da Instituição.

Por fim, enfatiza ainda que não foram publicados relatórios em que constem informações pessoais, a fim de que haja a garantia da preservação da identidade, conforme recomenda a LAI (UFRPE, 2018).

O artigo 8º da LAI, que além de estabelecer o que é a Transparência Ativa, destaca o que vem a ser o dever dos órgãos e das entidades públicas a respeito do acesso à informação, e delimita um rol de informações mínimas que deverão ser objeto de iniciativas de transparência pública (BRASIL, 2011b), quais sejam (§ 1º do art. 8º):

I – registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público; II – registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; III – registros das despesas; IV – informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados; V – dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e VI – respostas a perguntas mais frequentes da sociedade (BRASIL, 2011b, on-line).

A transparência ativa fomenta ações de abertura dos dados internos da organização, e tem o seu papel de importância nesta pesquisa, tendo em vista a grande contribuição no desenvolvimento de políticas públicas, conforme dados supramencionados.

Contudo, faz-se necessário ressaltar que, embora seja o tema de grande relevância à sociedade, há por parte das instituições públicas e, em específico, pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), dificuldades na implementação da transparência ativa e da abertura dos dados internos, à luz da LAI, por conta da complexidade organizacional existente em seus diversos aspectos: estruturais, humanos, financeiros e tecnológicos (BELINSKI, 2017, p. 12).

Além da infraestrutura tecnológica, estrutural e financeira, é importante o cuidado com o fator humano, que será fundamental para a sustentação e a alimentação frequente dos dados nos portais institucionais, bem como a consequente abertura desses dados à sociedade civil.

De acordo com o Plano de Dados Abertos (PDA) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), estrutura que ao longo da pesquisa passou a integrar o Ministério da Economia, os responsáveis setoriais, encarregados de coordenar os processos de abertura de dados das respectivas unidades são denominados de “curadores” e o local responsável pela avaliação da qualidade e persistência dos dados publicados denomina-se “curadoria” (MPDG, 2014, on-line). Sobre o curador e o local específico para tratamento dos dados institucionais, trataremos em seção específica adiante.

Assim, o estudo elucida como estão sendo tratados e disponibilizados os dados abertos das IFES, em especial, da UFRPE, além de números e pontos específicos desse tema.

Ademais, o estudo tem o intuito de analisar, no contexto das IFES, acompanhado pelo Portal de Monitoramento de Dados Abertos da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Portal Brasileiro de Dados Abertos, a abertura de dados à sociedade, a fim de que se faça valer o que preconiza a LAI, que evidenciou a importância da divulgação de forma ativa dos dados criados pelos órgãos públicos.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

IFES são entidades ligadas ao Ministério da Educação (MEC), fazem parte da administração pública indireta e são categorizadas como autarquias, conforme o Art. 37 da Constituição Federal do Brasil (CF, 1988). Assim sendo, estão obrigadas a divulgar os dados produzidos internamente na organização, como preceitua o Art. 8º da LAI, cujo destaque será feito em seção específica desta pesquisa.

Dessa forma, esta pesquisa teve como delimitação a transparência ativa de dados abertos governamentais frente à Lei de Acesso à Informação e às inovações e recursos tecnológicos existentes. Além disso, esse tema está limitado ao contexto do estudo de caso da UFRPE, sob o aspecto propositivo de solução tecnológica, mas com espectro ampliando enquanto solução estruturadora e modelar.

Dentre as IFES observadas nesta pesquisa, interessou ao pesquisador, como campo de estudo, tratar da UFRPE, tendo em vista a priorização direcionada pelo Programa de Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), que possibilitou a proposição deste produto.

A Instituição tem 106 anos e oferta 55 cursos de graduação, 56 cursos de pós-graduação, incluindo mestrados e doutorados, distribuídos no *campus* do Recife e nas Unidades

Acadêmicas de Garanhuns (UAG), de Serra Talhada (UAST) e do Cabo de Santo Agostinho (UACSA), além de Educação a Distância (UFRPE, 2018).

Pontua-se ainda que, no aspecto de capital humano, a UFRPE compõe-se de aproximadamente 1.200 professores, mais de mil técnicos e cerca de 15 mil estudantes de graduação e pós-graduação (UFRPE, 2018).

Ainda sobre essa instituição, destaca-se que ela consta no *Ranking* Universitário Folha (RUF) e foi avaliada entre as 100 melhores Universidades do país, ocupando a 68ª posição no *ranking* e nota 4, em uma escala que vai de 1 a 5, no Índice Geral de Cursos (IGC) do Ministério da Educação (MEC) segundo o Ranking Universitário Folha (RUF, 2017). Dentre as grandezas analisadas estão as seguintes: pesquisa, ensino, mercado, internacionalização e inovação, além da nota IGC.

Em recente divulgação pelo Tribunal de Contas da União (TCU), referente ao Índice Integrado de Governança e Gestão Pública (IGG), dentre as 117 Instituições de Ensino, a UFRPE foi a bem mais avaliada no estado de Pernambuco, ficando ainda com a 3ª colocação na região nordeste e a 8ª posição nacional (TCU, 2019, on-line). Esses dados completam o interesse e o foco de análise pela pesquisa.

Complementarmente, elucida-se que dentre os indivíduos envolvidos nesta pesquisa e com os quais foram feitas as proposições de desenvolvimento do estudo, destacam-se: servidores técnicos administrativos, servidores docentes e gestores públicos, bem como a sociedade civil externa à Instituição. Este último grupo é de grande interesse para a criação da proposta de abertura de dados, a fim de fomentar, de forma ativa, a efetiva divulgação dos dados institucionais.

1.2 JUSTIFICATIVA E PROBLEMA DE PESQUISA

Através do modelo de gestão societal (PAES DE PAULA, 2005) e da abertura de acesso às informações e aos dados públicos podemos verificar o que se denominou de governo aberto, conforme explanação adiante. Essa estrutura incentiva a participação popular e a transparência das ações voltadas à gestão pública, como enfatizam Zorzal e Rodrigues (2015), haja vista que entre o que se diz e o que se faz há um distanciamento latente, entre o que se pretende fazer para o alcance de um governo aberto e como, de fato, ele tem se estabelecido.

Tal distanciamento torna ainda mais necessárias à implementação e a discussão do tema, a fim de que haja a transparência daquilo que é produzido dentro de uma instituição pública e essa transparência seja traduzida em acesso à informação.

A partir da LAI surge a obrigatoriedade da divulgação de informações por parte dos órgãos da administração pública e essa divulgação deve ocorrer tanto de forma passiva, quando a instituição recebe o pedido de informação sobre determinado dado internamente produzido, quanto de forma ativa, quando espontaneamente a instituição divulga os seus dados (BRASIL, 2011b). Ademais, a LAI destaca que os órgãos e entidades públicas possuem liberdade para classificar quais são as principais informações demandadas pela sociedade e que devem ser abertas sem restrição.

Não obstante, há alguns elementos dificultadores da ampla divulgação dos dados internos, produzidos pela organização, que vão além da estrutura organizacional e dos seus processos de desenvolvimento de atividades laborais cotidianas. Há a necessidade de mão de obra especializada que possua capacidade técnica para trabalhar com o recebimento dos pedidos de informações e, além disso, há a necessidade de disposição de ferramentas tecnológicas para tratamento e divulgação desses dados.

Há pelo menos três décadas Jambeiro (1998, p. 7) seguia nessa linha de pensamento e pontuava que

A sociedade e o mercado exigem hoje, contudo, profissionais adequadamente preparados, com a necessária chancela do sistema de ensino superior brasileiro, e capazes de gerir, tratar e disseminar a informação, utilizando plena e convergentemente as conquistas tecnológicas do ser humano nos setores de informática, comunicações e eletrônica.

Esse mesmo autor ratifica em seu estudo que se deve “combinar competência de gerenciamento e tratamento de informações com o domínio de uso das tecnologias de comunicações e eletrônica” (JAMBEIRO, 1998).

A respeito da mão de obra especializada e da capacidade técnica para se trabalhar os dados que devem ser abertos à sociedade, há um perfil específico, estabelecido na figura do curador (MPDG, 2014, on-line). Tal processo de tratamento dos dados, a partir de uma mão de obra específica e da utilização de ferramentas tecnológicas, denomina-se de curadoria digital de dados (SAYÃO; SALES, 2014, p. 81).

No PDA, na seção denominada de Sustentação, há descritas as atividades estabelecidas ao curador e ao processo de curadoria. O PDA é um documento norteador, voltado às ações de implementação e promoção da abertura de dados (MPDG, 2014, on-line). Assim, com base no PDA, cada instituição é responsável pela designação de uma Comitê de Transparência e Dados Abertos (CTDA), que tratará, no âmbito interno, além da construção do seu próprio PDA, das ações voltadas à temática de Dados Abertos e do cumprimento das determinações legais da LAI (MPDG, 2014, on-line).

Nesse contexto surgiu a seguinte indagação: como a UFRPE, frente à LAI e ao seu Plano de Dados Abertos, poderá melhor classificar e fomentar a transparência ativa desses dados?

Para responder a essa questão pontuaremos, ao longo da pesquisa, uma proposta para estruturação e definição das bases de dados internos produzidos, com o fito de divulgação contínua de informação, no sentido de fazer cumprir os ditames descritos na LAI e fomentando o crescimento da transparência ativa institucional.

Além da importância do tema, o estudo justifica-se em virtude da necessidade crescente da transparência ativa e do acesso à informação pública, diante das inúmeras inovações tecnológicas existentes e do anseio de informação pelo cidadão das ações públicas desenvolvidas pelo Estado.

Por fim, após verificar a disponibilidade do PDA da UFRPE e não encontrar disponível em seu sítio eletrônico, mas ter a informação de que o documento está em processo de elaboração, quando investigado no Painel de Monitoramento de Dados Abertos da CGU, buscou-se construir essa pesquisa na tentativa de contribuir com as demandas de estruturação das bases de dados que deverão ser abertas pela UFRPE, a partir de priorização das bases de dados destacadas em seu PDA. Ademais, buscar-se-á ratificar a importância junto à comunidade acadêmica da UFRPE, servidores técnicos administrativos e servidores docentes, discentes e os demais componentes da sociedade civil.

1.3 OBJETIVOS

Esta seção apresenta os objetivos geral e específicos pontuados no desenvolvimento do estudo em tela.

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do estudo é propor a classificação e a estruturação das bases de dados abertos para Instituições Federais de Ensino Superior.

1.3.2 Objetivos Específicos

Com a finalidade de alcançar o objetivo geral supra proposto foram delimitados os seguintes objetivos específicos (OE), imersos no universo da UFRPE:

1. Identificar no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no Portal de Monitoramento de Dados Abertos quais as bases de dados das IFES foram disponibilizadas à sociedade;
2. Identificar nas páginas das IFES as atuais ofertas de dados abertos;
3. Identificar a política dos Dados Abertos no âmbito do MEC e da UFRPE;

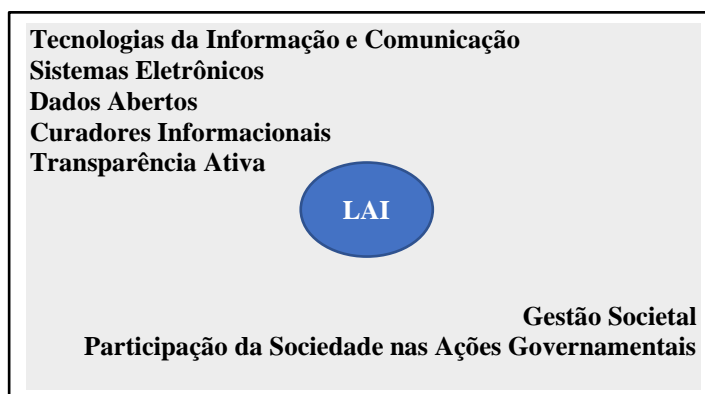
4. Propor a disponibilização dos dados abertos seguindo a ordem de prioridade estabelecida neste estudo via consulta pública; e
5. Validar a proposta de classificação e estruturação.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O primeiro capítulo deste estudo demonstra o ambiente no qual esta pesquisa está incorporada. A começar da literatura foi delimitado o tema e, subsequentemente o problema de pesquisa foi definido. Em seguida foram estabelecidos o objetivo geral e os objetivos específicos que regem este estudo. Por fim, foi apontada a justificativa que ratificou a relevância desta pesquisa.

No segundo capítulo estão apresentados os principais elementos agregados ao tema e representado na Figura 1 de maneira objetiva e com os seus contextos relacionados

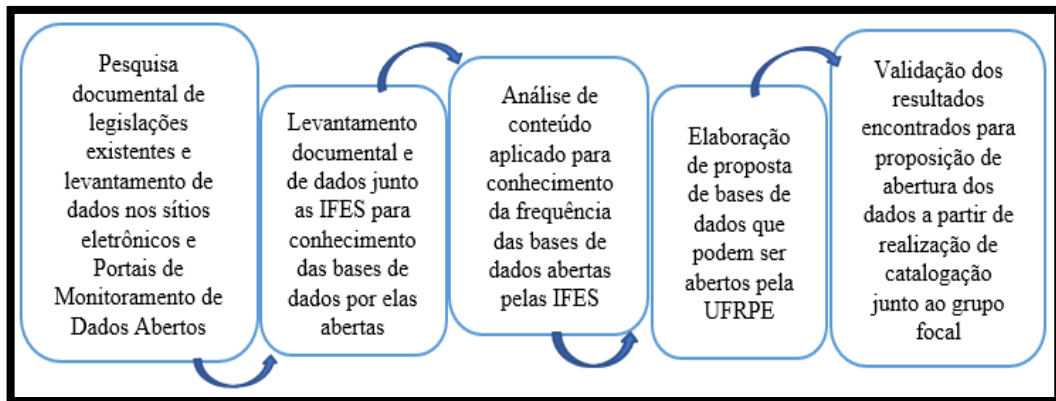
Figura 1 (1) - Temas importantes apontados no referencial teórico



Fonte: elaborado pelo autor (2019)

No terceiro capítulo são demonstrados os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa, pontuando as técnicas utilizadas desde a coleta à análise dos dados, que fundamentaram os resultados encontrados com o fito no alcance do objetivo proposto. Na Figura 2 está demonstrado, de forma objetiva, o caminho percorrido.

Figura 2 (1) – Procedimentos metodológicos empregados



Fonte: elaborado pelo autor (2019)

No quarto capítulo foram demonstrados os resultados encontrados a partir dos procedimentos metodológicos empregados, ratificados pelo embasamento teórico discutido nesse estudo e convergindo para uma proposta de classificação e estruturação da abertura de dados das IFES, e em particular da UFRPE.

Por último, no quinto capítulo são apresentadas as conclusões, pontuando de forma sumária o alcance dos objetivos específicos, as limitações do estudo, bem como a indicação de pesquisas futuras e as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O presente capítulo visa apresentar um quadro geral de suporte teórico da pesquisa desenvolvida, subsidiando cientificamente sua realização. O tema de que trata a pesquisa, direcionado aos Dados Abertos Governamentais na UFRPE, pretende elucidar tópicos de extrema importância, tanto à organização citada quanto à sociedade civil.

A primeira seção destaca o modelo de Gestão Societal, proposto por Paes de Paula (2005), e como se dá a sustentação de ações públicas direcionadas à sociedade.

Na segunda seção é observada a cronologia e as características apresentadas dos Dados Abertos Governamentais, bem como os fatores que impulsionaram a abertura e o seu desenvolvimento dentro da esfera pública brasileira. Além disso, os efeitos dos dados abertos governamentais sobre as políticas públicas e a legislação aplicada e direcionada à política dos dados abertos.

Na terceira seção é abordada a transparência dos dados públicos à luz da Lei de Acesso à Informação (LAI), bem como o cumprimento legal da disponibilização de dados abertos à sociedade civil.

Por fim, na quarta seção são demonstrados o uso dos sistemas eletrônicos e as TIC, e como eles possibilitaram o fomento de uma sociedade cada vez mais ativa e voltada à participação e, de certa forma, ao controle na Administração Pública e de suas ações. Também é pontuada a figura do curador informacional e suas atividades como suporte para conhecimento dos dados que podem ser abertos pela instituição.

2.1 GESTÃO SOCIETAL

Para melhor entender como se dá o processo de participação da população junto às ações públicas direcionadas pelo governo à sociedade civil, e no que tangencia a temática deste estudo, optou-se pela abordagem da linha teórica do modelo conhecido como modelo Gestão Societal, proposto por Paes de Paula (2005) em seus estudos.

Diante da concepção das mudanças geradas pela mobilização social, diversas transformações foram acontecendo no Brasil ao longo do tempo, em especial, reformas na administração pública. Posterior à década de 1970 surgiram diversas mobilizações por diferentes grupos da sociedade, que culminaram no fomento da participação popular junto à gestão da máquina pública (PAES DE PAULA, 2005).

Assim, articularam-se diversos grupos cujo intuito era debater sobre questões ligadas à qualidade de vida individual e coletiva (GOHN; DOIMO, 1995) e que pleiteavam, junto ao

poder público, ações benéficas à população (PAES DE PAULA, 2005). Esta autora destaca em seu estudo que

O tema da inserção da participação popular na gestão pública é o cerne dessa mobilização (Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática, 1999), e atingiu seu ápice em meados da década de 1980, momento da elaboração da Constituinte, quando diferentes forças políticas ofereciam suas propostas para formular um novo referencial das relações entre Estado e sociedade, cada qual fundamentada na sua visão de como deveria ser a construção da democracia no Brasil (PAES DE PAULA, 2005, p. 39).

Essa relação entre o Estado e a sociedade passa a ser bastante discutida no modelo de Gestão Societal, aporte teórico desta pesquisa, e traz a concepção da execução de projeto político que permite o aumento da participação da sociedade no delineamento da agenda política. Assim, Paes de Paula (2005, p. 41) menciona as seguintes características do modelo de administração pública societal:

Origem: movimentos sociais brasileiros, que tiveram início nos anos 1960 e desdobramentos nas três décadas seguintes; Projeto político: enfatiza a participação social e procura estruturar um projeto político que repense o modelo de desenvolvimento brasileiro, a estrutura do aparelho do Estado e o paradigma de gestão; Dimensões estruturais enfatizadas na gestão: dimensão sociopolítica; Organização administrativa do aparelho do Estado: não há uma proposta para a organização do aparelho do Estado e enfatiza iniciativas locais de organização e gestão pública; Abertura das instituições políticas à participação social: participativo no nível das instituições, enfatizando a elaboração de estruturas e canais que viabilizem a participação popular; e Abordagem de gestão: gestão social – enfatiza a elaboração de experiências de gestão focalizadas nas demandas do público-alvo, incluindo questões culturais e participativas.

Citando Jacobi (2000), Paes de Paula (2005, p. 44) pontua que, a partir desse modelo de gestão seria possível “configurar uma administração pública co-gestionária que funcionaria através de um elo das alternativas criadas pela instituição direcionadas à sociedade, a fim de que se definam programas, projetos e gestão de serviços públicos”. A autora destaca como ponto positivo que o modelo de gestão societal permite a construção de instituições políticas e políticas públicas mais abertas à participação social e voltadas às necessidades dos cidadãos Paes de Paula (2005, p. 46).

Assim, diante do exposto, e em convergência às demandas de acesso às informações públicas, Lima (1996, p. 135), destaca que “uma organização cobrada definirá melhor os seus objetivos e voltará as suas ações ao que tem sido feito, alinhando-as ao que deve e pode fazer o que lhe é demandado fazer”.

Logo, deve ser uma busca constante na gestão pública a adoção de medidas que visem uma constante melhoria, não somente no seu desempenho institucional, mas a melhoria no incremento das respostas de demandas informacionais que estejam em consonância com o empoderamento do cidadão e da sua participação social nas ações voltadas às políticas públicas.

2.2 DADOS ABERTOS GOVERNAMENTAIS

Reuniu-se na Califórnia, no ano de 2007, um Grupo de Trabalho (GT) com 30 pessoas, do Open Government Data (OGD), com o intuito de definir os princípios dos Dados Abertos Governamentais. E assim, chegaram num consenso sobre os seguintes princípios, expostos no Quadro 1, a saber:

Quadro 1 (2) - 8 Princípios dos Dados Abertos

1	COMPLETOS	Todos os dados públicos são disponibilizados. Dados são informações eletronicamente gravadas, incluindo, mas não se limitando a documentos, bancos de dados, transcrições e gravações audiovisuais. Dados públicos são dados que não estão sujeitos a limitações válidas de privacidade, segurança ou controle de acesso, reguladas por estatutos.
2	PRIMÁRIOS	Os dados são publicados na forma coletada na fonte, com a mais fina granularidade possível, e não de forma agregada ou transformada.
3	ATUAIS	Os dados são disponibilizados o quanto rapidamente seja necessário para preservar o seu valor.
4	ACESSÍVEIS	Os dados são disponibilizados para o público mais amplo possível e para os propósitos mais variados possíveis.
5	PROCESSÁVEIS POR MÁQUINA	Os dados são razoavelmente estruturados para possibilitar o seu processamento automatizado.
6	ACESSO NÃO DISCRIMINATÓRIO	Os dados estão disponíveis a todos, sem que seja necessária identificação ou registro.
7	FORMATOS NÃO PROPRIETÁRIOS	Os dados estão disponíveis em um formato sobre o qual nenhum ente tenha controle exclusivo.
8	LIVRES DE LICENÇAS	Os dados não estão sujeitos a regulações de direitos autorais, marcas, patentes ou segredo industrial. Restrições razoáveis de privacidade, segurança e controle de acesso podem ser permitidas na forma regulada por estatutos.

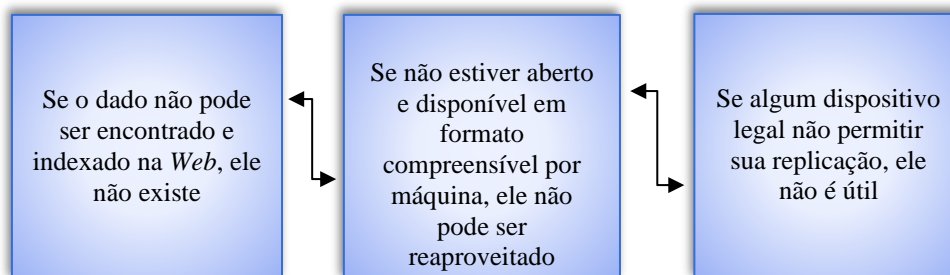
Fonte: elaborado pelo autor com dados disponibilizados no W3C (BRASIL, 2011).

Ademais, o grupo destacou que, para existir conformidade com os princípios elucidados, faz-se necessária a aferição das informações, e que deve ser denominado um indivíduo como um contato responsável pela obtenção dos dados. Por essas características, esse indivíduo recebe o nome de curador.

Quando tratamos de dados abertos governamentais há que se destacar, nas linhas da pesquisa, o Consórcio *World Wide Web* (W3C). Trata-se de uma Associação de cunho internacional em que há organizações engajadas, uma equipe em tempo integral e um grupo que trabalha, convergentemente, a fim de desenvolver padrões para a *Web* (W3C Brasil, 2011).

Nesse contexto, o especialista canadense David Eaves, fomentador de ações voltadas às políticas públicas nesse contexto dos dados abertos, bem como militante desse tema, apresentou as denominadas leis que regem os dados abertos governamentais e que foram recepcionadas pela comunidade e pelo Consórcio W3C. Cita-se:

Figura 3 (2) - Leis que regem os Dados Abertos segundo David Eaves



Fonte: elaborada pelo autor segundo leis dos dados abertos citadas por David Eaves (2011).

Percebeu-se que, tanto o quadro 1 (8 princípios dos dados abertos), quanto a figura 3 (Leis que regem os dados abertos – David Eaves) estão intrinsecamente ligados pelo tema central desta pesquisa: dados abertos governamentais, que podem ser disponibilizados à sociedade para fomentar a transparência ativa de informações públicas, através da utilização de ferramentas e tecnologias de informação e comunicação.

Quando lidamos com a estrutura de abertura de dados, devemos ter em mente que tal iniciativa é benéfica não exclusivamente à população, mas também aos órgãos públicos produtores dos dados. Além de gerar eficiência governamental, produzirá informação necessária a suprir dúvidas existentes à sociedade. Além disso, fomentará as ações públicas de políticas que gerem desenvolvimento e melhoria de serviços.

O Decreto nº 8777, de 11 de maio de 2016, tratado em subseção específica a respeito da legislação que dá suporte à temática desta pesquisa, destaca no inciso III do art. 2º, que dados abertos são dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na Internet e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento, limitando-se a creditar a autoria ou a fonte (BRASIL, 2016).

Na próxima subseção estão pontuados os efeitos trazidos pelos dados abertos à organização, bem como as especificidades do sistema de cinco estrelas criado por Tim Berners-Lee (2010), a fim de que haja melhor entendimento acerca dos dados governamentais abertos e a estrutura necessária para que se chegue a esse estágio.

2.2.1 Efeitos dos dados abertos governamentais diante das políticas públicas

Faz-se necessário destacar o cenário das ações voltadas às políticas públicas e fomentadas a partir de dados obtidos pela transparência de informações e dos dados abertos do governo.

Conforme observado no Quadro 2, os dados abertos governamentais causam certos efeitos ao universo das políticas públicas, a partir da inclusão, da transparência e da responsabilidade (W3C, 2011): inclusão dos cidadãos no universo das tecnologias e das inovações, a fim de que se forneçam dados que possam ser adaptados às inúmeras necessidades; transparência de informações, cujo acesso seja facilitado no setor público; e responsabilidade com os dados abertos fornecidos, visto que tais dados poderão favorecer o desempenho do governo no alcance de metas voltadas às políticas públicas, bem como ao direcionamento de ações voltadas à sociedade civil.

Quadro 2 (2) - Efeitos dos dados abertos governamentais nas Políticas Públicas

EFEITOS	DESCRIÇÃO DOS EFEITOS
INCLUSÃO	Fornecer dados em formatos padronizados abertos e acessíveis permite que qualquer cidadão utilize qualquer ferramenta de software para adaptá-los às suas necessidades.
TRANSPARÊNCIA	Informações do setor público abertas e acessíveis melhoram a transparência, pois as partes interessadas podem usá-las da maneira mais adequada ao seu propósito.
RESPONSABILIDADE	Os conjuntos apropriados de dados abertos, devidamente associados, podem oferecer vários pontos de vista sobre o desempenho dos governos no cumprimento de suas metas em políticas públicas.

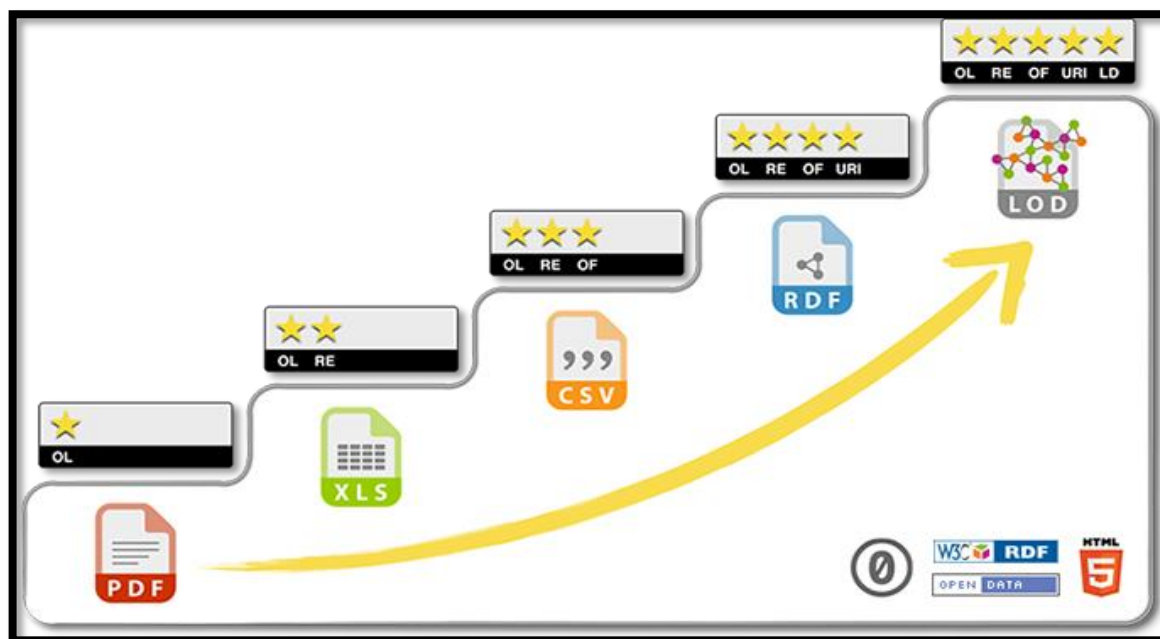
Fonte: baseado em W3C (2011)

Em consonância com os efeitos causados pela abertura dos dados governamentais, frente ao anseio de informações cotidianamente buscadas pelos cidadãos, além da velocidade com que as informações e os dados, o governo e a sociedade se entrelaçam e, muitas vezes, aglutinam-se, surge em 2010, a partir do cientista britânico Tim Berners-Lee, inventor da *Web*, a elaboração de um sistema de avaliação denominado Sistema de Estrelas, como mostra a Figura 4.

Tal sistema tem por finalidade a classificação por níveis de abertura ou estágios de abertura dos dados públicos, pelos órgãos, além de favorecê-los e encorajá-los no diagnóstico frequente dos dados, criados no ambiente interno, filtrando-os e refinando-os, a fim de que esses dados possam ser disponibilizados em formato aberto à sociedade.

O sistema idealizado por Tim Berners-Lee tem uma escala de classificação que vai de 1 a 5 estrelas e que permite identificar o nível de abertura de um determinado dado, criado por um órgão público. A partir do formato em que tiver sido disponibilizado o dado organizacional, o sistema permite sair do degrau 1, em que há apenas a publicação de dados num formato fechado, porém de licença aberta (*Open License - OL*), podendo alcançar o degrau 5, onde há total abertura de dados e esses são estruturados por *links* que se entrelaçam e se ramificam.

Figura 4 (2) - As cinco estrelas dos Dados Abertos por Tim Berners-Lee



Fonte: 5STARDATA (2018)

No primeiro estágio ou degrau do Sistema de Cinco Estrelas dos Dados Abertos é requerido que os dados estejam apenas disponíveis na *Web*, independentemente do formato em que se encontre. Importa apenas que estejam disponíveis em licença aberta (OL), que permita a utilização por qualquer indivíduo e sem que haja quaisquer restrições, podendo ser utilizado para quaisquer finalidades, inclusive na *Web*.

O usuário pode usufruir de vários benefícios, mesmo num estágio incipiente desse sistema, tais como: a impressão e a visualização, bem como o compartilhamento e o *download* de dados, podendo a replicação ser feita por qualquer pessoa e da forma que interessar, sem que haja a necessidade de explicações pela utilização dos dados, visto que foram disponibilizados num formato de licença aberta.

No segundo estágio, além de requerer que as informações estejam disponíveis na *Web* e a partir de uma OL, exige também que estejam em formato estruturado de dados, de fácil manuseio entre colunas e linhas. Um exemplo deste formato seria o arquivo Excel (.xls). A partir desse degrau, no sistema das cinco estrelas, o usuário tem os benefícios acumulados, à medida em que avança nos estágios. Ou seja, agregam os benefícios alcançados na estrela anterior e assimilam os daquela estrela. Além disso, é possível exportar os dados, com praticidade, a outro formato estruturado (5STARDATA, 2018).

Importante destacar que, neste estágio, os dados ainda estão presos a um determinado documento e que, para extraí-los, necessitará da utilização de um programa proprietário, que

demandará custo, e por isso, configura-se como um obstáculo para diversas pessoas (5STARDATA, 2018).

No terceiro estágio do sistema a exigência é que os arquivos disponibilizados na *Web*, a partir de uma OL, sejam produzidos num formato não proprietário e assim, deixa-se a característica no formato do segundo estágio para imersão de utilização de arquivo no formato CSV (do inglês *Comma Separated Value*) ou Valores Separados por Vírgulas, formato estruturado e que não necessita de programa proprietário para manipulação dos dados (5STARDATA, 2018).





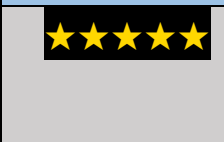
Nesse estudo pontua-se que as instituições que chegam ao estágio da terceira estrela, no sistema em tela, conseguem disponibilizar dados à sociedade sem a obrigatoriedade de que se utilize um aplicativo específico, haja vista tratar-se de um documento disponível em licença e formato abertos, possibilitando a facilidade no compartilhamento dos dados e na interação entre as pessoas e os sistemas (5STARDATA, 2018).

No quarto estágio acumulam-se as características apresentadas nos estágios anteriores, apresentando os dados com publicação na *Web* em formato aberto e OL, usando *link* para entendimento dos dados apresentados, a fim de que as pessoas e sistemas computacionais possam, com facilidade, reconhecer a estrutura apresentada no documento disponibilizado. Nesse estágio os dados podem ser conectados, reutilizados e combinados com outros dados (5STARDATA, 2018).

Por fim, no quinto e último estágio do sistema das cinco estrelas, é necessária a acumulação de todas as características já observadas nos degraus anteriores e com o acréscimo de que os dados publicados estejam conectados a outras bases de dados, disseminadas sob as mesmas condições, interligando-se por *links*, e possibilitando a descoberta de mais dados sobre o tópico pesquisado à medida em que se navega por eles (5STARDATA, 2018).

No Quadro 3 poderá ser observada uma síntese do Sistema das Cinco Estrelas dos Dados Abertos, apresentado pelo cientista Tim-Berners-Lee (2010):

Quadro 3 (2) - Síntese do Sistema das cinco estrelas dos Dados Abertos

Sistema das Cinco Estrelas dos Dados Abertos – Tim Berners-Lee		
Estágio/Degrau no Sistema	Descrição	Exemplo de Publicação e formato
	Material disponível na <i>Web</i> em qualquer formato e licença aberta	Arquivos no formato PDF
	Material disponível na <i>Web</i> , em formato estruturado, como numa tabela e licença aberta	Arquivos no formato (.XLS), tabelas em Excel, por exemplo
	Material que acumula características dos estágios anteriores e que disponibiliza os dados em formato aberto não proprietário	Arquivos em formato (CSV), valores separados por vírgulas
	Material disponibilizado neste estágio acumula os estágios anteriores, além de estar conectado em qualquer parte na <i>Web</i> , a partir de Sistemas, e pode ser utilizado e conectado a outros dados disponíveis	Arquivos em formato <i>Resource Description Framework</i> (RDF)
	Material disponibilizado neste estágio acumula os estágios anteriores, além de estar conectado em qualquer parte na <i>Web</i> , a partir de Sistemas, e pode ser utilizado e conectado a outros dados disponíveis na <i>Web</i> por meio de <i>links</i>	Arquivos em formato RDF que se interligam por <i>links</i>

Fonte: baseado em 5STARDATA (2018)

A subseção, a seguir, trata sobre os dados abertos sob a ótica legal, com pontos importantes que ratificam a relevância do tema tratado nesta pesquisa: leis, decretos, instruções normativas, acórdãos e portarias fazem parte desse universo legal, mencionado adiante.

2.2.2 Legislação Aplicada à Política de Dados Abertos

A abertura dos dados governamentais tem se tornado um tema constantemente debatido e evidenciado, tendo em vista o seu grau de importância. Tal afirmação se reflete na quantidade de normas que regulamentam e instituem os dados abertos no país.

Pode-se destacar que a política dos dados abertos tem como suporte a transparência de informações e dados públicos, bem como o acesso à informação. Esses dois pontos serão discutidos em seção específica adiante. Contudo, ratificamos a importância da abordagem das diversas normas legais existentes para basificar e nortear o nosso estudo.

No Quadro 4 é ilustrado o arcabouço legal que demonstra a relevância do tema pesquisado, com abrangência no âmbito da Administração Pública Federal.

Quadro 4 (2) - Normativos sobre dados abertos no Brasil

Norma	Descrição
Portaria Interministerial nº 140, de 16 de março de 2006	Disciplina a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, por meio da rede mundial de computadores – Internet, e dá outras providências
Decreto s/nº de 15 de setembro de 2011	Institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto e dá outras providências
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal - Lei de Acesso à Informação
Instrução Normativa nº 4, de 12 abril de 2012	Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA
Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012	Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações
Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016	Institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos
Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016	Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Conforme destacado no Quadro 4, há desde o início deste milênio a apresentação de normas voltadas ao processo de abertura dos dados governamentais aos cidadãos. A Portaria Interministerial nº 140, de 16 de março de 2006, aponta em suas primeiras linhas que deverá haver divulgação de informações relativas à execução orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, exclusivamente para fins de controle social (BRASIL, 2006).

O Decreto de 15 de setembro de 2011 vem instituir o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto (GA), cujo intuito é fomentar ações direcionadas à transparência e acesso à informação pública, bem como à melhoria na prestação de serviços públicos (BRASIL, 2011a). Além disso, destaca-se os seguintes pontos:

I - aumento da disponibilidade de informações acerca de atividades governamentais, incluindo dados sobre gastos e desempenho das ações e programas; II - fomento à participação social nos processos decisórios; III - estímulo ao uso de novas tecnologias na gestão e prestação de serviços públicos, que devem fomentar a inovação, fortalecer a governança pública e aumentar a transparência e a participação social; e IV - incremento dos processos de transparência e de acesso a informações públicas, e da utilização de tecnologias que apoiem esses processos (BRASIL, 2011a, on-line).

O Plano de Ação Nacional contempla iniciativas, projetos, programas e políticas públicas que visam o aumento da transparência, o aprimoramento da governança pública, o acesso à informação pública, a prevenção e o combate à corrupção, bem como a melhoria da prestação de serviços públicos e da eficiência administrativa e o fortalecimento da integridade pública (BRASIL, 2011a).

Na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação, em seu Art. 8º destaca-se que é dever dos órgãos públicos estimular, independentemente de pedidos, a propagação em local de fácil acesso, de informações de interesse coletivo ou geral por eles elaborados ou tutelados (BRASIL, 2011b).

Na Instrução Normativa nº 04, de 12 de abril de 2012, a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) foi instituída como um instrumento na tentativa de garantir e facilitar o acesso à sociedade e às diversas instâncias da administração pública federal, aos dados e informações produzidas e tuteladas por esse poder público (BRASIL, 2012a). A INDA tem como uma de suas prerrogativas a definição, a estruturação e a coordenação da política de dados abertos, inclusive o seu modelo de funcionamento (BRASIL, 2012a).

No Art.1º do Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, foi elaborada a Política de Governança Digital para os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, tendo como uma de suas finalidades o estímulo da participação da sociedade na formulação, na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas e dos serviços públicos disponibilizados em meio digital (BRASIL, 2016a).

Além disso, o citado normativo destaca que dados em formato aberto são os representados em meio digital em um formato sobre o qual nenhuma organização tenha controle exclusivo, e que são passíveis de utilização por qualquer pessoa (BRASIL, 2016a). Sendo assim, observa-se no Quadro 5 a política de Dados Abertos no âmbito do poder executivo federal.

Quadro 5 (2) - Sobre a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal

POLÍTICA DOS DADOS ABERTOS	
Princípios e Diretrizes da Política dos Dados Abertos	I - Observância da publicidade das bases de dados como preceito geral e do sigilo como exceção.
	II - Garantia de acesso irrestrito às bases de dados, as quais devem ser legíveis por máquina e estar disponíveis em formato aberto.
	III - Descrição das bases de dados, com informação suficiente para a compreensão de eventuais ressalvas quanto à sua qualidade e integridade.
	IV - Permissão irrestrita de reuso das bases de dados publicadas em formato aberto.
	V - Completude e interoperabilidade das bases de dados, as quais devem ser disponibilizadas em sua forma primária, com o maior grau de granularidade possível, ou referenciar as bases primárias, quando disponibilizadas de forma agregada.
	VI - Atualização periódica, de forma a garantir a perenidade dos dados, a padronização de estruturas de informação e o valor dos dados à sociedade e atender às necessidades de seus usuários.
	VII - Designação clara de responsável pela publicação, atualização, evolução e manutenção de cada base de dado aberta, incluída a prestação de assistência quanto ao uso de dados.

Fonte: Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016.

Por fim, no Decreto 8.777, de 11 de maio de 2016, é instituída a Política de Dados Abertos do poder executivo federal. Nos dois primeiros incisos do Art. 1º, destacam-se a

promoção da publicação de dados contidos em bases de dados de órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, sob a forma de dados abertos e o aprimoramento da cultura de transparência pública (BRASIL, 2016b).

Diante das normas que retratam e definem a estruturação, a política e o acesso aos dados produzidos pelas instituições públicas, nos Quadros 6, 7 e 8, estão demonstrados como se dá essa disponibilização dos Dados Abertos Governamentais, a partir de observações feitas e com dados extraídos do Portal Brasileiro de Dados Abertos (www.dados.gov.br). No Quadro 6 apresenta-se a quantidade de conjuntos de dados abertos disponibilizados pelas organizações públicas, nominalmente, como pontuados a seguir:

Quadro 6 (2) - Portal Brasileiro de Dados Abertos – Dados por Organizações

	NOME DAS ORGANIZAÇÕES	CONJUNTO DE DADOS
01	Banco Central do Brasil - BCB	3103
02	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	416
03	Estado de Alagoas - AL	219
04	Ministério da Saúde - MS	139
05	Ministério da Fazenda – MF	125
06	Distrito Federal - DF	122
07	Previdência Social	112
08	Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão - MP	84
09	Secretaria de Governo – SEGOV/PR	80
10	Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP	70

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Conforme dados extraídos do portal supracitado, no Quadro 6, apresentam-se informações de 10 instituições públicas, que ao todo somam 4.470 conjuntos de dados abertos. Porém, segue lista completa, no Apêndice 1, que apresenta um total de 6.040 conjuntos de dados abertos, em diversos grupos temáticos coletados em 02/05/2018. Esses grupos serão apontados no Quadro 7, a seguir:

Quadro 7 (2) - Portal Brasileiro de Dados Abertos – Grupos Temáticos

	NOME DOS GRUPOS	CONJUNTO DE DADOS
01	Governo e Política	43
02	Saúde	27
03	Educação	19
04	Agricultura, Extrativismo e Pesca	16
05	Conjuntos de dados em destaque	16

06	Economia e Finanças	12
07	Pessoa, Família e Sociedade	12
08	Meio Ambiente	10
09	Equipamentos Públicos	08
10	Plataforma de Gestão de Indicadores	08

Fonte: dados da pesquisa (2018)

No Quadro 7, que retrata dados extraídos do portal supramencionado, percebe-se a abordagem de 10 grupos temáticos (lista completa segue no Apêndice 2, com 21 grupos temáticos e nesses grupos um total de 217 conjuntos de dados abertos), que foram disponibilizados para o acesso público. Nesse quadro, observa-se que na linha 3 é apresentado o grupo temático da educação, que se destaca pelo volume de dados disponibilizados. Porém, no Quadro 8 atentaremos que esse volume disponibilizado ainda é pouco, frente à quantidade geral apresentada pelas instituições públicas, conforme dados do Quadro 6.

A fim de que sejam constatadas as informações pertinentes às instituições públicas federais da área educacional, e o volume de dados por elas produzido e disponibilizado no Portal de Dados Abertos, observa-se adiante o Quadro 8 (lista completa segue no Apêndice 3):

Quadro 8 (2) - Portal Brasileiro de Dados Abertos - Educação – Por Organizações

DADOS ABERTOS DISPONIBILIZADOS NO PORTAL DADOS.GOV.BR ÁREA DE EDUCAÇÃO POR ORGANIZAÇÕES		
	NOME DAS ORGANIZAÇÕES	CONJUNTO DE DADOS
01	Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP	70
02	Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN	58
03	Ministério da Educação – MEC	48
04	Universidade Federal de Roraima – UFRR	46
05	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB	33
06	Universidade Federal do Cariri – UFCA	28
07	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO	27
08	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES	26
09	Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB	26
10	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA	26

Fonte: dados da pesquisa (2018)

Assim, como apontam os quadros 6 e 8, observa-se que cerca de 10% dos dados disponibilizados no Portal Brasileiro de Dados Abertos estão direcionados à publicidade de

instituições educacionais, cerne desta pesquisa. Observa-se ainda que, além de outras instituições educacionais, a UFRPE não tem disponibilizado, nesse Portal, dados abertos para divulgação à sociedade.

Contudo, para que haja a disponibilização dos dados internos produzidos pelas instituições públicas, é necessário o atendimento às determinações da LAI, a fim de que seja possibilitado, não somente o acesso de forma passiva e genérica de uma informação, mas a transparência ativa de dados públicos.

Deve-se atentar, ainda, que o acesso à informação e à transparência pública de dados parte de um preceito constitucional e, por essa importância, são abordados no tópico adiante de forma específica.

2.3 A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

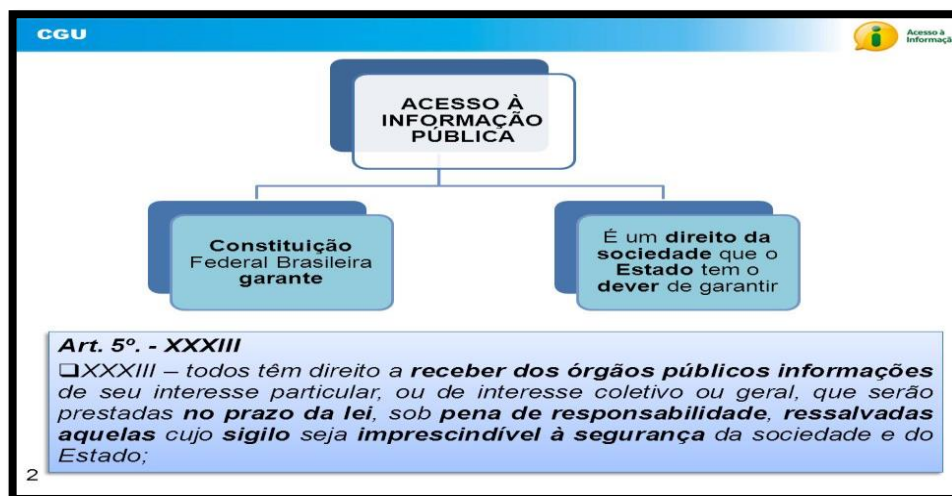
Dada a importância do conhecimento acerca da LAI e da transparência das informações públicas, vê-se a temática com o intuito de diferenciar o tratamento dos dados produzidos internamente na organização, e de pontuar que esses dados serão transformados, não apenas em informações importantes para o desenvolvimento interno da instituição, mas também importantes para utilização do público em geral, tendo em vista que o acesso às informações públicas deve ser disponibilizado de forma ativa, conforme preceituam os ditames legais.

Conforme descreve Batista (2005), o acesso sumário à informação não é sinônimo de clareza ou de informação divulgada. O acesso às informações de cunho público, conforme destaca o inciso XXXIII do Art. 5º da Constituição Federal do Brasil (CF/88), todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988).

Logo, vê-se que tal perspectiva é um fator basilar para o controle social. Contudo, a fim de que as pessoas possam exercer tal direito é necessária a disponibilização de dados e informações pelo poder público.

Destaca-se, na Figura 5, que o acesso à informação é assegurado a partir da Lei maior que rege as demais leis, a CF/88. A LAI está amparada pela CF e orienta-se conforme suas determinações legais.

Figura 5 (2) - Constituição Federal destaca o acesso à informação pública



Fonte: CGU (2012)

Vê-se, na Figura 5, que há amparo legal para o acesso dos dados públicos. Tal acesso é tratado como direito da sociedade e que o Estado deve garantir dentro do prazo estipulado em lei.

Junto à CF/88, a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que trata do acesso às informações públicas, pelos cidadãos brasileiros, veio fortalecer a integração popular junto à administração pública, garantindo à sociedade a transparência e, de certa forma, o controle de dados públicos.

Em consonância à CF/88, a LAI traz em seu Art. 5º a obrigatoriedade do Estado na garantia do direito de acesso à informação, e que tal procedimento será disponibilizado, diante de procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão (BRASIL, 2011b). E assevera, no inciso I do Art. 6º, que os órgãos e entidades do poder público devem observar as normas e os procedimentos específicos, a fim de assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação (BRASIL, 2011b).

Além disso, Evangelista (2010) destaca que a interação entre o controle social e a transparência pública pode ser vista como os lados opostos de uma mesma moeda, cujos resultados contribuem para a evolução e o aprimoramento da cidadania.

Na figura 6 pode-se constatar, segundo o texto da LAI, como as questões de acesso à informação e à transparência ativa de dados públicos estão latentes e trazem maior participação e ajuda na colaboração entre o cidadão e a gestão pública.

Figura 6 (2) - O acesso à informação, a transparência ativa e o cidadão



Fonte: dados da pesquisa elaborada pelo autor a partir da LAI (2018)

A fim de que haja o incentivo à participação do cidadão concernente aos pedidos de informações públicas, produzidos pela administração pública, a Lei 13.460, de 26 de junho de 2017, estabelece normas básicas nesse sentido e ratifica, no parágrafo único de seu Art. 2º, que o acesso do usuário, às informações, será regido pelos termos da LAI (BRASIL, 2017).

Logo, a partir desses diversos pontos observados, pode-se assegurar que a LAI foi um divisor de águas, quando tratamos do tópico de acesso à informação, bem como a transparência de dados públicos. Assim, aglutinada ao processo de disponibilização de dados, a transparência de informações e o acesso aos dados públicos possibilitam o fortalecimento nas tomadas de decisões (PACHECO; SOUZA; MATTOS, 2017), incentivando o desenvolvimento da organização em favor da sociedade.

Nesse contexto, tendo em vista a atualidade do tema desta pesquisa, observa-se que além do capital humano, são necessários para o fomento da abertura dos dados públicos, a utilização das TIC e as inovações tecnológicas e sistemas disponíveis, observados na seção adiante.

2.4 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Diversas informações estão aglutinadas aos processos de abertura política, aos avanços dos processos democráticos, bem como à utilização das TIC, que possibilitaram o fortalecimento e fomento de uma sociedade cada vez mais ativa e direcionada ao controle e participação dos cidadãos na Administração Pública. Tesoro (2008) destaca a Carta Iberoamericana de Governo Eletrônico e pontua que governo eletrônico tem que estar voltado ao cidadão, para possibilitar seus direitos de se comunicar de forma eletrônica com os governos.

Sobre a mesma linha de pensamento, Diniz (2009, p. 8) destaca que “a disponibilização de dados governamentais abertos só tem valor se houver interesse da sociedade civil em reutilizá-los, dando a eles novos significados segundo o seu interesse e conveniência (...)” e menciona ainda que “não existem dados governamentais abertos se não forem utilizadas tecnologias que garantam aderência dos dados às características que os tornam abertos”.

Consoante à afirmação de Diniz (2009) quanto à utilização das TIC, o inciso VI do Art. 6º da Lei 13.460, de junho de 2017, pontua que é direito básico do usuário a obtenção de informações precisas e de fácil acesso nos locais de prestação de serviço, bem como a sua disponibilização na Internet (BRASIL, 2017).

Baka (2016) destaca que as TIC, bem como a utilização de ferramentas e dispositivos de participação, sejam eles redes, mídias sociais, *sites* ou aplicativos, viabilizam o acercamento entre o poder público e o cidadão. Com isso, à medida em que a sociedade interage na busca da informação ou dados públicos, colabora junto à organização na tomada de decisão (MERGEL; DESOUZA, 2013).

Ainda sobre a utilização das TIC em favor da abertura dos dados públicos, bem como à participação popular no contexto de governo aberto e transparência pública de dados, pontuam Sanchez e Marchiori (2017), esses elementos se apresentam de forma multifacetada e a sistematização desses elementos pode promover, aos interessados, participação popular em uma ação de GA.

Além disso, tal afirmação direciona a transparência ativa de dados públicos e tem como sustentação basilar, na administração pública brasileira, as diversas normas já apresentadas, bem como o que pontuam os incisos II e III do Art. 3º da LAI, ratificando que a divulgação de informações de interesse público deve ocorrer independentemente de solicitações, e que essa divulgação deve ser feita a partir da utilização de meios de comunicação viabilizados pelas TIC (BRASIL, 2011b).

Na administração pública brasileira há diversos sistemas que demandam inúmeras informações importantes, não somente à Instituição que os operacionaliza para as tomadas de decisões, mas também à sociedade civil, que necessita, cada vez mais, da integração e da participação voltadas às ações públicas de interesse social.

A seguir, na figura 7, são elencadas uma série de portais e sistemas utilizados pelo governo federal, responsáveis pela produção de uma vultosa quantidade de informações de importância institucional e social.

Figura 7 (2) - Portais e Sistemas utilizados na produção e transparência de informações



Fonte: imagens de sistemas e portais extraídas do *site* de busca Google.

A respeito da figura 7, podemos destacar algumas especificidades sobre os sistemas e portais mencionados:

- **Portal Brasileiro de Dados Abertos:** disponibiliza os dados abertos demandados pelas instituições públicas do governo brasileiro em seus diversos setores;
- **Portal de Acesso à Informação:** detalha as nuances do acesso à informação pública, bem como o entendimento da LAI, sendo possível realizar pedidos de informações segundo a lei de informação;
- **Portal da Transparência:** disponibiliza dados referentes à execução orçamentária brasileira;
- **Portal Dialoga Brasil:** ferramenta que visa alargar a interação eletrônica e a participação da sociedade civil no processo de avaliação das políticas públicas;
- **Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP):** trata de todos os afastamentos dos servidores públicos, empregados públicos de todas as esferas e poderes, além de colaboradores eventuais que realizam atividades junto à administração pública e que podem demandar o recebimento de diárias e passagens;
- **Portal Siapenet:** disponibiliza informações pertinentes aos servidores públicos federais, inclusive órgãos de lotação e exercício;

- **Portal Comprasnet:** traz informações a respeito de fornecedores, pregões eletrônicos e licitações de cunho público; e
- **Painel de Monitoramento de Dados Abertos:** ferramenta que permite conferir a situação dos órgãos públicos federais quanto à abertura das informações contidas em suas bases. Objetiva-se o aprimoramento da cultura da transparência pública e do estímulo ao controle social.

Por fim, é importante destacar que a sociedade pode obter diversas informações disponibilizadas, pelo governo federal, a partir dos Portais de Acesso à Informação e de Transparência, bem como pelo Painel de Monitoramento de Dados Abertos sem a necessidade de cadastro ou perfil de usuários específicos, pois, são ativamente demandadas a partir da utilização dos sistemas mencionados e da integração a esses Portais.

Como menciona Martins (2011, p. 2), a respeito da divulgação ou disponibilização das informações

(...) o direito de acesso à informação impõe duas obrigações sobre os governos. Primeiro, existe a obrigação de publicar e disseminar informações essenciais sobre o que os diferentes órgãos públicos estão fazendo. Segundo, os governos têm a obrigação de receber do público pedidos de informação e respondê-los, disponibilizando os dados solicitados e permitindo que o público tenha acesso aos documentos originais indicados ou receba cópias dos mesmos.

Essa citação fomenta a existência da transparência ativa de informações públicas em conformidade com a determinação legal emanada no *caput* do Art. 8º da LAI.

2.4.1 Curadores Informacionais

Trazendo a discussão exatamente para o campo das IFES, conforme publicação do PDA do MEC, faz-se necessária a estruturação e aporte, tecnológico e humano, para viabilizar a abertura e a manutenção dos dados abertos. O documento cita que

A abertura de dados é uma iniciativa que requer uma contínua e permanente curadoria sobre a publicação dos dados, encarregada por manter as ações de abertura, catalogação e publicação dos dados do MEC (PDAMEC 2016/2018).

Ainda sobre o aspecto da curadoria dos dados produzidos pelo MEC, o PDA traz a seguinte aplicação

Caberá à Secretaria Executiva a definição de outra força tarefa chamada de Força Tarefa para Curadoria, incumbida da curadoria dos metadados no Portal Brasileiro de Dados Abertos. Esta força tarefa será composta por representantes da Assessoria de Comunicação Social (ACS) e Secretaria Executiva do MEC (PDAMEC 2016/2018).

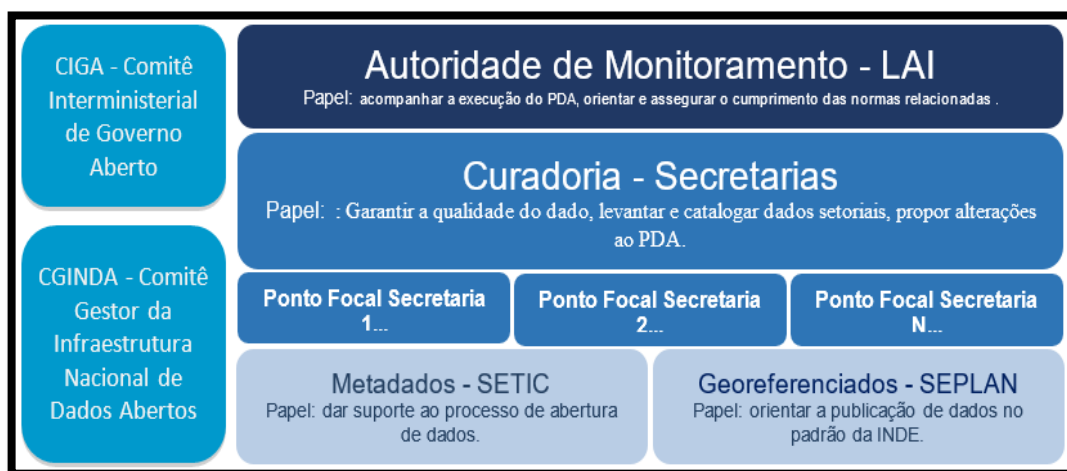
Percebe-se, assim, o direcionamento e a necessidade dos aportes tecnológicos e humanos, quando mencionada a incumbência da curadoria dos dados, tratada como força tarefa e composta por representantes, os quais podem ser definidos como curadores.

Tal definição pode ser encontrada também na publicação do PDA do MPDG (2018), na seção de governança (seção III), que destaca

As unidades administrativas, por intermédio dos seus pontos focais, são os curadores dos dados mantidos nos sistemas informacionais de sua responsabilidade, e devem, inclusive, primar pela excelência na qualidade dos respectivos metadados (PDA-MPDG, 2018).

A seguir, pontua-se através da figura 8 a estruturação apresentada quanto à governança do PDA, necessária para a sustentação desse plano.

Figura 8 (2) - Quadro de representação da estrutura de governança do PDA do MPDG



Fonte: PDA do MPDG (2018-2019)

Logo, diante das fontes observadas, percebe-se que tanto o aparato tecnológico quanto o de recursos humanos são necessários para a viabilização do monitoramento, governança e sustentação das bases de dados existentes e que podem ser abertas voltando-se à transparência ativa.

No próximo capítulo trataremos em destaque os procedimentos metodológicos empregados neste estudo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste Capítulo estão detalhados os procedimentos metodológicos para atendimento aos objetivos da pesquisa. A partir da seção 3.1 pontua-se a caracterização do estudo quanto à sua natureza, métodos e estratégias utilizadas. Na seção 3.2 é observado o procedimento de coleta de dados, dividido em dois momentos, bem como a análise desses dados coletados, na seção 3.3. Por fim, verifica-se na seção 3.4 o desenho desta pesquisa, que demonstra o delineamento de como se desenvolveu este estudo.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Um estudo de cunho social tem, além do objetivo pretendido, uma classificação específica. Assim, segundo Gil (2008), uma pesquisa pode ser classificada em três tipos específicos de objetivos. A saber, destacam-se as pesquisas descritivas, as exploratórias e as explicativas.

Nesse contexto, a pesquisa descritiva tem a finalidade de descrever um determinado fenômeno ou população, estabelecendo diversas relações entre as variáveis, configurando-se, habitualmente, por realizações de coleta de dados; no tocante à pesquisa exploratória, pretende-se ter uma visão mais genérica de um fato específico, na tentativa de se explorar e se acercar de a uma questão estabelecida; já a pesquisa explicativa tem um caráter mais profundo, pois tenta averiguar não apenas o entendimento, mas o porquê de cada evento observado, na tentativa de trazer à superfície elementos mais complexos da pesquisa (GIL, 2008).

Diante do exposto, quanto aos objetivos pretendidos, essa pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva (GIL, 2008). Sendo observados o fenômeno dos dados abertos e a transparência ativa de informações pela UFRPE aos usuários internos e externos à instituição.

Quanto à natureza, a abordagem metodológica empregada será tipificada como qualitativa, haja vista a aplicação de características dessas pesquisas, já que segundo Fonseca (2002, p. 20), é possível reunir mais informações, a partir dessa junção, do que se poderia estudar separadamente.

No aspecto qualitativo, Flick (2004) destaca que há como propósito a exploração do novo, criando teorias ou fortalecendo as que já existem, permitindo o olhar e as interpretações do pesquisador, bem como direcionando esses comportamentos às interações e objeto de estudo da pesquisa. Assim, são observadas dentro desse aspecto qualitativo as bases de dados disponibilizadas pelas IFES, bem como os grupos e conjuntos de dados abertos. Também são

verificadas as frequências com que as bases e conjuntos de dados aparecem nos sítios eletrônicos das IFES.

Lakatos e Marconi (2010), apontam diversas estratégias metodológicas de pesquisa, enfatizando os estudos de caso, as pesquisas documentais, as pesquisas-ação, a prototipação, os experimentos, os *surveys* e as pesquisas observacionais. Neste estudo são empregados tanto o levantamento bibliográfico quanto a pesquisa-ação, tendo como escopo limitador a investigação dos *sites* das instituições federais de ensino públicas brasileiras, e especificamente o da UFRPE, a fim de que sejam colhidos dados que fomentem o produto desta pesquisa. Em relação à pesquisa-ação, afirma Thiollent (1985, p. 14) que

a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.

Tal afirmação tem como uma de suas sustentações o envolvimento do pesquisador e dos pesquisados, junto a uma realidade investigada e ao ambiente de investigação, fatores considerados pertinentes pela pesquisa-ação.

A fim de dar sustentação ao levantamento bibliográfico e a análise dos dados investigados nos sítios eletrônicos da IFES, foi realizada uma Análise de Conteúdo (AC), que segundo Bardin (1977) é um agrupamento de técnicas de análise das comunicações. A autora destaca ainda que esse processo visa obter, a partir de sistematização de procedimentos o alcance de objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, além de indicadores que permitam mensurar saberes pertinentes às condições de produção dessas mensagens. Assim, a partir da aplicação da AC foi possível codificar os dados levantados e agrupá-los em bases e conjuntos de dados priorizados pelas IFES, culminando na proposição modelar desta pesquisa.

Há que se destacar, ainda, como foi feita a definição da priorização dos dados a serem abertos na UFRPE. Como ponto de partida foi levado em conta o PDA dessa instituição, mesmo que em fase de desenvolvimento, segundo o Painel de Monitoramento de Dados Abertos e o *site* dessa Universidade, em especial a Seção 3 do Plano de Dados, que trata da definição dos dados a serem abertos e que enumera critérios que serão utilizados para definição e priorização desses dados. Além disso, o documento destaca a priorização dos dados considerados mais relevantes ao cidadão.

A fim de mensurar a primazia enfatizada no PDA da UFRPE, foram levantados os dados priorizados por outras IFES e que estavam disponíveis, além dos seus sítios eletrônicos, no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no Painel de Monitoramento de Dados Abertos.

Além do levantamento qualitativo e quantitativo das prioridades estabelecidas pelas IFES e da Análise de Conteúdo, buscou-se aplicar o grupo focal (ZUBCOFF et al, 2016), grupo composto por especialistas e pesquisadores ligados ao tema desta pesquisa, a fim de propiciar uma triangulação e validação de todos os dados levantados.

O detalhamento destas etapas é tratado nas seções 3.2 a 3.6, *lôcus* da pesquisa, coleta de dados, análise dos dados e desenho da pesquisa, respectivamente.

3.2 LÔCUS DA PESQUISA

A UFRPE é uma instituição autárquica federal inserida e ligada ao MEC, e por fazer parte do executivo federal deve atender as prerrogativas da LAI. Conforme demonstrado no quadro 11, a UFRPE está estruturada em Órgãos de Deliberação Superior (constituídos pelos Conselhos) e Órgãos Executivos (Reitoria; Unidades Acadêmicas e Universitárias e Órgãos Suplementares). Estes dados constam no Estatuto e Regimento Geral da UFRPE, datado de julho de 1985 e vigente atualmente e mesclado com o Organograma desta instituição, datado de 2016.

Quadro 9 (3) – Estrutura Organizacional da UFRPE e suas atividades

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	ATIVIDADES CONFORME ESTATUTO
ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO SUPERIOR	
Conselho Universitário - CONSU	Órgão deliberativo, normativo e consultivo em assuntos de política e de planejamento universitário
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE	Órgão deliberativo, normativo e consultivo para assuntos ligados às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão
Conselho de Curadores - CURA	Órgão consultivo, normativo e deliberativo para assuntos pertinentes à discriminação, disciplina e fiscalização econômico-financeira da Universidade
ÓRGÃOS EXECUTIVOS	
I - REITORIA	
Reitoria	Administração Superior
Vice-Reitoria	Administração Superior
Pró-Reitoria de Administração (PROAD)	Órgão Executivo de Gestão
Pró-Reitoria de Atividades de Extensão (PRAE)	Órgão Executivo de Extensão e Gestão
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG)	Órgão Executivo de Ensino e Gestão
Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão (PROGESTI)	Órgão Executivo de Gestão
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG)	Órgão Executivo de Pesquisa e Gestão
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN)	Órgão Executivo de Gestão
Órgãos de Apoio e Assessoramento	Órgão Executivo de Assessoramento

Órgãos Executivos da Administração Geral	Órgão Executivo de Gestão
Órgãos Executivos da Administração Específica	Órgão Executivo de Gestão
II - UNIDADES ACADÊMICAS E UNIVERSITÁRIAS	
Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnológica (UEADTEC)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho (UACSA)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Departamento de Administração (DADM)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Departamento de Agronomia (DEPA)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Departamento de Biologia (DB)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Departamento de Ciências Florestais (DCFL)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Departamento de Ciências Domésticas (DCD)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Departamento de Ciências Sociais (DECISO)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Departamento de Economia (DECON)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Departamento de Educação (DED)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Departamento de Educação Física (DEFIS)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Departamento de Engenharia Agrícola (DEAGRI)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Departamento de Estatística e Informática (DEINFO)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Departamento de Física (DF)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Departamento de História (DEHIST)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Departamento de Letras e Ciências Humanas (DLCH)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Departamento de Matemática (DMAT)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Departamento de Medicina Veterinária (DMV)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Departamento de Morfologia e Fisiologia Animal (DMFA)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Departamento de Pesca e Aquicultura (DEPAQ)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Departamento de Química (DQ)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Departamento de Tecnologia Rural (DTR)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Departamento de Zootecnia (DZ)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
III - ÓRGÃOS SUPLEMENTARES	
Biblioteca Central (BC)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Colégio Dom Agostinho Ikas (CODAI)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Editora Universitária	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Núcleo de Engenharia, Meio Ambiente e Manutenção (NEMAM)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Núcleo de Relações Institucionais e Convênios (NURIC)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão
Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI)	Gestão, Ensino, Pesquisa e Extensão

Fonte: Estatuto e Regimento Geral da UFRPE de 1985 e Organograma 2016.

Importante destacar que a estrutura apresentada no Quadro 9 segue o Estatuto e Regimento Geral da UFRPE de 1985 e o Organograma atualizado em 2016 e que alguns departamentos e núcleos não foram citados por conta dessa cronologia.

A UFRPE possui o serviço de acesso à informação ao cidadão, que foi destacado e determinado pelo Decreto nº 7.724 de 2012. O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), da UFRPE, foi criado através da Resolução nº 112/2013 do Conselho Universitário e tem como prerrogativas o cumprimento do Art. 9º do Decreto supracitado, conforme pontuado: atender e

orientar o público quanto ao acesso à informação; Informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e, Receber e registrar pedidos de acesso à informação.

Como é uma determinação que deve ser atendida pela Instituição Federal, o SIC da UFRPE recebe e registra os pedidos de acesso à informação, informa sobre a tramitação dos documentos nas unidades, na tentativa de não somente atender às determinações legais, mas orientar o cidadão quanto ao seu acesso à informação.

Por fim, ratifica-se que a UFRPE constituiu o *locus* desta pesquisa e que o Comitê de Transparência de Dados Abertos (CTDA), foi selecionado para validar a proposta de catalogação e inventário das bases de dados obtidas a partir da investigação deste estudo. Na próxima seção foram demonstradas as técnicas aplicadas à coleta de dados.

Adiante trataremos sobre o CTDA, sua composição e a importância desse comitê para a validação da proposição deste estudo.

3.3 COLETA DE DADOS – PARTE 1

Nesta seção serão demonstrados os métodos utilizados para a coleta de dados, etapa importante no processo de construção da pesquisa. Assim, serão apresentadas as técnicas selecionadas com vistas ao alcance dos objetivos previstos e pretendidos na coleta de dados (LAKATOS; MARCONI, 2017). Destaca-se que as técnicas utilizadas foram, além do levantamento bibliográfico, a pesquisa documental, a análise de conteúdo e, por fim, a aplicação de um grupo focal.

A respeito do levantamento bibliográfico, visando maior investigação e proximidade da temática da pesquisa, bem como o reforço na coleta dos dados, foi feita uma busca nos principais periódicos, com o intuito de investigar e basificar a pesquisa com contribuições teóricas existentes sobre o tema abordado.

Assim, para a efetivação do levantamento bibliográfico, foi realizada junto das principais plataformas acadêmica de busca virtual de artigos acadêmicos, a saber Google Acadêmico, Google, Web of Science, Scielo e Scopus, a investigação de material bibliográfico que contivesse o aporte temático deste estudo, a partir da utilização das seguintes palavras-chave ou vocábulos em português, inglês e espanhol “transparência ativa”, “transparência de dados públicos”, “acesso à informação”, “dados abertos”, “gestão societal”, “governo aberto”, “curadores informacionais”, “tecnologias da informação e comunicação”, “instituições federais de ensino superior” e “participação social”.

As pesquisas efetivadas através do levantamento bibliográfico deram suporte as demais técnicas utilizadas quando da coleta de dados. Com isso, o que se pretende é fortalecer o levantamento de informações ao constatar um agrupamento de traços que validem os elementos mais procurados nessas fontes.

A segunda técnica utilizada foi a pesquisa documental, que se vale do levantamento e investigação de documentos que ainda não receberam tratamento ou análise de nenhum autor. Segundo Severino (2007, p. 122), “a pesquisa documental tem como fontes documentos no sentido amplo” e ratifica que

(...) nestes casos os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

Nessa mesma linha Gonçalves (2005, p. 60) enfatiza sobre a pesquisa documental que há a “observação dos fatos ou fenômenos naturais, sob condições particulares estabelecidas pelo pesquisador”. O autor destaca ainda que, a pesquisa documental “é qualquer registro por meio de investigação, que engloba a observação, a leitura, a reflexão e a crítica”.

A pesquisa documental foi realizada a partir da investigação e análise nas legislações vigentes e que tratam do tema desta pesquisa. A LAI, documento primário de análise temática, foi apenas um dos diversos materiais analisados, conforme veremos adiante, no capítulo das análises e resultados. Além disso, foram analisados os sítios eletrônicos das 63 IFES, cujo intuito consiste na busca da existência dos PDAs e de como foram definidas e dispostas as bases de dados prioritárias para abertura à sociedade. Ademais, constatar as bases de dados, grupos e conjuntos de aspectos que demonstrem quais dados são priorizados e mais requisitados disponibilizados naqueles portais.

Como uma técnica de aporte e norteamento ao processo de análise de todos os documentos levantados, foi utilizada a Análise de Conteúdo (AC) destacada por Bardin (1970), a fim de apresentar uma análise qualitativa de dados mais robusta. Como ferramenta tecnológica na AC foi utilizado o *software* Atlas.ti, versão 7.5.7

O programa fornece ferramentas que permitem ao usuário localizar, codificar e anotar descobertas em material de dados primários, pesar e avaliar sua importância e visualizar as relações frequentemente complexas entre elas (LEWINS et al., 2007).

O Atlas.ti é utilizado por profissionais diversos, além de pesquisadores, em campos diversos de pesquisa e investigação e possibilita a análise de materiais em uma variedade de formatos, sendo possível a viabilidade de análise qualitativa de dados em textos, áudios, imagens, vídeos e dados geográficos (Atlas.ti, 2019).

No Atlas.ti, é possível a criação de *codes*, traduzidos como códigos, que são as terminologias ou vocábulos definidos para análise de determinado conteúdo, uma espécie de classificação ou categorização. A partir da repetição desses *codes*, o programa identifica a frequência com que eles aparecem no decorrer do texto. Outro detalhe é que essa codificação pode ocorrer automaticamente pelo próprio *software* ou manualmente com a interferência do pesquisador.

Assim, de acordo com a frequência já observada no ato do levantamento bibliográfico e da pesquisa documental, já é possível, através da investigação temática direcionada nesta pesquisa, *a priori*, definir algumas categorias/códigos em que estão estruturadas as bases de dados levantadas durante a investigação nos sítios eletrônicos das IFES e nos seus PDAs.

Para que fosse possível trazer mais credibilidade e confiabilidade aos dados levantados e a investigação realizada, potencializada com a utilização de diversas fontes de dados, foi utilizada a triangulação de dados (YIN, 2005), através do grupo focal utilizado na segunda parte da coleta de dados, detalhada a seguir.

3.4 COLETA DE DADOS – PARTE 2

Diante do caminho metodológico percorrido e para fins de complementação da etapa de coleta de dados, foi necessária a aplicação do grupo focal que fomentou a produção de ideias junto a esse universo temático da investigação.

O grupo focal desta pesquisa, que foi reunido em dois momentos distintos, conforme aponta a figura 9, desenho da pesquisa, foi de fundamental importância no percurso desse estudo, tendo em vista a relação direta com a tema em tela. O primeiro momento nesta fase de coleta de dados – parte 1, foi de exposição de todas as bases de dados levantadas (levantamento bibliográfico, pesquisa documental e análise de conteúdo das bases de dados), enquanto o segundo momento serviu para validação da proposta da pesquisa.

Os membros do CTDA da UFRPE formaram o grupo focal, sendo 1 presidente e mais 4 membros (1 membro do Pró-Reitoria de Planejamento, 1 membro do Serviço de Informação ao Cidadão, 1 membro do Departamento de Estatística e Informática e 1 membro do Núcleo de Tecnológica da Informação).

Por fim, esse grupo auxiliou na triangulação dos resultados obtidos através da AC, bem como da pesquisa documental realizada, a fim de que fosse validada a proposta de implementação da disponibilização dos dados abertos no portal de acesso à informação da UFRPE, ratificando e seguindo a ordem de prioridade estabelecida no PDA dessa Instituição,

que será atualizado após o presente estudo, especialmente em relação à ordem de prioridade de abertura das bases de dados.

O quadro 10 demonstrará de forma sintética as técnicas utilizadas e norteadas para o alcance dos objetivos deste estudo.

Quadro 10 (3) - Processo de coleta de dados vinculado aos objetivos específicos

OBJETIVO ESPECÍFICO	TÉCNICA UTILIZADA NA COLETA DE DADOS	AÇÃO DEMANDADA NA COLETA
Identificar no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no Portal de Monitoramento de Dados Abertos quais as bases de dados que foram disponibilizadas à sociedade	Pesquisa Documental	Analisar os dados e os documentos disponíveis nos Portais de Monitoramento de Dados Abertos
Identificar nas páginas das IFES as atuais ofertas de dados abertos	Levantamento Bibliográfico	Identificar e analisar, nos sítios eletrônicos das IFES, os documentos disponíveis que corroboram com a temática desta pesquisa
	Pesquisa Documental	Identificar nas legislações e nos <i>sites</i> das IFES quais as bases de dados priorizadas à abertura aos cidadãos
	Análise de Conteúdo	Analisar o conteúdo e a forma de disponibilidade de dados abertos nas IFES
Propor a disponibilização dos dados abertos seguindo a ordem de prioridade estabelecida no PDA da UFRPE e dos usuários	Triangulação dos Dados	Triangular os dados produzidos pelo levantamento bibliográfico, pesquisa documental e análise de conteúdo, a fim de propor um modelo para abertura das bases de dados da instituição
	Grupo Focal	Expor de todas as bases de dados encontradas no processo de investigação, a fim de que haja a seleção das bases priorizadas à abertura
Validar a proposta de classificação e estruturação	Grupo Focal	Validar as bases de dados encontradas no processo de investigação da pesquisa, bem como o modelo proposto

Fonte: dados da pesquisa (2019)

3.5 ANÁLISE DE DADOS PARTES 1 e 2

A etapa de análise dos dados está intrinsecamente ligada ao conjunto composto pelo levantamento bibliográfico, à análise e à pesquisa documental, bem como pela análise de conteúdo. Esse processo foi efetivado com o intuito de legitimar e possibilitar o alcance dos objetivos e das possíveis soluções aos pressupostos levantados.

Os conjuntos de informações originados foram essenciais no processo de maturação e criação da proposição modelar desta pesquisa junto ao grupo focal, além de assegurar a construção da proposição para solução do problema de pesquisa.

Assim, inicialmente se investigou as publicações disponíveis que retratavam o tema desta pesquisa, via levantamento bibliográfico. Em seguida, através da técnica de análise e pesquisa documental foram analisados os aportes legais e os documentos produzidos e disponibilizados nos sítios eletrônicos das IFES.

Ainda nesta fase, os dados coletados durante a execução deste estudo, foram analisados sob a ótica de diversas fontes, a fim de que fosse possível ratificar a influência dos fenômenos e dos tópicos presentes na pesquisa-ação. Segundo Baldissera (2001) a pesquisa-ação tem como objetivo a ponderação e reflexão crítica dos dados pesquisados e sua produção teórica, a fim de que seja produzida e devolvida a informação à sociedade.

Foram analisados os dados abertos disponibilizados por outras IFES, a fim de se obter, como amostragem, o que se tem definido como prioridades ranqueadas pela sociedade e pelos PDAs dessas instituições. Além disso, foram observados e coletados os dados disponibilizados no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no Painel de Monitoramento de Dados Abertos.

Passada essa etapa, a análise qualitativa dos dados realizada a partir da AC, possibilitou a mensuração da frequência da aparição das bases de dados abertas pelas IFES investigadas, permitindo a estruturação da catalogação das bases de dados que a UFRPE poderá disponibilizar no seu sítio eletrônico.

Por fim, foi realizada a triangulação dos dados com a aplicação do grupo focal, para a definição de quais bases de dados deveriam ser abertas, visando a implementação legal das prerrogativas da LAI, no que tange à transparência ativa, bem como validação de um modelo proposto de catalogação das bases de dados priorizadas para o alcance da abertura dos dados da UFRPE.

Adiante foram traçadas as linhas de desenvolvimento e do caminho que esta pesquisa percorreu.

3.6 DESENHO DA PESQUISA

Conforme representação sintetizada na figura 9, a pesquisa se desenvolveu em 5 fases. A primeira fase tratou dos procedimentos iniciais, enquanto a segunda fase assentou-se na coleta de dados em sua primeira etapa. Já na fase três os dados coletados foram minuciosamente analisados. Na quarta fase foram coletados novos dados que foram analisados

e finalizados na quinta e última etapa de procedimentos. Veremos o detalhamento de cada fase e os procedimentos necessários a seguir.

Na primeira fase – Procedimentos Preliminares. Foram realizadas as seguintes etapas:

- Levantamento bibliográfico a respeito dos Dados Governamentais Abertos; e
- Levantamento de acervo documental a respeito dos Dados Governamentais Abertos e o entendimento das características gerais do tema de pesquisa, bem como da identificação das legislações brasileiras de que tratam o estudo.

Na segunda fase – Coleta de dados – Parte 1:

- Seleção minuciosa de bibliografia temática, a partir de uma leitura criteriosa;
- Seleção minuciosa de acervo documental, a partir de uma leitura criteriosa; e
- Seleção de dados para a construção da AC: foi realizada a codificação pela análise de conteúdo, a partir de material extraído do Portal Brasileiro de Dados Abertos e do Painel de Monitoramento de Dados Abertos.

Na terceira fase da pesquisa – Análise de Dados – parte 1: nesta etapa foram identificadas nas páginas das IFES as atuais ofertas de dados abertos à sociedade.

- Síntese do levantamento bibliográfico e documental;
- Análise dos resultados gerados e obtidos pela AC;
- Realização de triangulação de dados a partir da análise do levantamento bibliográfico e da análise documental, bem como dos resultados da AC;
- Aplicação do grupo focal para auxiliar a triangulação dos dados;
- Formatação dos dados coletados; e
- Construção da proposição para solução do problema de pesquisa: foi estruturada a catalogação das bases de dados que poderão ser abertos pela UFRPE.

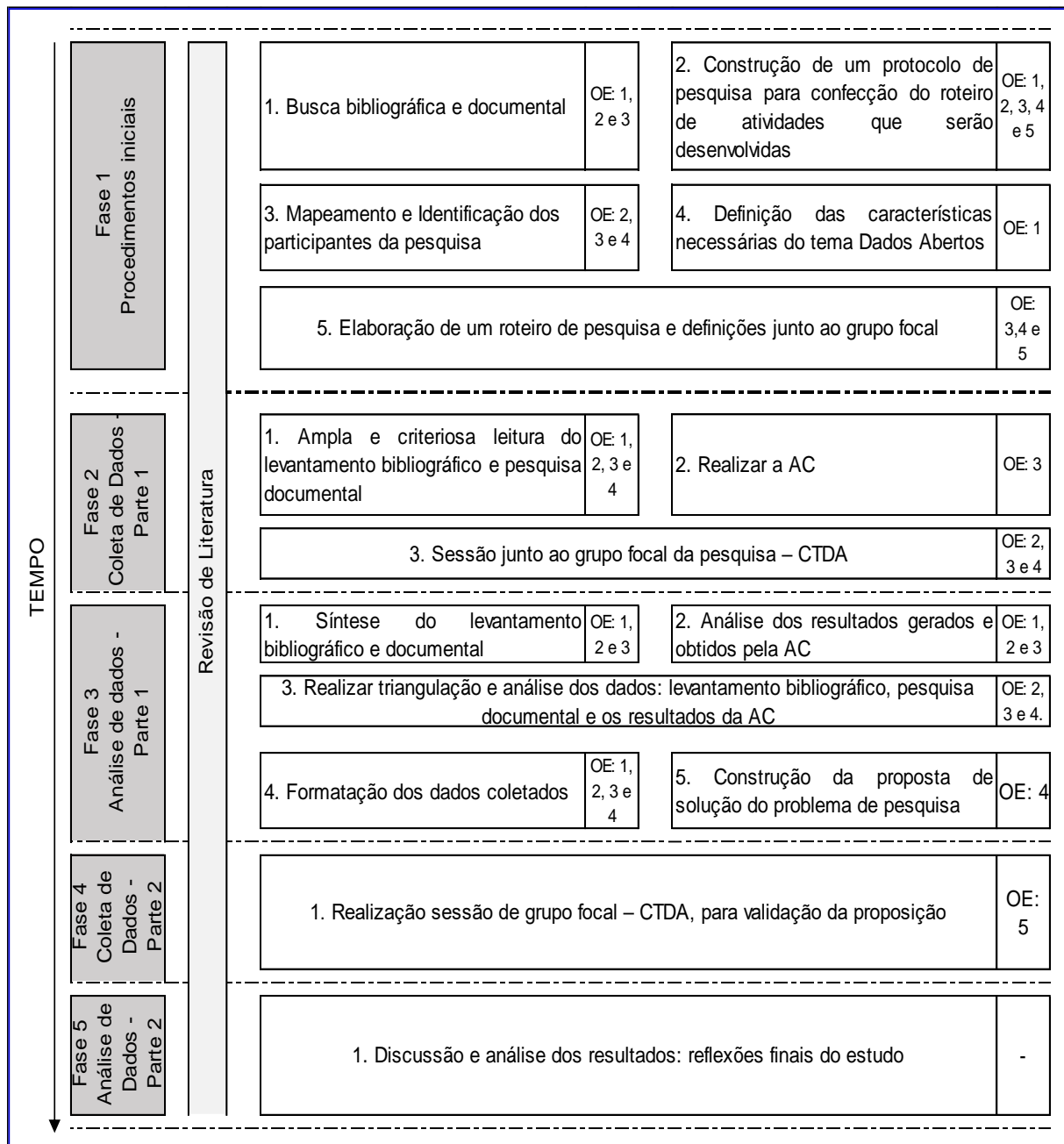
Na quarta fase – Coleta de dados – parte 2:

- Realização de aplicação de grupo focal – CTDA, para validação do modelo proposto na pesquisa.

Na quinta e última fase – Análise de dados – parte 2:

- Discussão e análise dos resultados: reflexões finais do estudo.

Figura 9 (3) - Desenho da Pesquisa



Fonte: o autor (2019)

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente foram levadas em consideração, no levantamento bibliográfico, as publicações pertinentes ao tema da pesquisa e que fossem tangenciadas pelos princípios de GA definidos pela OGP: Transparência, Participação Cidadã, *Accountability* e Tecnologia e Inovação. Assim, o levantamento bibliográfico possibilitou suporte material em todas as fases da pesquisa, inclusive no processo de coleta de dados fortalecendo e validando os elementos existentes no processo de investigação.

A pesquisa documental trouxe como resultados uma grande quantidade de normas legais vigentes como a Portaria Interministerial nº 140, de 16 de março de 2006, que disciplinou a divulgação dos dados e informações produzidas pelos órgãos da Administração Pública Federal (APF); o Decreto s/nº de 15 de setembro de 2011, que instituiu o Plano Nacional de Governo Aberto; a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, mais conhecida como LAI, cerne de nossa pesquisa e que regula o acesso à informação, conforme determinação da CF; a Instrução Normativa (IN) nº 4, de 12 de abril de 2012, que instituiu a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA); o Decreto nº 7.724 de 16 de maio de 2012, que regulamentou a LAI; o Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016, que instituiu a Política de Governança Digital e o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que instituiu a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.

Nesta etapa de levantamento documental foram investigados os PDAs das IFES, norteadores na investigação das Bases de Dados disponibilizadas por essas Instituições.

A Análise de Conteúdo (AC) se desenvolveu com o suporte do programa Atlas.ti, que deu maior otimização ao processo de análise dos dados. Além disso a AC foi realizada a partir das bases de dados investigadas nos *sites* das 63 IFES, no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no Painel de Monitoramento de Dados Abertos. Cada sítio eletrônico investigado será demonstrado adiante, no quadro 11.

Quadro 11 (4) - Sítios eletrônicos para levantamento das Bases de Dados na Análise de Conteúdo

SITES	LINKS	SITES	LINKS
FURG	https://www.furg.br/	UFMG	https://ufmg.br/
UFABC	http://www.ufabc.edu.br/	UFMS	https://www.ufms.br/
UFAC	http://www.ufac.br/	UFMT	https://www.ufmt.br/ufmt/site/
UFAL	https://ufal.br/	UFOB	https://www.ufob.edu.br/
UFAM	https://ufam.edu.br/	UFOP	https://ufop.br/
UFBA	https://www.ufba.br/	UFOPA	http://www.ufopa.edu.br/ufopa/
UFC	http://www.ufc.br/	UFPA	https://portal.ufpa.br/
UFCA	https://www.ufca.edu.br/portal/	UFPB	https://www.ufpb.br/
UFCE	https://portal.ufce.edu.br/	UFPE	https://www.ufpe.br/
UFCSPA	https://www.ufcspa.edu.br/	UFPEl	http://portal.ufpel.edu.br/
UFERSA	https://ufersa.edu.br/	UFPI	https://www.ufpi.br/

UFES	http://www.ufes.br/	UFPR	https://www.ufpr.br/portafulpr/
UFF	http://www.uff.br/	UFRA	https://novo.ufra.edu.br/
UFFS	https://www.uffs.edu.br/	UFRB	https://ufrb.edu.br/porta/
UFG	https://www.ufg.br/	UFRGS	http://www.ufrgs.br/ufrgs/inicial
UFGD	https://www.ufgd.edu.br/	UFRJ	https://ufrj.br/
UFJF	https://www2.ufff.br/ufff/	UFRN	https://www.ufrn.br/
UFLA	https://ufla.br/	UFRPE	http://www.ufrpe.br/
UFMA	http://portais.ufma.br/PortalUfma/index.jsf	UFRR	http://ufr.br/
UFRRJ	http://portal.ufrj.br/	UNIFAP	http://www.unifap.br/public/
UFS	http://www.ufs.br/	UNIFEI	https://unifei.edu.br/
UFSB	https://www.ufsb.edu.br/	UNIFESP	https://www.unifesp.br/
UFSC	https://ufsc.br/	UNIFESSPA	https://www.unifesspa.edu.br/
UFSCar	https://www2.ufscar.br/	UNILA	https://portal.unila.edu.br/
UFSJ	https://www.ufsj.edu.br/	UNILAB	http://www.unilab.edu.br/
UFSM	https://www.ufsm.br/	UNIPAMPA	http://novportal.unipampa.edu.br/novportal/
UFT	https://www2.uft.edu.br/	UNIR	https://www.unir.br/
UFTM	http://www.uftm.edu.br/	UNIRIO	http://www.unirio.br/
UFU	http://www.ufu.br/	UNIVASF	http://portais.univasf.edu.br/
UFV	https://www.ufv.br/	UTFPR	http://portal.utfpr.edu.br/
UFVJM	http://www.ufvjm.edu.br/	Portal Brasileiro de Dados Abertos	http://dados.gov.br/
UNB	https://www.unb.br/	Painel de Monitoramento de Dados Abertos	http://paineis.cgu.gov.br/dadosabertos/index.htm
UNIFAL-MG	https://www.unifal-mg.edu.br/porta/		

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Também foi aplicado o grupo focal visando a triangulação dos dados obtidos a partir das três técnicas anteriormente mencionadas, a fim de construir uma proposta de catalogação das bases de dados que a UFRPE poderá utilizar em seu PDA para abertura dos dados institucionais.

Ressalta-se que este capítulo foi dividido em cinco seções, pontuando o caminho metodológico aplicado, demonstrando os resultados obtidos, com vistas ao alcance de cada objetivo específico proposto nesta pesquisa, bem como no alcance do objetivo geral.

4.1 POLÍTICA DOS DADOS ABERTOS NO MEC E NA UFRPE

O Tribunal de Contas da União (TCU) definiu, a partir do Acórdão nº 3022 de 2015, quais seriam os dados que deveriam ser abertos à população, e direcionou as ações descritas nesse documento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e ao Ministério da Educação (MEC). Pontuou ainda que

(...) em atenção ao art. 6º, inciso I, do Decreto-Lei 200/1967, c/c o art. 8º, § 3º, incisos II, III e VI, da Lei 12.527/2011, e com base nas orientações do Manual para a Elaboração de Plano de Dados Abertos do MPOG, elaborem e iniciem a execução de plano de dados abertos alinhado com as estratégias corporativa e de tecnologia da

informação, contemplando, por exemplo, os seguintes pontos: definição dos dados a serem abertos; critérios utilizados para priorização dos dados a serem abertos; análise de risco de abertura de dados protegidos por sigilo ou de caráter pessoal; estratégia definida para abertura dos dados, com respectivo plano de ação, que contenha prazos e responsáveis pela implementação; modelo de sustentação, de modo a assegurar o fluxo de atualização e manutenção dos dados; estrutura de governança, forma de monitoramento e controle; e canais de comunicação e participação social, de forma a possibilitar diálogo com consumidores dos dados abertos pela organização (TCU, 2015, on-line).

Considerando a importância que a abertura dos dados produzidos pelas instituições públicas de ensino pode trazer à sociedade, e em conformidade à determinação do acórdão supramencionado, o MEC, através da sua Secretaria Executiva, elaborou o Plano de Dados Abertos (PDAMEC), tendo como abrangência de execução os anos de 2016-2018. Essa medida também está em conformidade com a responsabilidade de divulgação de dados produzidas por esse Ministério junto à OGP.

Em um primeiro momento o documento do TCU solicitou prioridade na divulgação de dados do Programa Universidade para Todos (ProUni), Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e ao Programa Mais Educação (PME). Em um segundo momento pontua que deverão ser divulgados os dados do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e dados de monitoramento da frequência escolar do Programa Bolsa Família.

No quadro 12 constam quais dados foram solicitados como prioridade pelo Acórdão 3022/2015 (TCU).

Quadro 12 (4) - Acórdão TCU 3022/2015 e a abertura de dados pelo MEC

Programas	Indicação de abertura de dados - 1º momento
ProUni	Dados referentes ao detalhamento quantitativo das bolsas concedidas por ano, segmentadas por região, unidade federativa e município, instituição de educação superior, nome do curso, modalidade de ensino (presencial ou a distância – EAD), turno e tipo de bolsa. Também fará parte deste conjunto de dados o acesso a informações pertinente ao detalhamento do perfil dos beneficiários por gênero, raça, faixa etária e pessoas com deficiência
PRONATEC	Publicação da lista de todas as instituições da Rede Federal de EPCT, com detalhamento de nome, município e data de autorização de funcionamento, assim como, quantidade de matrículas atendidas, quantidade de novas matrículas e quantidade de concluintes por iniciativa do PRONATEC, com a especificação da unidade, tipo de curso, nome do curso, tipo da oferta e modalidade de ensino da Rede Federal de EPCT
PME	Disponibilização das informações inerentes ao número de escolas municipais e estaduais que tiveram seus planos de atendimento do Programa Mais Educação aprovados
Programas	Indicação de abertura de dados - 2º momento
SiSU	Grande parte dos dados deste programa estão em formato compatível com a plataforma de disponibilização de dados abertos e disponíveis no Portal de Gestão do MEC que é de uso restrito a gestores internos, sendo também cerne das respostas aos e-SICs sobre ensino superior
Bolsa Família	Esse monitoramento permite diagnosticar o que está dificultando a vida escolar do aluno. Com base nesses dados, o Poder Público define ações para estimular a permanência e o sucesso escolar dos beneficiários. Os dados relacionados ao monitoramento da frequência escolar estão organizados em uma série histórica e podem ser disponibilizados em formato aberto a médio prazo, após conclusão de adaptações necessárias ao formato exigido na plataforma de gestão de indicadores

Fonte: baseado no Acórdão 3022/2015-TCU e no PDAMEC 2016/2018

A partir da publicação do PDAMEC e com prazo a ser cumprido, por indicação desse documento e do acórdão do TCU supracitado, cabia às IFES elaborar os seus planos individuais para abertura de dados à sociedade. Assim, após investigação na página principal da UFRPE, viu-se disponível o Plano de Dados Abertos da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PDAUFRPE) 2017/2018, criado em 03 de agosto de 2017 e aprovado pelo Conselho Universitário (CONSU), conforme Resolução nº 45/2017.

Segundo esse documento, a UFRPE criará mecanismos para o atendimento das normas que recomendam e determinam a abertura dos dados aos cidadãos, conforme os prazos estabelecidos pelo próprio PDA.

Porém, o que se observou, após investigação no Portal Brasileiro de Dados Abertos, conforme dados extraídos e apresentados nos quadros 6 e 8 desta pesquisa, bem como em observação ao portal da UFRPE, é o não cumprimento dos prazos estabelecidos pelo seu PDA, salientando que a vigência desse documento tinha como prazo o final do ano de 2018.

Para exemplificar a afirmação supramencionada, no tópico nº 8 do PDAUFRPE 2017/2018 foi estruturado um plano de ação que descreve, além das ações, as atividades e responsabilidades relacionadas ao processo de publicação dos Dados Abertos da UFRPE (UFRPE, 2017). Em especial atenção ao ponto 9, há previsão para o mês de abril de 2018 a ação de catalogar conjuntos de dados abertos da UFRPE no Portal Brasileiro de Dados Abertos e demais canais.

Conforme já destacado nos quadros 6 e 8 desta pesquisa, não constam dados relacionados à Instituição foco deste estudo. Contudo, há divulgação de dados, no *site* da Instituição, e que estão indicadas no quadro 13, a seguir:

Quadro 13 (4) - Dados abertos na UFRPE

DADOS INSTITUCIONAIS E INDICADORES UFRPE	
INDICAÇÃO DE DADOS	DADOS DISPONIBILIZADOS
Dados Institucionais	Concluintes 2006 a 2015 Concluintes 2006 a 2017 por turno Ingressantes 2006 a 2015 Ingressantes 2006 a 2017 por turno Vinculados 2006 a 2015 Desvinculados 2006 a 2015 Situação acadêmica 2006 a 2017 por turno Relatórios do Censo 2012 Relatórios do Censo 2013 Relatórios do Censo 2014 Relatórios do Censo 2015 Relatórios do Censo 2016 Relatórios do Censo 2017 Boletim UFRPE do Censo 2017

Indicadores de Desempenho do TCU	Disponível apenas um <i>link</i> que direciona a um documento em PDF: http://proplan.ufrpe.br/content/indicadores-de-desempenho-do-tcu
Indicadores de Qualidade (MEC)	Disponibiliza alguns <i>links</i> que direcionam a páginas que não estão mais disponíveis, conforme observado no <i>link</i> que segue: http://proplan.ufrpe.br/content/indicadores-de-qualidade-mec
Taxa de Evasão/Retenção	Mais dois documentos disponíveis em PDF: Apresentação TSG e Evasão UFRPE 2014 Apresentação TSG, Evasão e Retenção 2017
Taxa de Sucesso da Graduação (TSG)	Uma série de documentos disponíveis em PDF: Relatório TSG UFRPE 2013 Relatório TSG UFRPE 2014 Relatório TSG UFRPE 2015 Relatório TSG UFRPE 2016 Relatório TSG UFRPE 2017
Aluno Equivalente	Uma parte dos dados foi apresentada em formato PDF: Dados Aluno Equivalente 2013 Dados Aluno Equivalente 2014 Dados Aluno Equivalente 2015 Dados Aluno Equivalente 2016 Dados Aluno Equivalente 2017 Relatório Aluno Equivalente 2013 e a Apresentação Aluno Equivalente 2013. Relatório Aluno Equivalente 2014 e a Apresentação Aluno Equivalente 2014. Relatório Aluno Equivalente 2017.

Fonte: dados da pesquisa – *site* PROPLAN da UFRPE (2018)

Diante do cenário observado no quadro acima, parece necessária uma proposta de solução, com o possível cumprimento do PDAUFRPE 2017/2018, a fim de que haja disponibilização e abertura de dados da UFRPE junto ao Portal de Brasileiro de Dados Abertos, inclusive aos diversos tipos de dados apontados por esse documento.

Nesse documento é elencada a priorização e são definidos os dados que devem ser abertos, conforme texto a seguir:

Dados relacionados às demandas encaminhadas via o sistema e-SIC, bem como os setores e serviços mais procurados nos sítios eletrônicos do órgão; Dados já publicados no Portal da Transparência da Instituição; Dados considerados relevantes, principalmente os presentes nas páginas mais acessadas nos sítios eletrônicos da UFRPE e/ou de suas unidades administrativas; Dados com o potencial de habilitar o desenvolvimento de iniciativas (e.g., aplicações, projetos de pesquisa) que beneficiarão as comunidades universitária e/ou externa; Dados que não estejam sob restrição de acesso nos termos da Lei nº 12.527 de 2011, armazenados nos sistemas de informação usados na instituição. Serão priorizados preferencialmente os dados que já se encontram disponíveis em áreas públicas dos sistemas, bem como aqueles relacionados às funcionalidades notadamente mais acessadas nos sistemas; Dados relacionados às principais necessidades das comunidades interna e externa à UFRPE, as quais forem apontadas em eventuais consultas públicas (UFRPE, 2017, on-line).

Assim, o que se pretende ao final desta pesquisa, ao explorar a temática em tela, corrobora com a pergunta e problemática inicial pontuada, de como a UFRPE, frente à Lei de Acesso à Informação e as TIC, poderá fomentar e consolidar a transparência ativa de seus dados.

Por fim, destaca-se que tanto no Portal de Monitoramento de Dados Abertos da CGU quanto em recente investigação no Portal da UFRPE, o PDA desta Instituição encontra-se em desenvolvimento e é a partir desta constatação que esta pesquisa propõe um aporte de estruturação e viabilização do alcance dos objetivos apontados.

4.2 DADOS ABERTOS NOS SÍTIOS ELETRÔNICOS DAS INSTITUIÇÕES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL E DAS IFES E O LEVANTAMENTO DOS PDAS

Na investigação realizada, primariamente, foi aplicada uma busca ou levantamento de informações direcionadas ao tema desta pesquisa: os dados abertos. Assim, conforme observados nas figuras 10 e 11, é no Portal Brasileiro de Dados Abertos que delimitamos o ponto de partida, por entender que nesse portal estão disponibilizados os dados das Instituições do Poder Executivo Federal, e, em específico, das IFES.

Contudo, demonstraremos mais adiante que não há simetria, ou melhor, muitas vezes não há concordância entre os dados apresentados nesse portal frente aos dados disponibilizados no Painel de Monitoramento de Dados Abertos, figura 12, bem como nos sítios eletrônicos das IFES investigadas.

Figura 10 (4) - Disponibilização dos Dados Abertos pelo Portal Brasileiro de Dados Abertos



Fonte: Portal Brasileiro de Dados Abertos (2019)

O Portal Brasileiro de Dados Abertos trata todos e quaisquer dados que foram abertos pelas Instituições do Poder Executivo Federal como conjunto de dados e, conforme destacado na figura 10, estão disponibilizados 6.690 conjuntos de dados.

Contudo, o Portal apresenta esses dados de forma categorizada, possibilitando a visualização dos dados por categorias, tais como: organizações, grupos, etiquetas, formatos e

licenças. Apresentaremos, como exemplificação, na figura 11, três dessas categorias citadas: as organizações que disponibilizaram os dados, grupos temáticos de dados e os formatos em que esses dados estão disponibilizados pelas Instituições no Portal.

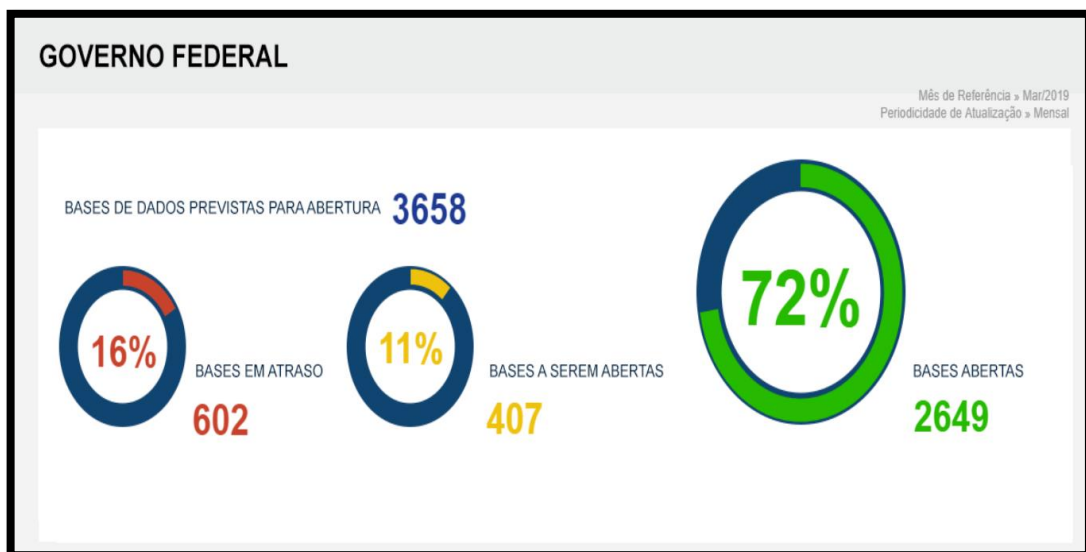
Figura 11 (4) - Apresentação dos dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos



Fonte: Portal Brasileiro de Dados Abertos (2019)

Diferentemente do Portal supracitado, o Painel de Monitoramento apresenta os dados abertos pelas Instituições não como conjunto de dados, mas como Bases de Dados, e destaca quais as porcentagens em que essas bases de dados se encontram, segundo as prioridades dos seus PDAs, destacando as bases em atraso, as bases a serem abertas e as que já se encontram abertas, conforme apresentadas na figura 12.

Figura 12 (4) – Status do Monitoramento das Bases de Dados



Fonte: Painel de Monitoramento de Dados Abertos (2019)

Assim, fazendo uma análise sumária diante do que se apresenta no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no Portal de Monitoramento de Dados Abertos encontramos a primeira diferenciação entre a disponibilização dos dados. No primeiro caso temos a classificação dos dados abertos em conjuntos de dados e, no segundo caso, para o Painel de Monitoramento, temos a classificação como base de dados. A segunda diferenciação reside nos números apresentados nesses sítios investigados: para o Portal estão disponibilizados 6.690 conjuntos de dados abertos, já no Painel de Monitoramento há 2.649 bases de dados abertos.

Contudo, o MPDG trata dessas duas classificações dos dados e destaca, em seu PDA, essa diferenciação de nomenclatura existente entre conjunto de dados e base de dados:

Considerando a complexidade de certificar-se que todas as informações disponíveis nas diversas bases geridas no MP se encontram disponíveis em formato aberto, incluiu-se essa atividade no Plano de Ação de Melhoria do presente plano (Sessão VI) no item MP_M_05 - Estruturação do Inventário de Bases de Dados que terá como produto uma relação de conjunto de dados a serem disponibilizados em formato aberto e que farão parte do escopo do próximo PDA 2020-2021 (PDAMPDG, 2018-2019, on-line).

Deste modo, percebe-se que são os PDAs os norteadores dos dados priorizados pelas Instituições que serão abertos à sociedade, de acordo com uma estruturação de inventário de bases de dados, segundo texto que se apresenta:

O grupo de trabalho constituído desenvolveu, dentre as suas atividades, detalhamento maior do inventário de bases do MP, observando se já encontravam-se divulgados no Portal de Dados Abertos todos os conjuntos de informações organizadas, constantes de sistemas, inclusive os estruturantes, planilhas atualizadas regularmente, informações já publicadas em relatórios, sítio institucional, Portal da Transparência, ou ainda, as já organizadas para atender demandas frequentes via e-SIC e e-Ouv (PDAMPDG, 2018-2019, online).

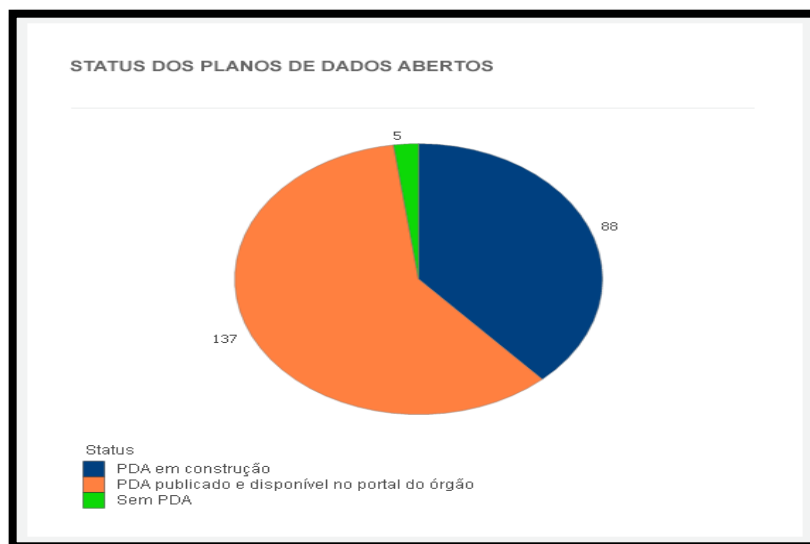
O MPDG destacou em seu PDA, além da estruturação de um inventário de bases de dados, a necessidade de uma consulta pública, a fim de mensurar quais seriam os dados de interesse de conhecimento pelos cidadãos e trazer as bases de dados que serão disponibilizadas além da quantificação dos dados. Pontuou que:

(...) a seleção com 59 (cinquenta e nove) conjuntos de dados ficou em consulta pública para que os cidadãos pudessem manifestar o interesse pela abertura das 20 (vinte) bases ainda não abertas. O objetivo foi incentivar a participação da sociedade e otimizar os esforços para disponibilizar, em formato aberto, a maior quantidade possível de bases de dados do MP. O resultado da consulta pública influenciou na adequação da oferta de informações deste Ministério à demanda da sociedade sobre os dados abertos que constam no presente Plano (PDAMPDG, 2018-2019, online).

É a partir do que estabelecem os PDAs das Instituições do Poder Executivo Federal, quanto às bases de dados priorizadas à abertura, que o Painel de Monitoramento de Dados Abertos da CGU mensura quanto do que está previsto já se encontra de fato aberto à sociedade, conforme apresentado na figura 12. Contudo, vale ressaltar que mesmo sendo um documento

norteador, o PDA não está estruturado ainda em todas as instituições do executivo federal, conforme dados apresentados na figura 13.

Figura 13 (4) - Status dos PDAs segundo o Painel de Monitoramento de Dados Abertos



Fonte: Painel de Monitoramento de Dados Abertos (2019)

Segundo dados extraídos da figura 13, das 230 instituições monitoradas pelo Painel da CGU, 88 delas apresentam o PDA em fase de construção, 137 instituições estão com o PDA publicado e disponível no Portal do Órgão e 5 instituições não possuem o PDA.

Em relação às Instituições que não possuem PDA, as 5 tratadas na figura 13, referem-se exclusivamente a IFES, as quais serão tratadas em seção específica adiante.

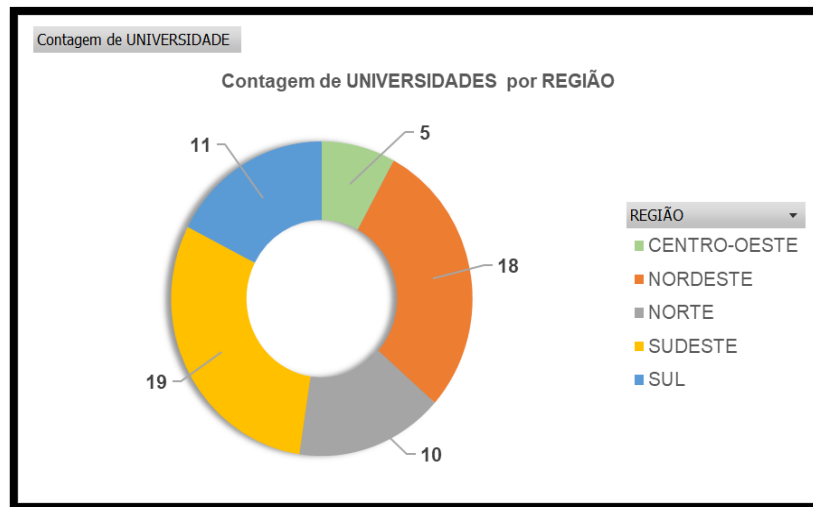
Assim, a fim de dimensionarmos, delimitarmos e buscarmos o direcionamento desta pesquisa, trataremos a seguir das 63 IFES investigadas quanto a apresentação dos seus PDAs. Além disso, como estão apresentadas essas informações no Portal de Monitoramento de Dados Abertos, bem como nos sítios eletrônicos dessas IFES.

4.2.1 Dados gerais apresentados pelas IFES

Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), há no Brasil 63 IFES localizadas em todos os estados da Federação e no Distrito Federal (ANDIFES, 2019, on-line) e essas IFES foram o recorte de investigação desta pesquisa.

Assim, a fim de mensurarmos a dimensão das bases de dados investigadas, na figura 14 verificaremos a distribuição de Universidades por cada região brasileira.

Figura 14 (4) - Distribuição de Universidade por Região do Brasil



Fonte: adaptado do Portal de Monitoramento de Dados Abertos da CGU (2019)

Adiante, serão apresentadas em ordem alfabética, no quadro 14, as 63 IFES investigadas, a disponibilização dos PDAs e o status em que eles se encontram.

Quadro 9 (4) - Apresentação dos PDAs nas IFES brasileiras

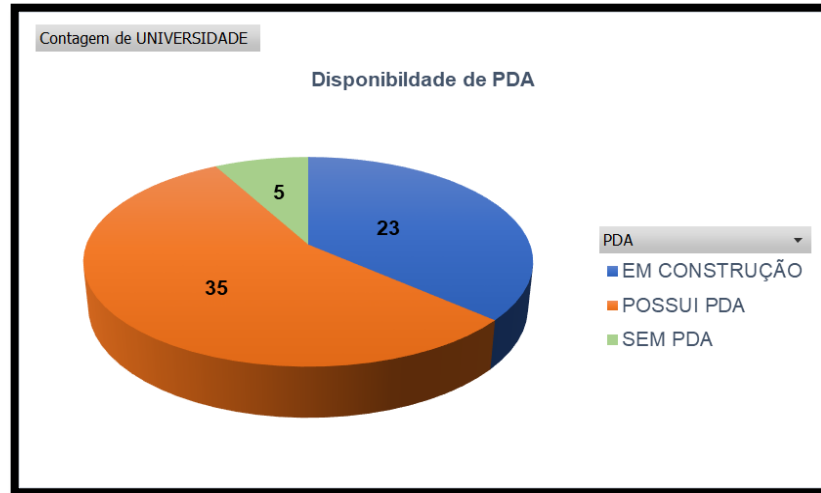
VERIFICAÇÃO DO PDA NAS IFES DO BRASIL			
	UNIVERSIDADE	PDA	REGIÃO
1	FURG	EM CONSTRUÇÃO	SUL
2	UFABC	POSSUI PDA	SUDESTE
3	UFAC	SEM PDA	NORTE
4	UFAL	EM CONSTRUÇÃO	NORDESTE
5	UFAM	POSSUI PDA	NORTE
6	UFBA	EM CONSTRUÇÃO	NORDESTE
7	UFC	EM CONSTRUÇÃO	NORDESTE
8	UFCA	POSSUI PDA	NORDESTE
9	UFCG	SEM PDA	NORDESTE
10	UFCSPA	POSSUI PDA	SUL
11	UFERSA	POSSUI PDA	NORDESTE
12	UFES	POSSUI PDA	SUDESTE
13	UFF	POSSUI PDA	SUDESTE
14	UFFS	POSSUI PDA	SUL
15	UFG	POSSUI PDA	CENTRO-OESTE
16	UFGD	SEM PDA	CENTRO-OESTE
17	UFJF	POSSUI PDA	SUDESTE
18	UFLA	POSSUI PDA	SUDESTE
19	UFMA	POSSUI PDA	NORDESTE
20	UFMG	EM CONSTRUÇÃO	SUDESTE
21	UFMS	POSSUI PDA	CENTRO-OESTE

22	UFMT	POSSUI PDA	CENTRO-OESTE
23	UFOB	POSSUI PDA	NORDESTE
24	UFOP	POSSUI PDA	SUDESTE
25	UFOPA	EM CONSTRUÇÃO	NORTE
26	UFPA	EM CONSTRUÇÃO	NORTE
27	UFPB	EM CONSTRUÇÃO	NORDESTE
28	UFPE	EM CONSTRUÇÃO	NORDESTE
29	UFPeI	POSSUI PDA	SUL
30	UFPI	EM CONSTRUÇÃO	NORDESTE
31	UFPR	EM CONSTRUÇÃO	SUL
32	UFRA	EM CONSTRUÇÃO	NORTE
33	UFRB	POSSUI PDA	NORDESTE
34	UFRGS	POSSUI PDA	SUL
35	UFRJ	POSSUI PDA	SUDESTE
36	UFRN	POSSUI PDA	NORDESTE
37	UFRPE	EM CONSTRUÇÃO	NORDESTE
38	UFRR	POSSUI PDA	NORTE
39	UFRRJ	EM CONSTRUÇÃO	SUDESTE
40	UFS	SEM PDA	NORDESTE
41	UFSB	EM CONSTRUÇÃO	NORDESTE
42	UFSC	EM CONSTRUÇÃO	SUL
43	UFSCar	EM CONSTRUÇÃO	SUDESTE
44	UFSJ	POSSUI PDA	SUDESTE
45	UFSM	POSSUI PDA	SUL
46	UFT	EM CONSTRUÇÃO	NORTE
47	UFTM	POSSUI PDA	SUDESTE
48	UFU	EM CONSTRUÇÃO	SUDESTE
49	UFV	POSSUI PDA	SUDESTE
50	UFVJM	POSSUI PDA	SUDESTE
51	UNB	POSSUI PDA	CENTRO-OESTE
52	UNIFAL-MG	POSSUI PDA	SUDESTE
53	UNIFAP	EM CONSTRUÇÃO	NORTE
54	UNIFEI	POSSUI PDA	SUDESTE
55	UNIFESP	EM CONSTRUÇÃO	SUDESTE
56	UNIFESSPA	POSSUI PDA	NORTE
57	UNILA	EM CONSTRUÇÃO	SUL
58	UNILAB	POSSUI PDA	NORDESTE
59	UNIPAMPA	POSSUI PDA	SUL
60	UNIR	SEM PDA	NORTE
61	UNIRIO	POSSUI PDA	SUDESTE
62	UNIVASF	POSSUI PDA	NORDESTE
63	UTFPR	EM CONSTRUÇÃO	SUL

Fonte: adaptado do Portal de Monitoramento de Dados Abertos CGU (2019)

Para uma visualização prática a respeito da disponibilização dos PDAs pelas IFES, a figura 15 apresenta graficamente o status dos Planos.

Figura 15 (4) - Representação gráfica da disponibilidade do PDA pelas IFES do Brasil

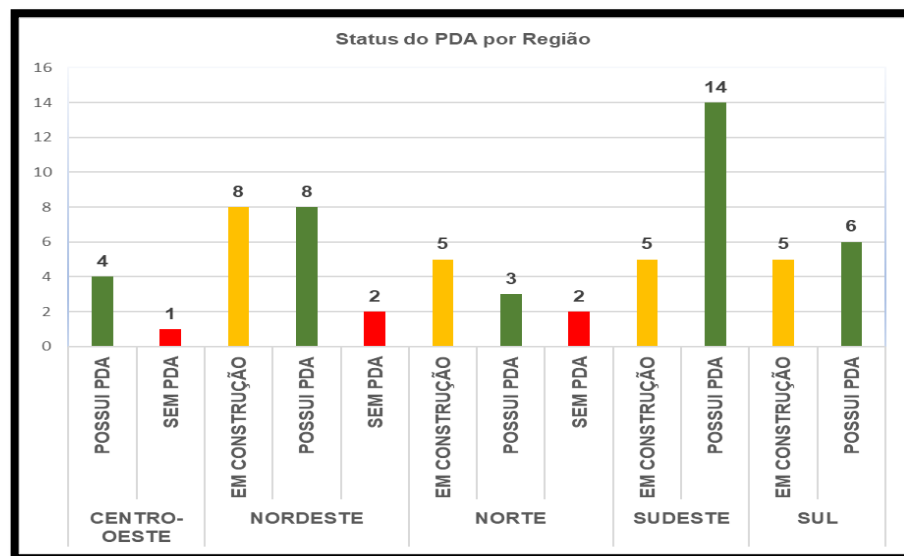


Fonte: adaptado do Portal de Monitoramento de Dados Abertos da CGU (2019)

Segundo dados extraídos do Painel de Monitoramento de Dados Abertos da CGU, aproximadamente 56% das IFES possuem o PDA, 36% estão com os seus PDAs em construção e apenas 8% não possuem PDA.

Na figura 16 está demonstrada, graficamente, a disponibilidade dos PDAs pelas IFES, e a distribuição pelas regiões brasileiras. Esses dados foram extraídos do Painel de Monitoramento de Dados Abertos da CGU e confrontados com a investigação realizada em cada sítio eletrônico das IFES.

Figura 16 (4) - Representação gráfica da disponibilidade do PDA das IFES por região brasileira



Fonte: adaptado do Portal de Monitoramento de Dados Abertos da CGU (2019)

De acordo com dados observados no quadro 14 e na figura 16, acima, a região norte tem um conjunto de 10 IFES, das quais apenas 30% possuem PDA, 50% encontram-se na fase de elaboração e 20% não possuem o Plano de Dados. Já na região nordeste há 18 IFES, das quais aproximadamente 45% possuem PDA, outros 45% estão na fase de construção, inclusive a UFRPE, *locus* desta pesquisa, e cerca de 10% não possuem o Plano de Dados.

No quadro 15 é apresentada a porcentagem de abertura das bases de dados por cada IFES investigada, bem como o *status* do PDA de cada uma dessas instituições. A apresentação está distribuída em ordem alfabética.

Quadro 10 (4) - Porcentagem de abertura das bases de dados pelas IFES e status do PDA

	IFES	BASES ABERTAS	BASES A SEREM ABERTAS	BASES EM ATRASO	BASES DE DADOS PREVISTAS
1	FURG	PDA EM CONSTRUÇÃO			
2	UFABC	0,00%	100,00%	0,00%	9 BASES
3	UFAC	SEM PDA			
4	UFAL	PDA EM CONSTRUÇÃO			
5	UFAM	0,00%	0,00%	100,00%	6 BASES
6	UFBA	PDA EM CONSTRUÇÃO			
7	UFC	PDA EM CONSTRUÇÃO			
8	UFCA	100,00%	0,00%	0,00%	23 BASES
9	UFCG	SEM PDA			
10	UFCSPA	75,00%	0,00%	25,00%	12 BASES
11	UFERSA	100,00%	0,00%	0,00%	9 BASES
12	UFES	100,00%	0,00%	0,00%	5 BASES
13	UFF	0,00%	100,00%	0,00%	13 BASES
14	UFFS	0,00%	0,00%	100,00%	2 BASES
15	UFG	0,00%	0,00%	100,00%	8 BASES
16	UFGD	SEM PDA			
17	UFJF	20,00%	0,00%	80,00%	5 BASES
18	UFLA	29,00%	67,00%	4,00%	24 BASES
19	UFMA	74,00%	0,00%	26,00%	27 BASES
20	UFMG	PDA EM CONSTRUÇÃO			
21	UFMS	100,00%	0,00%	0,00%	10 BASES
22	UFMT	0,00%	0,00%	100,00%	17 BASES
23	UFOB	68,00%	32,00%	0,00%	34 BASES
24	UFOP	93,00%	0,00%	7,00%	27 BASES
25	UFOPA	PDA EM CONSTRUÇÃO			
26	UFPA	PDA EM CONSTRUÇÃO			
27	UFPB	PDA EM CONSTRUÇÃO			
28	UFPE	PDA EM CONSTRUÇÃO			
29	UFPEl	70,00%	30,00%	0,00%	37 BASES
30	UFPI	PDA EM CONSTRUÇÃO			

31	UFPR	PDA EM CONSTRUÇÃO			
32	UFRA	PDA EM CONSTRUÇÃO			
33	UFRB	0,00%	100,00%	0,00%	11 BASES
34	UFRGS	0,00%	0,00%	100,00%	10 BASES
35	UFRJ	0,00%	0,00%	100,00%	5 BASES
36	UFRN	100,00%	0,00%	0,00%	58 BASES
37	UFRPE	PDA EM CONSTRUÇÃO			
38	UFRR	81,00%	0,00%	19,00%	31 BASES
39	UFRRJ	PDA EM CONSTRUÇÃO			
40	UFS	SEM PDA			
41	UFSB	PDA EM CONSTRUÇÃO			
42	UFSC	PDA EM CONSTRUÇÃO			
43	UFSCar	PDA EM CONSTRUÇÃO			
44	UFSJ	100,00%	0,00%	0,00%	11 BASES
45	UFSM	80,00%	20,00%	0,00%	20 BASES
46	UFT	PDA EM CONSTRUÇÃO			
47	UFTM	100,00%	0,00%	0,00%	10 BASES
48	UFU	PDA EM CONSTRUÇÃO			
49	UFV	67,00%	28,00%	6,00%	18 BASES
50	UFVJM	45,00%	52,00%	3,00%	29 BASES
51	UNB	0,00%	100,00%	0,00%	8 BASES
52	UNIFAL-MG	42,00%	0,00%	58,00%	12 BASES
53	UNIFAP	PDA EM CONSTRUÇÃO			
54	UNIFEI	33,00%	0,00%	67,00%	6 BASES
55	UNIFESP	PDA EM CONSTRUÇÃO			
56	UNIFESSPA	100,00%	0,00%	0,00%	9 BASES
57	UNILA	PDA EM CONSTRUÇÃO			
58	UNILAB	72,00%	11,00%	17,00%	18 BASES
59	UNIPAMPA	14,00%	0,00%	86,00%	7 BASES
60	UNIR	SEM PDA			
61	UNIRIO	0,00%	0,00%	100,00%	19 BASES
62	UNIVASF	29,00%	0,00%	71,00%	7 GRUPOS
63	UTFPR	PDA EM CONSTRUÇÃO			

Fonte: dados da pesquisa segundo o Painel de Monitoramento de Dados Abertos (2019)

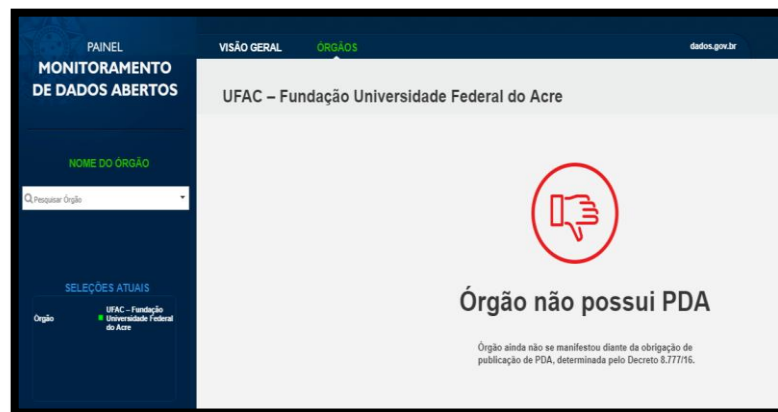
Foi a partir do levantamento dos dados referentes à disponibilização dos PDAs, pelas IFES, nos seus sítios eletrônicos, frente ao Portal Brasileiro de Dados Abertos e o Painel de Monitoramento de Dados Abertos da CGU, que conseguiu-se delimitar quais IFES poderiam contribuir para a estruturação e catalogação das bases de dados que a UFRPE poderia priorizar em seu PDA. Essa fase será pontuada, detalhadamente, em seção específica e referenciada no levantamento das bases de dados priorizadas pelas IFES.

A seguir, pontuaremos a disponibilidade dos PDAs, separando por seção as IFES que não possuem o Plano de Dados, as que estão em fase de construção e as que possuem o PDA e o disponibiliza à sociedade.

4.2.2 Instituições Federais de Ensino Superior que não apresentaram o Plano de Dados Abertos

De acordo com os dados de investigação apresentados até o momento, apenas 5 IFES não possuem o PDA publicado. Isso representa 8% do universo pesquisado. As Instituições UFAC, UFCG, UFGD, UFS e UNIR, quando pesquisadas, entre os meses de janeiro e abril de 2019, no Painel de Monitoramento de Dados Abertos, na busca de encontrar o PDA, trouxe como resposta a negativa de existência do Plano de Dados, conforme demonstrado na figura 17.

Figura 17 (4) - Disponibilização de Informação de Órgão sem PDA - UFAC



Fonte: Painel de Monitoramento de Dados Abertos (2019)

Foi traçado o mesmo caminho de investigação, no Portal Brasileiro de Dados Abertos, quanto à disponibilidade dos PDAs dessas 5 IFES supracitadas.

Figura 18 (4) - Disponibilização de Informação de Órgão sem PDA – UFAC



Fonte: Portal Brasileiro de Dados Abertos (2019)

Obteve-se como resposta a negativa da existência do Plano de Dados, conforme demonstrado na figura 18. Após a realização da busca pelo PDA, diretamente no sítio eletrônico de cada uma dessas 5 IFES mencionadas, podemos ratificar que convergem as informações disponibilizadas no Painel de Monitoramento da CGU e no Portal Brasileiro de Dados Abertos, quanto à negativa de existência do Plano de Dados desses órgãos.

Por fim, destaca-se que, por não terem disponibilizados os PDAs, as instituições UFAC, UFCG, UFGD, UFS e UNIR foram excluídas do levantamento das bases de dados, por não possuírem o objeto necessário de investigação à catalogação dos dados, o PDA.

4.2.3 Instituições Federais de Ensino Superior que apresentaram o Plano de Dados Abertos em Desenvolvimento

Diante dos dados apresentados na figura 15, aproximadamente 36% das IFES estão na fase de construção dos seus PDAs, número que equivale a 23 instituições de ensino. Porém, após a investigação minuciosa nos sítios eletrônicos de cada IFES, frente aos dados disponibilizados pelo Portal de Monitoramento de Dados Abertos da CGU e Portal Brasileiro de Dados Abertos, encontramos divergências na disponibilização de informações no que diz respeito ao PDA. Assim, a UFAL, UFC e UFPI saem deste grupo, de instituições com PDA em elaboração e passam a compor o grupo de instituições com o Plano de Dados disponibilizados.

A figura 19 apresenta as divergências encontradas nos sítios eletrônicos investigados, quanto à disponibilidade do PDA.

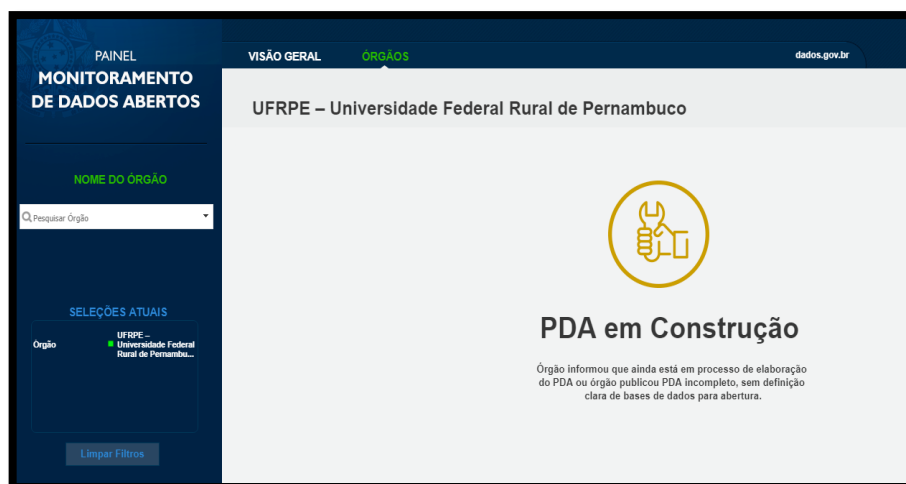
Figura 19 (4) - Disponibilização de Informação do PDA por sites distintos - UFPI



Fonte: Adaptado do Painel de Monitoramento e Portal Brasileiro de Dados Abertos e site da UFPI (2019)

Dentre as 20 IFES restantes neste grupo, encontram-se as instituições FURG, UFBA, UFMG, UFOPA, UFPA, UFPB, UFPE, UFPR, UFRA, UFRPE (*locus* desta pesquisa), UFRRJ, UFSB, UFSC, UFSCar, UFT, UFU, UNIFAP, UNIFESP, UNILA e UTFPR. A figura 20 ratifica a informação de que o PDA da UFRPE se encontra em fase de construção.

Figura 20 (4) - Disponibilização de Informação de PDA em construção - UFRPE



Fonte: Painel de Monitoramento de Dados Abertos (2019)

Na seção a seguir apresenta-se o grupo das IFES que possuem o PDA, bem como a disponibilidade desses Planos de Dados nos seus sítios eletrônicos, no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no Painel de Monitoramento de Dados Abertos da CGU.

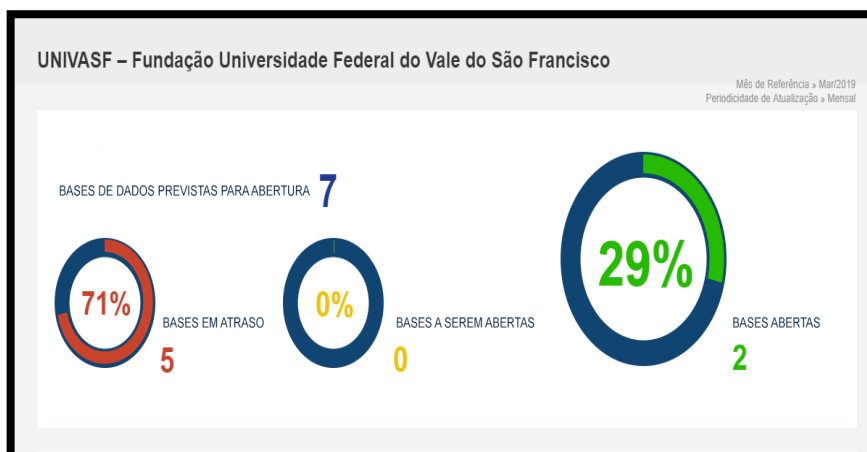
4.2.4 Instituições Federais de Ensino Superior com Plano de Dados Abertos

Neste grupo encontram-se as 38 IFES que possuem os PDAs disponibilizados e que priorizaram, respectivamente, as bases e conjuntos de dados, que nortearão a estruturação da catalogação das bases e conjuntos de dados que poderão ser abertos, à sociedade, pela UFRPE.

Foram investigados os sítios eletrônicos das seguintes Instituições: UFABC, UFAL, UFAM, UFC, UFCA, UFCSPA, UFERSA, UFES, UFF, UFFS, UFG, UFJF, UFLA, UFMA, UFMS, UFMT, UFOB, UFOP, UFPeI, UFPI, UFRB, UFRGS, UFRJ, UFRN, UFRR, UFSJ, UFSM, UFTM, UFV, UFVJM, UNB, UNIFAL-MG, UNIFEI, UNIFESSPA, UNILAB, UNIPAMPA, UNIRIO e UNIVASF.

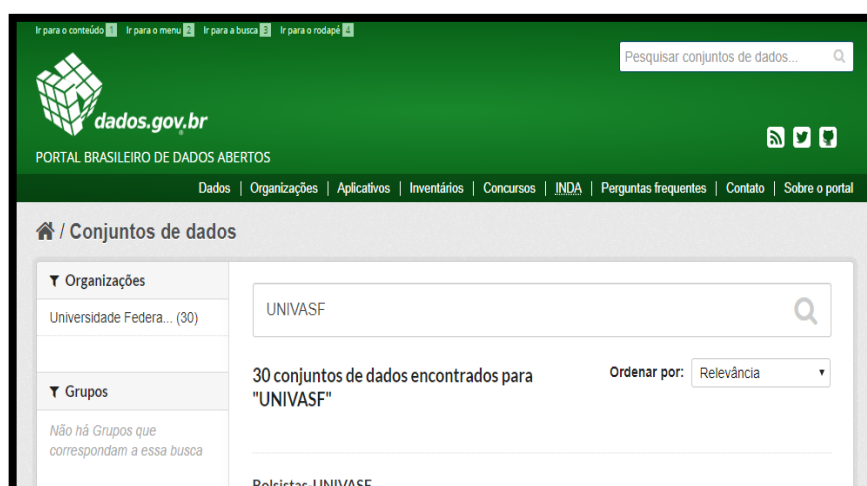
Fizeram parte, nesse grupo de análise, além dos levantamentos de dados pertinentes aos PDAs, a busca no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no Painel de Monitoramento de Dados Abertos da CGU, referentes às IFES supramencionadas nesta seção. Conforme apresentadas nas figuras 21, 22 e 23, respectivamente, há diferenciações nas apresentações dos dados, a partir desses *sites*.

Figura 21 (4) - Disponibilização dos Dados abertos da UNIVASF - Painel de Monitoramento da CGU



Fonte: Painel de Monitoramento de Dados Abertos (2019)

Figura 22 (4) - Disponibilização dos Dados abertos da UNIVASF – Portal Brasileiro de Dados Abertos



Fonte: Portal Brasileiro de Dados Abertos (2019)

Figura 23 (4) - Disponibilização dos Dados abertos da UNIVASF – site da UNIVASF



Fonte: imagem capturada do site da UNIVASF (2019)

Segundo observações nas figuras 21, 22 e 23, a forma como cada um sítio eletrônico traz as informações ratifica o que já fora mencionado até o momento, ou seja, trazem nomes distintos na apresentação, mas confirmam a disponibilização dos dados.

Na figura 21, Painel de Monitoramento de Dados Abertos da CGU, os dados são apresentados em bases, que na UNIVASF são contabilizadas em 7 bases de dados. Na figura 22, Portal Brasileiro de Dados Abertos, os dados são apresentados em conjuntos de dados e nessa Instituição temos contabilizados 30 conjuntos de dados.

Por fim, na figura 23, diretamente no sítio eletrônico dessa IFES, estão apresentados 30 conjuntos de dados com 7 grupos de dados, o que direciona, após a investigação, que as bases de dados relatadas na figura 21 estão distribuídas nos grupos da figura 23, e que os conjuntos de dados apontados na figura 22 são ratificados nos mesmos conjuntos de dados apresentados na figura 23. Para que haja uma visualização dos grupos e conjuntos de dados referidos nessas últimas figuras, as quais se referem à UNIVASF, apresentaremos, no quadro 16, como estão dispostos esses dados diretamente do *site* dessa IFES.

Quadro 11 (4) - Apresentação dos dados abertos da UNIVASF – Bases de Dados

GRUPO DE DADOS	CONJUNTO DE DADOS
1.Dados dos Sistemas dos Programas de Assistência	1.Selecionados para programas de Assistência Estudantil 2.Quantitativo de inscrições nos programas de assistência estudantil por ano
2.Cursos de Idiomas	3.Seleção para Concursos de Idiomas 4.Quantitativo de inscrições em concursos de idiomas – mar - 18
3.Dados do Sistema de Concursos e do Sistema de Gestão de Pessoas	5.Quantitativo de servidores por sexo 6.Quantitativo de servidores por declaração de raça/cor 7.Servidores ocupantes de cargos e funções gratificadas em 31/12/17 8.Servidores aposentados em 31/12/17 9.Quantitativo de servidores por idade 10.Quantitativo de servidores por categoria e campus em 31/12/17 11.Servidores ativos
4.Dados do Programa de Monitoria, Tutoria de Nivelamento, PIBID, PET, BIA e Modalidade Estudantil	12.Outras modalidades de programas – bolsas 13.Programa de Educação Tutorial – Tradicional 14.Programa de Mobilidade Estudantil 15.Programa de Educação Tutorial – PET – Saúde 16.Bolsas do Programa de Iniciação à Docência – PIBID 17.Programa de Educação Tutorial – PET - Graduasus 18.Bolsas de Incentivo Acadêmico - BIA
5.Dados dos Sistemas do Departamento de Pesquisa e do Sistema Integrado de Atividades	19.Bolsistas - FAPESB 20.Bolsistas - AF 21.Bolsistas - CNPQ 22.Bolsistas – PIBIC - EM 23.Bolsistas - PIBIT 24.Bolsistas - PIVIC 25.Bolsistas - UNIVASF
6.Estágios	26.Programa Especial de Bolsas de Estágio Extracampus 27.Lista de Estagiários por empresas – mar - 18 28.Estagiários por empresas – mar - 18 29.Estagiários da UNIVASF em março de 2018
7.Projetos de Extensão	30.Processos Seletivos de Extensão

Fonte: dados da pesquisa adaptado do *site* da UNIVASF (2019)

A disposição dos dados apresentados em grupos e conjuntos de dados, no quadro 16, compõe as Bases de Dados da UNIVASF. Essa estrutura se repete nas 37 outras IFES investigadas, a serem analisadas na próxima seção, que traz o levantamento e disponibilização das bases de dados, priorizadas à abertura.

Cada base de dado encontrada será demonstrada em quadro específico, estruturado a partir da análise de conteúdo realizada no universo das IFES que possuem os dados abertos e os dispõem no Portal Brasileiro de Dados Abertos, Painel de Monitoramento de Dados Abertos, bem como nos seus respectivos sítios eletrônicos.

4.3 LEVANTAMENTO E DISPONIBILIZAÇÃO DAS BASES DE DADOS ABERTOS E A PRIORIZAÇÃO DESSAS BASES PELAS IFES

Nesta seção é demonstrado o processo de levantamento para verificação da disponibilização das bases de dados abertos priorizadas pelas IFES investigadas, nos seus PDAs, além da aplicação da técnica de AC no processo de entendimentos dos grupos e conjuntos de dados que poderão compor a proposta de estruturação de catalogação das bases de dados que a UFRPE poderá disponibilizar, primeiramente em seu PDA e, em seguida, à sociedade de forma aberta.

Essa proposta de estruturação também ficará à disposição das demais IFES que, ao a adotarem, também estarão facilitando a vida dos pesquisadores que precisem agregar dados de todas elas.

4.3.1 Análise de Conteúdo como estratégia complementar para o fortalecimento e a identificação das bases de dados abertos disponibilizadas pelas IFES

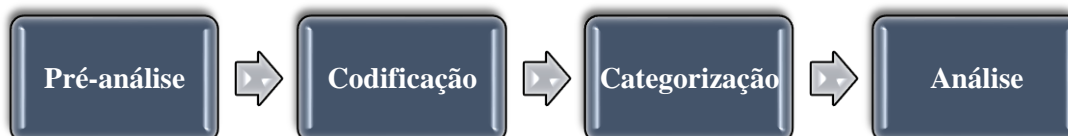
Conforme demonstrado na figura 24, a AC é concebida a partir de um processo que envolve quatro fases (BARDIN, 1979):

- Pré-análise: etapa em que há a escolha e a organização dos documentos produzidos a partir da coleta de dados e da investigação realizada;
- Codificação: etapa em que ocorre a transformação dos dados que foram coletados em unidades de registro que permitem a contextualização, conforme dado extraído;
- Categorização: etapa que envolve um processo de classificação que resultará na criação de categorias de análises e trata-se de uma representação desenredada dos dados brutos;

- **Análise:** etapa interpretativa e carregada de análises dos resultados obtidos.

Assim, vale ressaltar que, a criatividade e a habilidade interpretativa do pesquisador, não podem ser objetos afastados durante o processo de análise em questão, tendo em vista que as palavras são as bases de análises e que permitiram a geração dos resultados observados adiante.

Figura 24 (4) - Etapas da análise de conteúdo



Fonte: adaptado de Bardin (1979)

Diante da necessidade de se encontrar respostas para embasar as escolhas feitas pelas IFES brasileiras no contexto das bases de dados disponibilizadas por elas à sociedade, e como cada base de dado pode compor a estruturação e catalogação das bases de dados que a UFRPE poderá convergir à abertura, utilizou-se a análise de conteúdo como um processo de busca codificação, categorização e análise propriamente dita.

Esse processo de investigação foi dividido em etapas, a fim de que fosse possível cumprir as fases prescritas dentro da AC. As etapas podem ser melhor visualizadas no quadro 17, adiante, e demonstrar os processos de pré-análise, codificação, categorização e análise, sendo realizado o levantamento e a seleção dos dados necessários, a inclusão dos dados e a classificação em códigos, tendo como resultado a proposta de catalogação dos dados da UFRPE.

Quadro 12 (4) - Etapas do processo de AC desta pesquisa

<i>Etapas</i>	<i>Análise de Conteúdo</i>	<i>Descrição dos Processos</i>
1ª Etapa	Pré-Análise	Levantamento e seleção dos dados nos sítios eletrônicos das IFES que participaram da AC
2ª Etapa	Codificação	Inclusão dos dados encontrados nos sítios eletrônicos das IFES, Portal Brasileiro de Dados Abertos e no Painel de Monitoramento de Dados Abertos da CGU e codificação, a priori, segundo os dados encontrados
3ª Etapa	Categorização	Classificação dos dados em Códigos, necessários para a proposta de estruturação da pesquisa
4ª Etapa	Análise	Análise dos dados encontrados pelo CTDA para a construção e estruturação das bases de dados para composição da proposta desta pesquisa

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Assim, a AC ocorreu em quatro etapas:

- Primeira etapa: o pesquisador realizou o levantamento de dados nas 38 IFES que possuem o PDA disponível e cujos dados priorizados estão abertos. O levantamento buscou encontrar as bases de dados abertos, em cada IFES, e que foram priorizadas conforme descrito em seu PDA. Além disso, foram selecionados os dados que foram encaminhados para a inclusão no Atlas.ti para a execução da segunda etapa da AC;

- Segunda etapa: foram identificadas as bases de dados selecionadas e extraídas dos sítios eletrônicos investigados. Também foram codificadas as pesquisas realizadas em cada IFES e nomeadas de P1 a P38, quadro 18 e figura 25, e foram padronizadas em documentos incluídos no formato docx. (Word) e inseridos no Atlas.ti. Além disso foram incluídos os códigos, a priori, conforme frequência observada nos sites investigados, a fim de ser possível a execução da terceira etapa da AC;

- Terceira etapa: cada pesquisa levantada nos sítios eletrônicos investigados, referente a cada IFES, trazia dados que se fazia necessária a classificação e categorização em códigos pertinentes à estruturação da proposta desta pesquisa. Os dados extraídos nos sites investigados eram categorizados e classificados em códigos já existentes, citados adiante na figura 25 e ratificando a execução da quarta e última etapa da AC;

- Quarta etapa: as bases de dados que foram catalogadas, a partir da investigação e da AC, foram transformadas em uma proposta, que foi levada ao CTDA da UFRPE, que avaliou a pertinência e a necessidade de cada base de dados presente na proposta de estruturação das bases de dados que podem ser abertas pela Instituição.

Faz-se necessário destacar que, no momento em que não era possível encontrar as bases de dados nos sites das IFES, buscava-se no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no Painel de Monitoramento de Dados Abertos da CGU. Isso se deu por conta das divergências, já relatadas, de demonstração dos dados por parte das IFES, conforme destaque na seção 4.1.3 e figura 19 retro citadas.

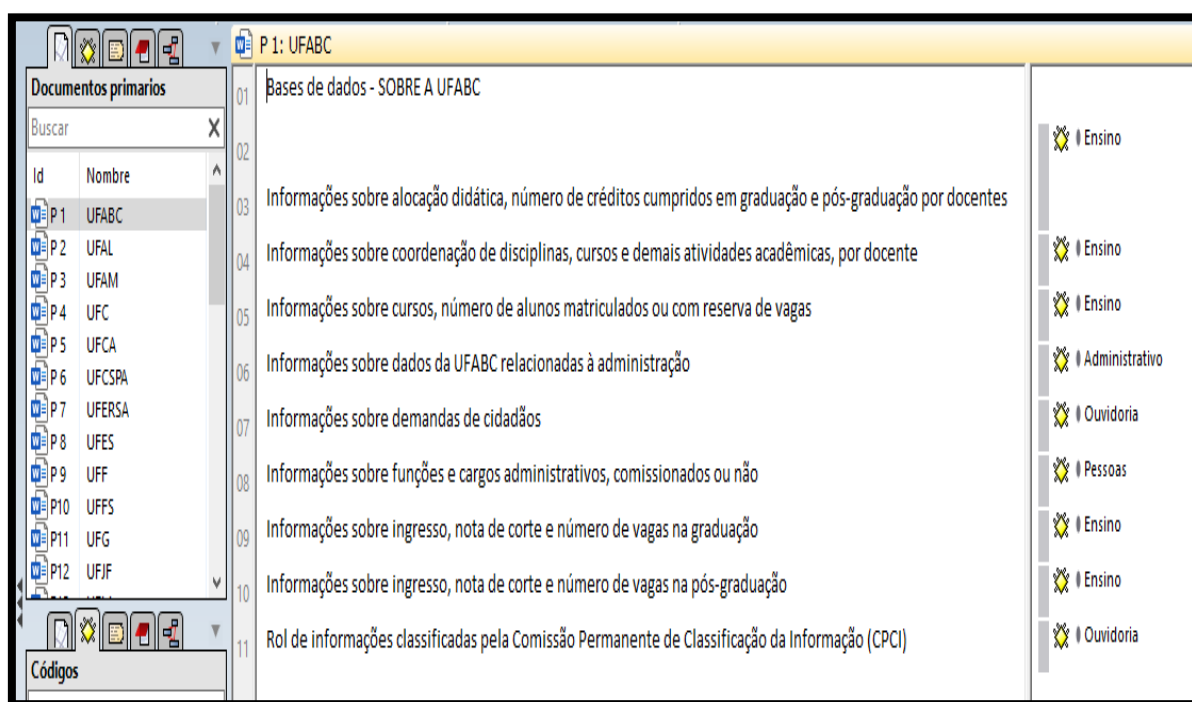
Após o levantamento dos dados, em cada site investigado, foram criados os documentos primários, assim chamado pelo Atlas.ti, padronizados no formato Word (docx.) e incluídos na ferramenta de AC. Cada IFES foi codificada no Atlas.ti e recebeu a codificação “Pn”, observada no quadro 18 e figura 25, onde “P” é lido como Pesquisa e “n” é o número atribuído a cada IFES, que segue em ordem alfabética.

Quadro 13 (4) - Codificação das IFES para Análise de Conteúdo – IFES com PDA

P 1: UFABC	P 2: UFAL	P 3: UFAM	P 4: UFC
P 5: UFCA	P 6: UFCSPA	P 7: UFERSA	P 8: UFES
P 9: UFF	P10: UFFS	P11: UFG	P12: UFJF
P13: UFLA	P14: UFMA	P15: UFMS	P16: UFMT
P17: UFOB	P18: UFOP	P19: UFPEL	P20: UFPI
P21: UFRB	P22: UFRGS	P23: UFRJ	P24: UFRN
P25: UFRR	P26: UFSJ	P27: UFSM	P28: UFTM
P29: UFV	P30: UFVJM	P31: UNB	P32: UNIFAL-MG
P33: UNIFEI	P34: UNIFESSPA	P35: UNILAB	P36: UNIPAMPA
P37: UNIRIO	P38: UNIVASF	Total de 38 IFES codificadas para a AC	

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Figura 25 (4) - Processo de alimentação das bases de dados das IFES no Atlas.ti

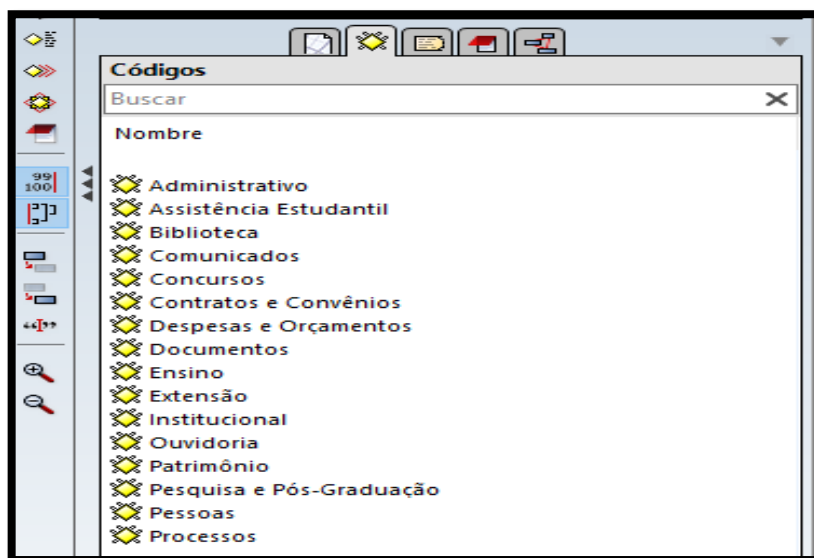


Fonte: disposição das bases de dados da UFABC no Atlas.ti (2019)

Por fim, cada base de dados colhida foi categorizada, classificada em um código correspondente. Inicialmente, percebeu-se que havia uma certa frequência, uma repetição na nomenclatura das bases de dados nos *sites* investigados. Isso permitiu a inclusão dos códigos no Atlas.ti, *a priori*, no processo de AC executado.

Na figura 26 são demonstrados os códigos inseridos no Atlas.ti e que serviram como base para a proposta de estruturação desta pesquisa.

Figura 26 (4) - Apresentação dos Códigos inseridos a priori no Atlas.ti



Fonte: dados da pesquisa extraído do Atlas.ti (2019)

Os códigos inseridos, *a priori*, no Atlas.ti, foram minuciosamente analisados. Cada base de dados foi classificada e categorizada com o fito de construção da proposta de estruturação das bases de dados da UFRPE.

Adiante, são demonstrados os 16 códigos, oriundos das bases de dados, as análises possíveis obtidas pela investigação nos sítios eletrônicos, bem como a classificação e categorização de cada linha pesquisada e direcionada, pelo pesquisador, num determinado código.

4.3.2 Bases de dados abertos – Códigos

A fim de que fosse possível a criação da proposta de estruturação das bases de dados da UFRPE, foi necessária a realização da AC, através da ferramenta Atlas.ti. Todo o processo de AC, desta pesquisa, construiu-se mediante a inclusão de códigos, *a priori*, conforme a apresentação na figura 26 e 27.

Vale ressaltar que o código “Base de Dados”, presente na figura 27, serviu apenas para a estruturação da cadeia de códigos e bases de dados, presentes na investigação, mas não há nenhum dado presente nesse código. Vale salientar, também, que as vinculações, classificações e categorizações foram criadas pelo pesquisador, livremente, porém embasadas pela literatura, normas e bibliografia presentes nesta pesquisa, e conforme possibilidade asseverada por Bardin (2006), que destaca a “codificação como uma fase que corresponde a uma transformação realizada a partir de regras determinadas diante dos dados textuais presentes, e que essa

transformação, permitirá o alcance da representação do conteúdo ou da sua expressão” (BARDIN, 2006, p. 103).

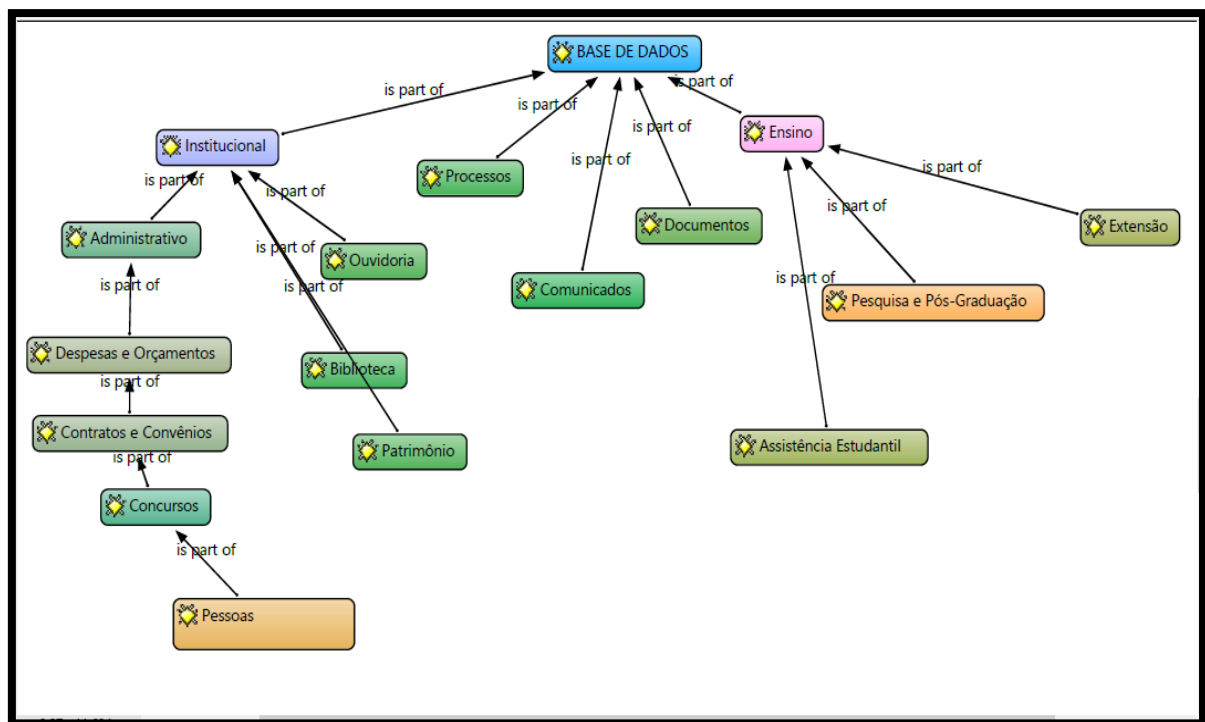
A fase posterior à codificação é denominada de categorização, e consiste nos seguintes procedimentos:

classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (...) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (BARDIN, 2006, p. 117).

A codificação e a categorização citadas, resultaram num agrupamento de informações presentes em cada código analisado e apresentado adiante nas figuras e quadros. Logo, serão demonstrados cada código encontrado na investigação, figuras 27 a 43, bem como as bases de dados textuais presentes nos sítios eletrônicos investigados e categorizados, conforme destacam os quadros 19 a 34.

A figura 27 apresenta as bases de dados codificadas e agrupadas em rede, de acordo com os pontos textuais, em comum, encontrados no percurso investigativo de levantamento de dados na primeira etapa. Essa relação de similitude e agrupamento foi automaticamente construída pela ferramenta de AC do Atlas.ti.

Figura 27 (4) - Apresentação das Bases de Dados em Rede



Fonte: dados da pesquisa extraído do Atlas.ti (2019)

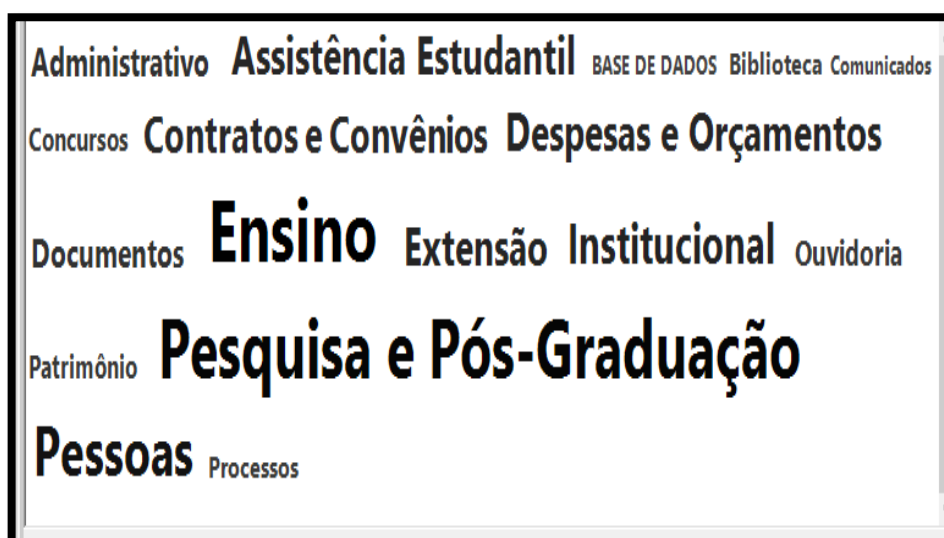
A figura 28, nuvem de palavras, também foi obtida a partir da AC realizada pelo Atlas.ti.

A nuvem de palavras

é um gráfico digital que mostra o grau de frequência das palavras em um texto. Quanto mais a palavra é utilizada, mais chamativa é a representação dessa palavra no gráfico. As palavras aparecem em fontes de vários tamanhos e em diferentes cores, indicando o que é mais relevante e o que é menos relevante no contexto. Esse recurso pode ser utilizado em atividades de interpretação e produção de textos (AREDE, 2019, on-line)

A frequência com que se efetivaram as bases de dados voltadas ao Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação, Assistência Estudantil, Contratos e Convênios, Despesas e Orçamento, Institucional, Extensão e Pessoas, foi ratificada na figura 28, demonstrada pela nuvem de palavras.

Figura 28 (4) - Frequência das bases de dados pelas IFES - Nuvem de palavras



Fonte: dados da pesquisa adaptado pelo Atlas.ti (2019)

Na próxima seção são pontuadas as bases de dados que foram abertas pelas IFES, investigadas nos seus sítios eletrônicos, bem como no Portal Brasileiro de Dados abertos e Painel de Monitoramento de Dados Abertos, e que resultaram na criação dos códigos e na categorização presentes na AC realizada para a concepção da proposta de estruturação das bases de dados de IFES.

4.3.3 Análise das Bases de Dados Abertas pelas IFES

Diante da investigação nos sítios eletrônicos, foram extraídos os dados textuais neles presentes, pertinentes às bases de dados, e posteriormente inseridos no Atlas.ti, a fim de realizar a AC, conforme veremos nas figuras 29 a 44, e quadros 19 a 34, a seguir. Os textos codificados

e categorizados foram agrupados, manualmente pelo pesquisador, mas automaticamente, pelo Atlas.ti, de acordo com o detalhamento dos processos demonstrados nas figuras e quadros citados, cumprindo as etapas da AC conforme veremos adiante. Enfatiza-se que a numeração Pn (presentes nos quadros) e as numerações que estão presentes anteriores às citações das figuras, pontuam as instituições presentes no universo da pesquisa e que estão codificadas no Quadro 18.

Assim, conforme apresentadas nas figuras 26, 27 e 28, têm-se presentes os 16 códigos, nomeadamente: administrativo, assistência estudantil, biblioteca, comunicados, concursos, contratos e convênios, despesas e orçamentos, documentos, ensino, extensão, institucional, ouvidoria, patrimônio, pesquisa e pós-graduação, pessoas e processos.

Quadro 14 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES - Administrativo

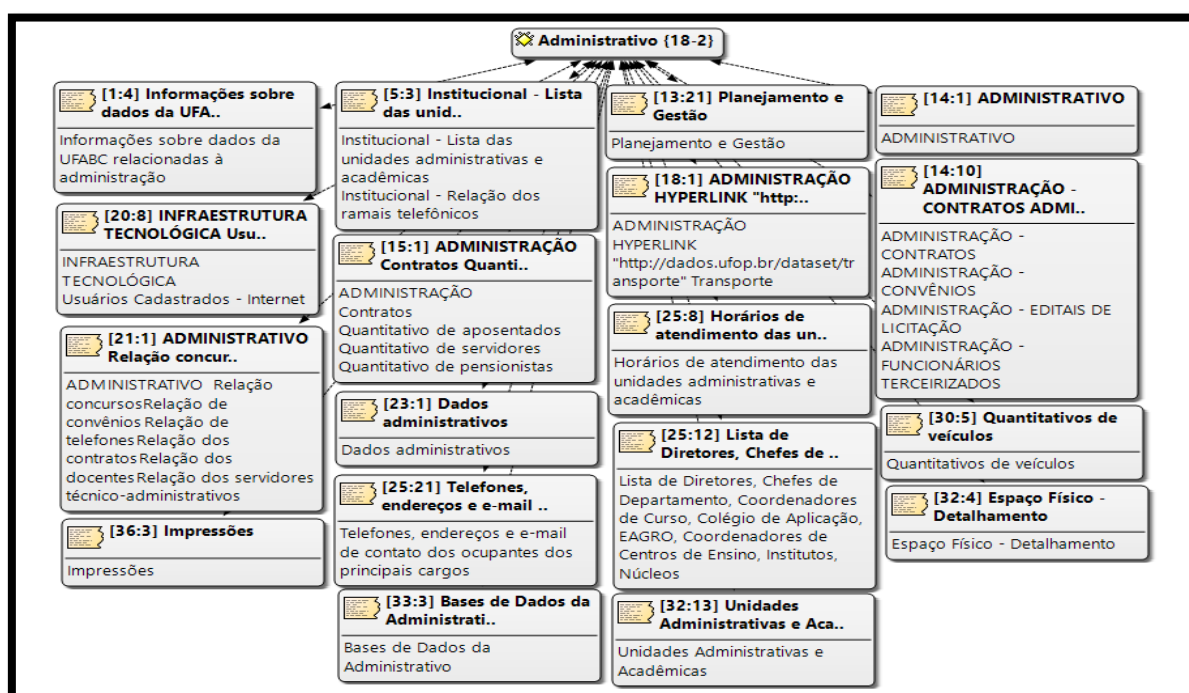
CÓDIGO	IFES	TEXTO CATEGORIZADO
ADMINISTRATIVO	P1:UFABC	Informações sobre dados da UFABC relacionadas à administração
	P5:UFCA	Lista das unidades administrativas e acadêmicas; Relação dos ramais telefônicos
	P13:UFLA	Planejamento e Gestão
	P14:UFMA	Administrativo Administração – Contratos Administração – Convênios Administração – Editais de Licitação Administração – Funcionários Terceirizados
	P15:UFMS	Contratos Quantitativo – Aposentados Quantitativo – Servidores Quantitativo – Pensionistas
	P18:UFOP	Transporte
	P20:UFPI	Infraestrutura Tecnológica Usuários cadastrados - Internet
	P21:UFRB	Relação concursos Relação de convênios Relação de telefones Relação dos contratos Relação dos docentes Relação dos servidores técnico-administrativos
	P23:UFRJ	Dados administrativos
	P25:UFRR	Horários de atendimento das unidades administrativas e acadêmicas; Lista de Diretores, Chefes de Departamento, Coordenadores de Curso, Colégio de Aplicação, EAGRO, Coordenadores de Centros de Ensino, Institutos, Núcleos; Telefones, endereços e e-mail de contato dos ocupantes dos principais cargos
	P30:UFVJM	Quantitativo de veículos
	P32:UNIFAL-MG	Espaço Físico – Detalhamento Unidades Administrativas e Acadêmicas
	P33:UNIFEI	Base de dados administrativos
	P36:UNIPAMPA	Impressões

Fonte: dados da pesquisa (2019)

As bases de dados textuais apresentadas no quadro 19 foram inseridas no Atlas.ti para a realização da AC e obteve como resultado o agrupamento no código denominado de “administrativo”, conforme se apresenta na figura 29.

O código esteve presente em 14 IFES, das 38 investigadas, sendo elas a P1:UFABC, P5:UFCA, P13:UFLA, P14:UFMA, P15:UFMS, P18:UFOP, P20:UFPI, P21:UFRB, P23:UFRJ, P25:UFRR, P30:UFVJM, P32:UNIFAL-MG, P33:UNIFEI e P36:UNIPAMPA.

Figura 29 (4) - Bases de dados - Código Administrativo



Fonte: dados da pesquisa extraído do Atlas.ti (2019)

O segundo código investigado foi o de “Assistência Estudantil” e conforme demonstrado no quadro 20 e figura 30 esteve presente em 21 IFES, das 38 investigadas, sendo elas a P2:UFAL, P4:UFC, P7:UFERSA, P13:UFLA, P14:UFMA, P15:UFMS, P16:UFMT, P17:UFOB, P18:UFOP, P21:UFRB, P22:UFRGS, P24:UFRN, P25:UFRR, P29:UFV, P30:UFVJM, P31:UNB, P32:UNIFAL-MG, P35:UNILAB, P36:UNIPAMPA, P37:UNIRIO e P38:UNIVASF.

Quadro 15 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES – Assistência Estudantil

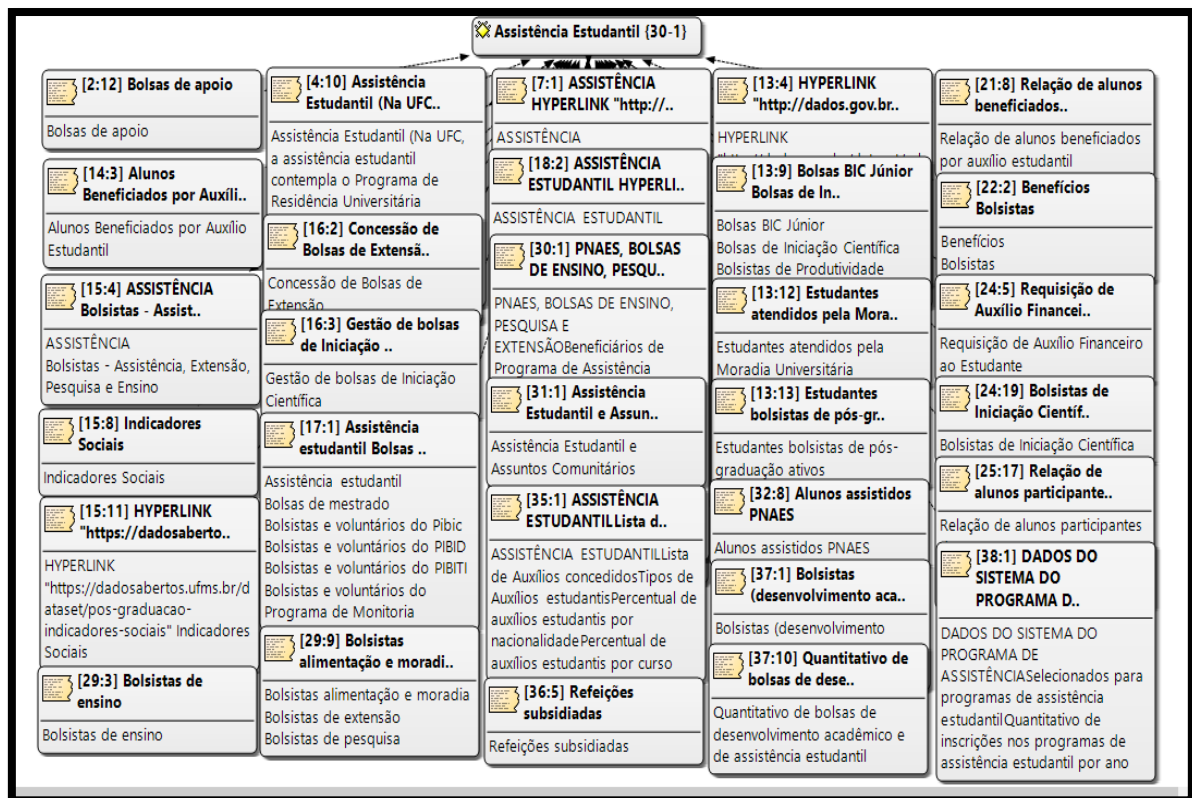
CÓDIGO	IFES	TEXTO CATEGORIZADO
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	P2:UFAL	Bolsas de Apoio
	P4:UFC	Assistência Estudantil (Na UFC, a assistência estudantil contempla o Programa de Residência Universitária (Moradia), Restaurante Universitário, Divisão Médico-Odontológica, Apoio Psicopedagógico
	P7:UFERSA	Indicadores Sociais dos Ingressantes – Stricto Indicadores Sociais dos Ingressantes – Graduação

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL		Beneficiários do PNAES
	P13:UFLA	Estudantes contemplados com as Bolsas Institucionais Bolsas BIC Júnior Bolsas de Iniciação Científica Bolsistas de Produtividade Estudantes atendidos pela Moradia Universitária Estudantes bolsistas de pós-graduação ativos
	P14:UFMA	Alunos Beneficiados por Auxílio Estudantil
	P15:UFMS	Bolsistas – Assistência, Extensão, Pesquisa e Ensino Indicadores Sociais - graduação Indicadores Sociais – pós-graduação
	P16:UFMT	Concessão de Bolsas de Extensão Gestão de Bolsas de Iniciação Científica
	P17:UFOB	Assistência estudantil Bolsas de mestrado Bolsistas e voluntários do Pibic Bolsistas e voluntários do PIBID Bolsistas e voluntários do PIBITI Bolsistas e voluntários do Programa de Monitoria
	P18:UFOP	Bolsa Alimentação Bolsa Transporte Moradia Estudantil Bolsa Remunerada
	P21:UFRB	Relação de alunos beneficiados por auxílio estudantil
	P22:UFRGS	Benefícios, Bolsistas
	P24:UFRN	Requisição de Auxílio Financeiro ao Estudante Bolsistas de Iniciação Científica
	P25:UFRR	Relação de alunos participantes dos programas: PET, PIBID, Monitoria e Mobilidade Acadêmica; PIC; PNAES
	P29:UFV	Bolsistas de Ensino Bolsistas alimentação e moradia Bolsistas de extensão Bolsistas de pesquisa
	P30:UFVJM	PNAES, BOLSAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO Beneficiários de Programa de Assistência Estudantil Beneficiários de Programa de bolsas de extensão Beneficiários de Programa de bolsas de graduação e/ou integração Beneficiários de Programa de bolsas de pesquisa e pós-graduação
	P31:UNB	Assistência Estudantil e Assuntos Comunitários
	P32:UNIFAL-MG	Alunos Assistidos PNAES
	P35:UNILAB	Lista de Auxílios concedidos Percentual de auxílios estudantis por nacionalidade Percentual de auxílios estudantis por curso
	P36:UNIPAMPA	Refeições Subsidiadas
	P37:UNIRIO	Bolsistas (desenvolvimento acadêmico e assistência estudantil)

		Quantitativo de bolsas de desenvolvimento acadêmico e de assistência estudantil
	P38:UNIVASF	DADOS DO SISTEMA DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA Selecionados para programas de assistência estudantil Quantitativo de inscrições nos programas de assistência estudantil por ano

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Figura 30 (4) - Bases de dados - Código Assistência Estudantil



Fonte: dados da pesquisa extraído do Atlas.ti (2019)

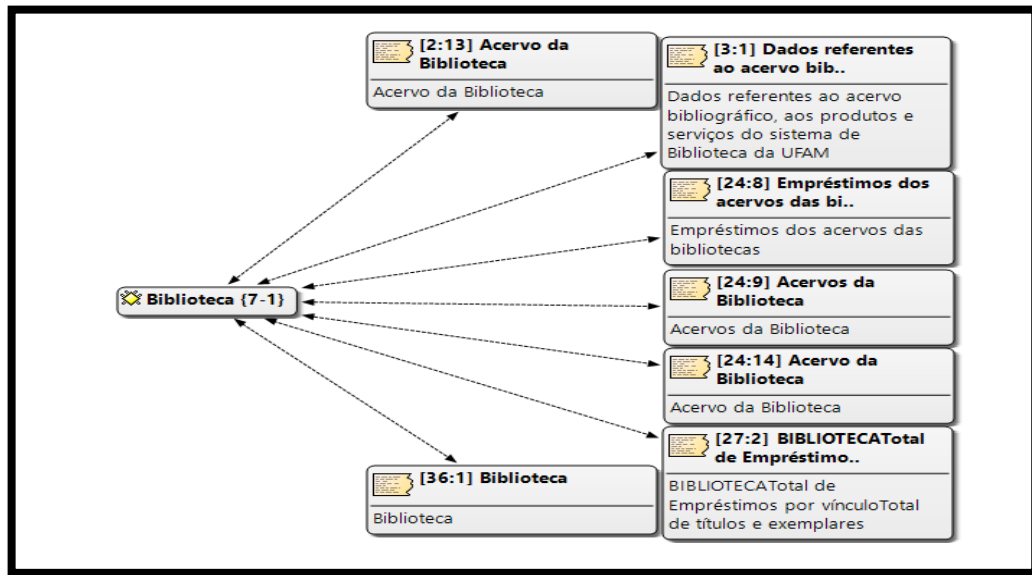
O terceiro código investigado foi o de “Biblioteca” e conforme demonstrado no quadro 21 e figura 31 esteve presente em 5 IFES, das 38 investigadas, sendo elas a P2:UFAL, P3:UFAM, P24:UFRN, P27:UFMS e P36:UNIPAMPA.

Quadro 16 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES - Biblioteca

CÓDIGO	IFES	TEXTO CATEGORIZADO
BIBLIOTECA	P2:UFAL	Acervo da Biblioteca
	P3:UFAM	Dados referentes ao acervo bibliográfico, aos produtos e serviços do sistema de Biblioteca UFAM
	P24:UFRN	Empréstimos dos Acervos das Bibliotecas Acervos da Biblioteca - Ensino Acervos da Biblioteca - Materiais
	P27:UFMS	Total de Empréstimos por Vínculos Total de Títulos e Exemplares
	P36:UNIPAMPA	Biblioteca

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Figura 31 (4) - Bases de dados - Código Biblioteca



Fonte: dados da pesquisa extraído do Atlas.ti (2019)

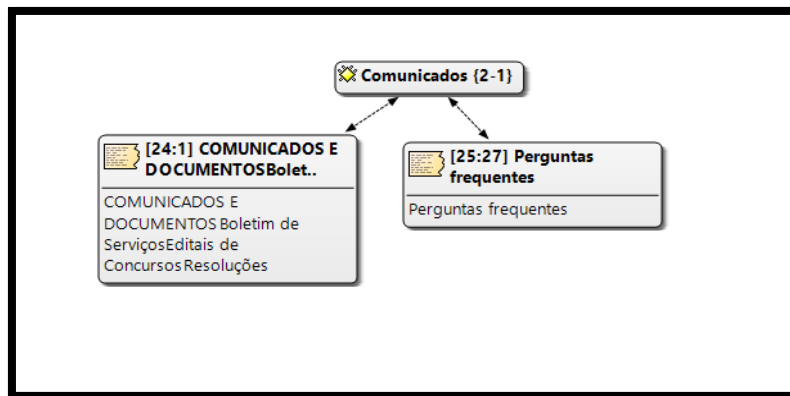
O código “Comunicados”, o quarto investigado, conforme demonstrado no quadro 22 e figura 32, esteve presente em 2 IFES, das 38 investigadas, sendo elas a P24:UFRN e P25:UFRR.

Quadro 17 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES - Comunicados

CÓDIGO	IFES	TEXTO CATEGORIZADO
COMUNICADOS	P24:UFRN	Boletins de serviços Editais de Concursos Resoluções
	P25:UFRR	Perguntas Frequentes

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Figura 32 (4) - Bases de dados - Código Comunicados



Fonte: dados da pesquisa extraído do Atlas.ti (2019)

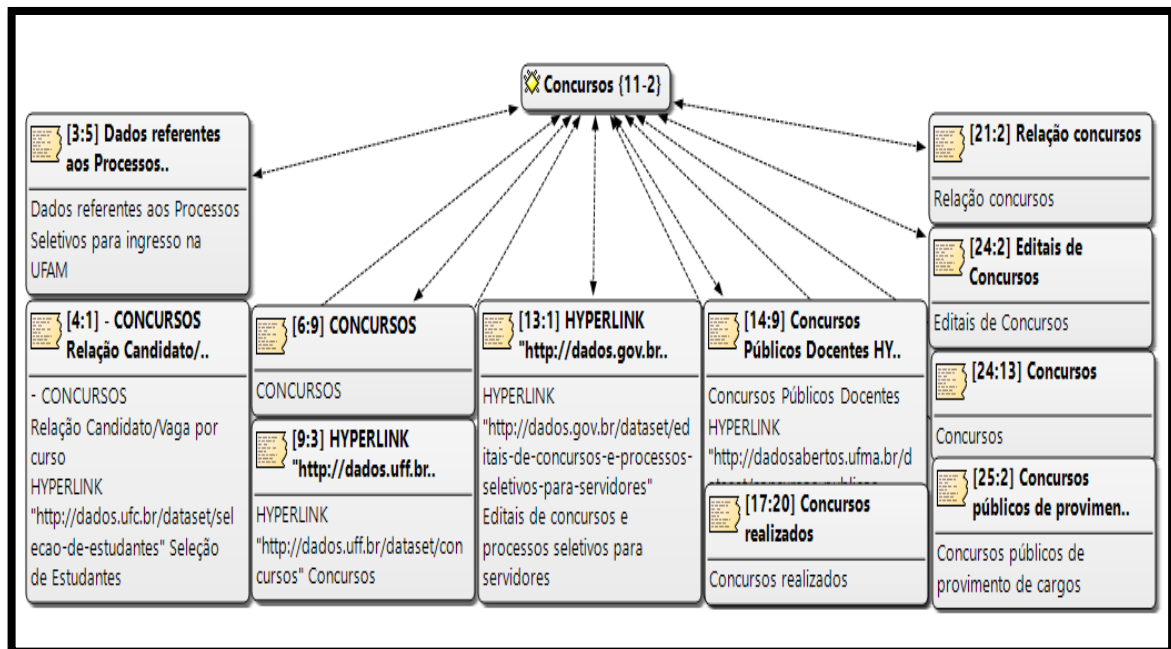
O código “Concursos”, o quinto investigado, conforme demonstrado no quadro 23 e figura 33, esteve presente em 10 IFES, das 38 investigadas, sendo elas a P3:UFAM, P4:UFC, P6:UFCSPA, P9:UFF, P13:UFLA, P14:UFMA, P17:UFOB, P21:UFRB, P24:UFRN e P25:UFRR.

Quadro 18 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES - Concursos

CÓDIGO	IFES	TEXTO CATEGORIZADO
CONCURSOS	P3:UFAM	Dados referentes aos Processos Seletivos para ingresso na UFAM
	P4:UFC	Relação Candidato/Vaga por Curso Seleção de Estudantes
	P6:UFCSPA	Concursos
	P9:UFF	Concursos
	P13:UFLA	Editais de concursos e processos seletivos para servidores
	P14:UFMA	Concursos Públicos Docentes Concursos Públicos Técnicos-Administrativos
	P17:UFOB	Concursos Realizados
	P21:UFRB	Relação Concursos
	P24:UFRN	Editais de Concursos – Comunicados Concursos - Institucional
	P25:UFRR	Concursos Públicos de Provimento de cargos

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Figura 33 (4) - Bases de dados - Código Concursos



Fonte: dados da pesquisa extraído do Atlas.ti (2019)

O sexto código investigado foi o de “Contratos e Convênios” e, conforme demonstrado no quadro 24 e figura 34, esteve presente em 20 IFES, das 38 investigadas, sendo elas a P2:UFAL, P4:UFC, P5:UFCA, P11:UFG, P13:UFLA, P14:UFMA, P15:UFMS, P16:UFMT,

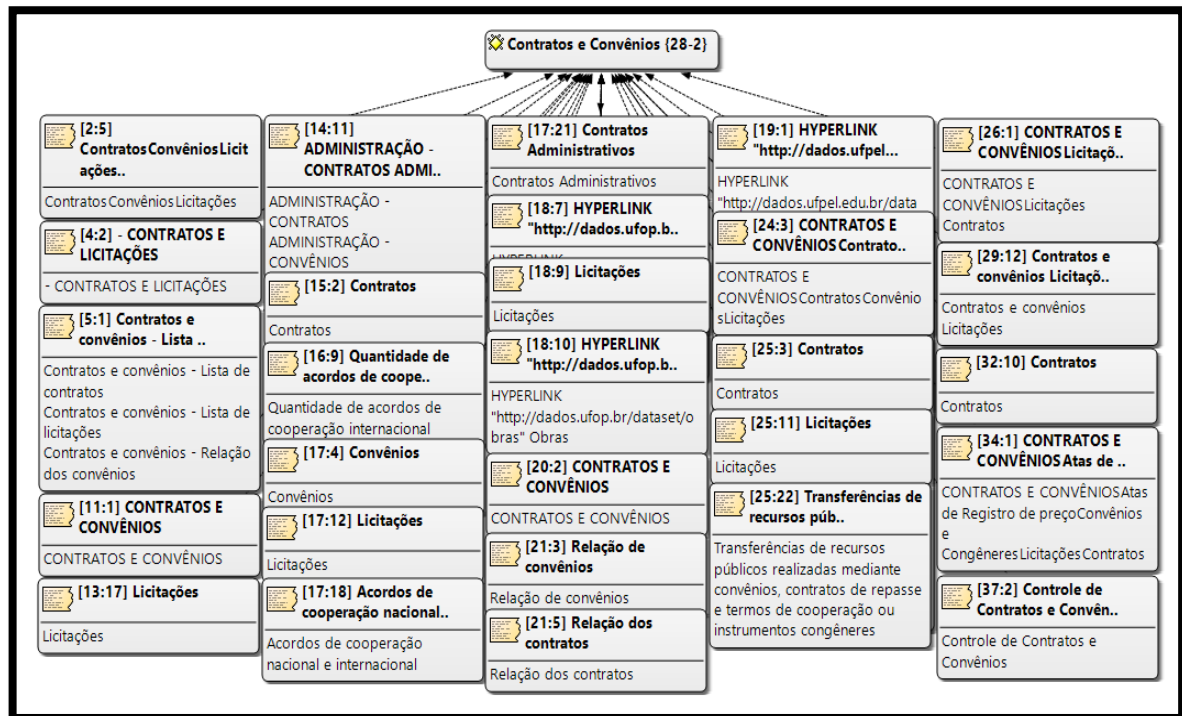
P17:UFOB, P18:UFOP, P19:UFPEL, P20:UFPI, P21:UFRB, P24:UFRN, P25:UFRR, P26:UFSJ, P29:UFV, P32:UNIFAL-MG, P34:UNIFESSPA e P37:UNIRIO.

Quadro 19 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES – Contratos e Convênios

CÓDIGO	IFES	TEXTO CATEGORIZADO
CONTRATOS E CONVÊNIOS	P2:UFAL	Contratos Convênios Licitações
	P4:UFC	Contratos e Licitações
	P5:UFCA	Contratos e Convênios – Lista de Contratos Contratos e Convênios – Lista de Licitações Contratos e Convênios – Relação dos Convênios
	P11:UFG	Contratos e Convênios
	P13:UFLA	Licitações
	P14:UFMA	Administração – Contratos Administração – Convênios Administração – Editais de Licitação
	P15:UFMS	Contratos
	P16:UFMT	Quantidade de Acordos de Cooperação Internacional
	P17:UFOB	Convênios Licitações Acordos de Cooperação Nacional e Internacional Contratos Administrativos
	P18:UFOP	Convênios Contratos Licitações - Planejamento Obras - Planejamento
	P19:UFPEL	Contratos de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra Acordos de cooperação Licitações Contratos vigentes Convênios vigentes
	P20:UFPI	Contratos e Convênios
	P21:UFRB	Relação de Convênios – Administrativo Relação dos Contratos – Administrativo
	P24:UFRN	Contratos Convênios Licitações
	P25:UFRR	Contratos Licitações Transferências de recursos públicos realizadas mediante convênios, contratos de repasse e termos de cooperação ou instrumentos congêneres
	P26:UFSJ	Licitações Contratos
	P29:UFV	Contratos e Convênios Licitações
	P32:UNIFAL-MG P34:UNIFESSPA	Contratos Atas de Registro de preço Convênios e Congêneres Licitações Contratos
	P37:UNIRIO	Controle de Contratos e Convênios

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Figura 34 (4) - Bases de dados - Código Contratos e Convênios



Fonte: dados da pesquisa extraído do Atlas.ti (2019)

Em seguida foi investigado o sétimo código, o de “Despesas e Orçamentos”, e conforme demonstrado no quadro 25 e figura 35, esse código foi apresentado em 18 IFES, das 38 investigadas, sendo elas a P2:UFAL, P4:UFC, P5:UFCA, P11:UFG, P13:UFLA, P14:UFMA, P16:UFMT, P17:UFOB, P18:UFOP, P19:UFPEL, P20:UFPI, P23:UFRJ, P24:UFRN, P25:UFRR, P27:UFMS, P30:UFVJM, P31:UNB e P34:UNIFESSPA.

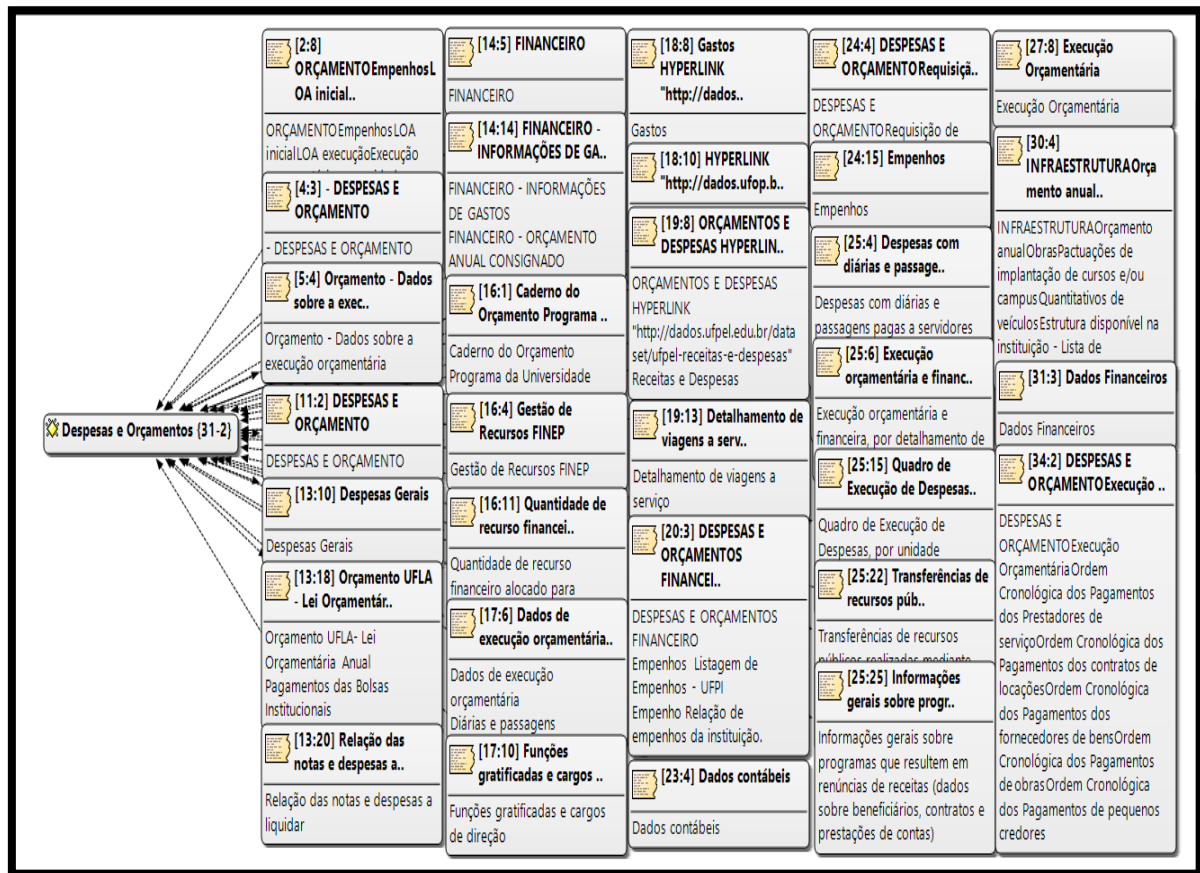
Quadro 20 (4) – Codificação e Categorização das bases de dados das IFES – Despesas e Orçamentos

CÓDIGO	IFES	TEXTO CATEGORIZADO
DESPESAS E ORÇAMENTOS	P2:UFAL	Empenhos LOA Inicial LOA Execução Execução orçamentária por unidade
	P4:UFC	Despesas e Orçamento
	P5:UFCA	Orçamento – Dados sobre a execução orçamentária
	P11:UFG	Despesas e Orçamento
	P13:UFLA	Despesas Gerais Orçamento UFLA – Lei Orçamentária Anual Pagamentos das Bolsas Institucionais Relação das notas e Despesas a liquidar
	P14:UFMA	Financeiro Financeiro – Informações de Gastos Financeiro – Orçamento Anual Consignado
	P16:UFMT	Caderno do Orçamento Programa da Universidade Gestão de Recursos FINEP Quantidade de recurso financeiro alocado para internacionalização via SECRI

DESPESAS E ORÇAMENTOS	P17:UFOB	Dados de execução orçamentária Diárias e passagens Funções gratificadas e cargos de direção
	P18:UFOP	Gastos – Planejamento Diárias e Passagens – Planejamento Obras – Planejamento
	P19:UFPEL	Receitas e Despesas Detalhamento de viagens a serviço
	P20:UFPI	Financeiro Empenhos – Listagem de Empenhos – UFPI Empenho – Relação de empenhos da Instituição
	P23:UFRJ	Dados Contábeis
	P24:UFRN	Requisição de Diárias Obras Requisição de Auxílio Financeiro ao Estudante Requisição de Hospedagem Gastos Requisição de Manutenção Requisição de Material/Serviço Contratado Requisição de Obra Requisição de passagem Requisição de Serviço Empenhos Empenhos – Materiais
	P25:UFRR	Despesas com diárias e passagens pagas a servidores públicos em viagens a trabalho ou a colaboradores eventuais em viagens no interesse da Administração Execução orçamentária e financeira, por detalhamento de Programas Quadro de Execução de Despesas, por unidade orçamentária Receitas Transferências de recursos públicos realizadas mediante convênios, contratos de repasse e termos de cooperação ou instrumentos congêneres Informações gerais sobre programas que resultem em renúncias de receitas (dados sobre beneficiários, contratos e prestações de contas)
	P27:UFSM	Execução Orçamentária
	P30:UFVJM	Orçamento anual Obras Receitas Próprias
	P31:UNB	Dados Financeiros
P34:UNIFESSPA	Execução Orçamentária Ordem Cronológica dos Pagamentos dos Prestadores de serviço Ordem Cronológica dos Pagamentos dos contratos de locações Ordem Cronológica dos Pagamentos dos fornecedores de bens Ordem Cronológica dos Pagamentos de obras Ordem Cronológica dos Pagamentos de pequenos credores	

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Figura 35 (4) - Bases de dados - Código Despesas e Orçamentos



Fonte: dados da pesquisa extraídos do Atlas.ti (2019)

Adiante foi investigado o oitavo código, o de “Documentos”, e conforme demonstrado no quadro 26 e figura 36, esse código foi apresentado em 10 IFES, das 38 investigadas, sendo elas a P2:UFAL, P12:UFJF, P13:UFLA, P15:UFMS, P16:UFMT, P17:UFOB, P19:UFPEL, P20:UFPI, P24:UFRN e P25:UFRR.

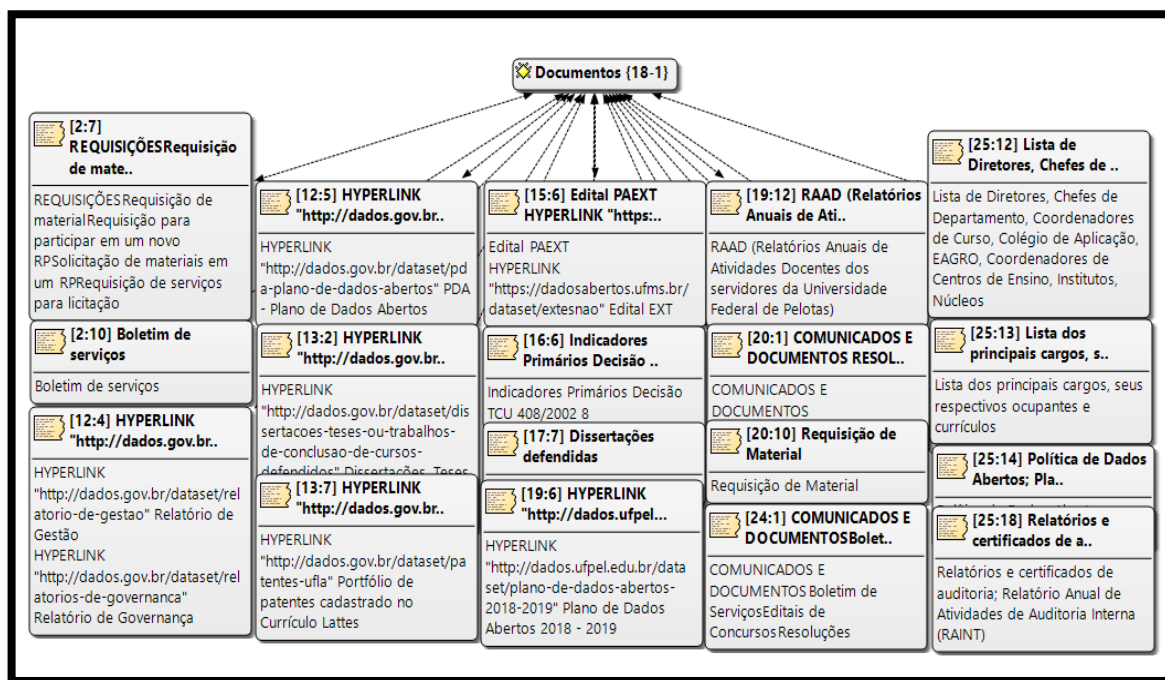
Quadro 21 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES - Documentos

CÓDIGO	IFES	TEXTO CATEGORIZADO
DOCUMENTOS	P2:UFAL	Requisição de material Requisição para participar em um novo RP Solicitação de materiais em um RP Requisição de serviços para licitação Boletim de Serviços
	P12:UFJF	Relatório de Gestão Relatório de Governança PDA – Plano de Dados Abertos
	P13:UFLA	Dissertações, Teses ou Trabalhos de Conclusão de Cursos defendidos Portfólio de patentes cadastrado no Currículo Lattes
	P15:UFMS	Edital PAEXT Edital EXT
	P16:UFMT	Indicadores Primários Decisão TCU 408/2002
	P17:UFOB	Dissertações defendidas
	P19:UFPEL	Plano de Dados Abertos 2018 – 2019

		RAAD (Relatórios Anuais de Atividades Docentes dos servidores da Universidade Federal de Pelotas)
	P20:UFPI	Resoluções Requisição de Material
	P24:UFRN	Boletim de Serviços Editais de Concursos Resoluções
	P25:UFRR	Lista de Diretores, Chefes de Departamento, Coordenadores de Curso, Colégio de Aplicação, EAGRO, Coordenadores de Centros de Ensino, Institutos, Núcleos Lista dos principais cargos, seus respectivos ocupantes e currículos Política de Dados Abertos; Plano de Dados Relatórios e certificados de auditoria; Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT)

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Figura 36 (4) - Bases de dados - Código Documentos



Fonte: dados da pesquisa extraído do Atlas.ti (2019)

O nono código investigado foi o de “Ensino” e conforme demonstrado no quadro 27 e figura 37, este código esteve presente nas 38 IFES investigadas, sendo o que apresentou o maior número de frequências.

Quadro 22 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES - Ensino

CÓDIGO	IFES CODIFICADA	TEXTO CATEGORIZADO
ENSINO	P1:UFABC	Informações sobre alocação didática, número de créditos cumpridos em graduação e pós-graduação por docentes Informações sobre coordenação de disciplinas, cursos e demais atividades acadêmicas, por docente Informações sobre cursos, número de alunos matriculados ou com reserva de vagas

ENSINO		Informações sobre ingresso, nota de corte e número de vagas na graduação Informações sobre ingresso, nota de corte e número de vagas na pós-graduação
	P2:UFAL	Cursos Técnicos Ingressantes Cursos de Graduação Cursos de pós-graduação lato sensu Cursos de pós-graduação stricto sensu Bolsas de apoio
	P3:UFAM	Dados referentes aos Cursos à Distância Dados referentes aos Cursos de Pós-Graduação Dados sobre os Cursos de Graduação
	P4:UFC	Ensino
	P5:UFCA	Ensino - Lista de componentes curriculares da pós-graduação Ensino - Lista de cursos de pós-graduação Ensino - Lista de estruturas curriculares da pós-graduação Ensino - Lista de matrizes curriculares da pós-graduação Ensino - Lista de turmas de pós-graduação
	P6:UFCSPA	Matrículas na Graduação e Pós-Graduação Cursos
	P7:UFERSA	Quantitativos de Alunos - Graduação Cursos de Graduação Cursos de Pós-graduação Quantitativos de Alunos - Pós-graduação
	P8:UFES	Dados Acadêmicos
	P9:UFF	Turmas de Graduação Disciplinas de Graduação Cursos de Graduação
	P10:UFFS	Cursos de Pós-Graduação Cursos da Graduação Estudantes Ingressantes da Graduação Matriculados das Turmas da Graduação Discentes dos Cursos de Pós-Graduação Processos Seletivos da Pós-Graduação CCRS das Matrizes da Graduação Turmas da Graduação Matrizes da Graduação
	P11:UFG	Ensino
	P12:UFJF	Censo da Educação Superior
	P13:UFLA	Aprovados no SiSu e PAS com Pontuação e Tipo de Cota Estudantes de Graduação
	P14:UFMA	Alunos Concluídos Alunos Ingressantes Média de Coeficiente de Rendimento Alunos Beneficiados por Auxílio Estudantil Alunos Trancados Alunos Vinculados Turmas Oferecidas Currículos por Curso Cursos da Instituição
	P15:UFMS	Indicadores Sociais Cursos Quantitativos de Alunos Indicadores Sociais - Pós-graduação Stricto Sensu - Alunos – Pós-graduação Cursos – Pós-graduação Quantitativo de Alunos – Pós-graduação
	P16:UFMT	Projeto pedagógico do Curso Quantidade de intercâmbios da comunidade da UFMT no exterior

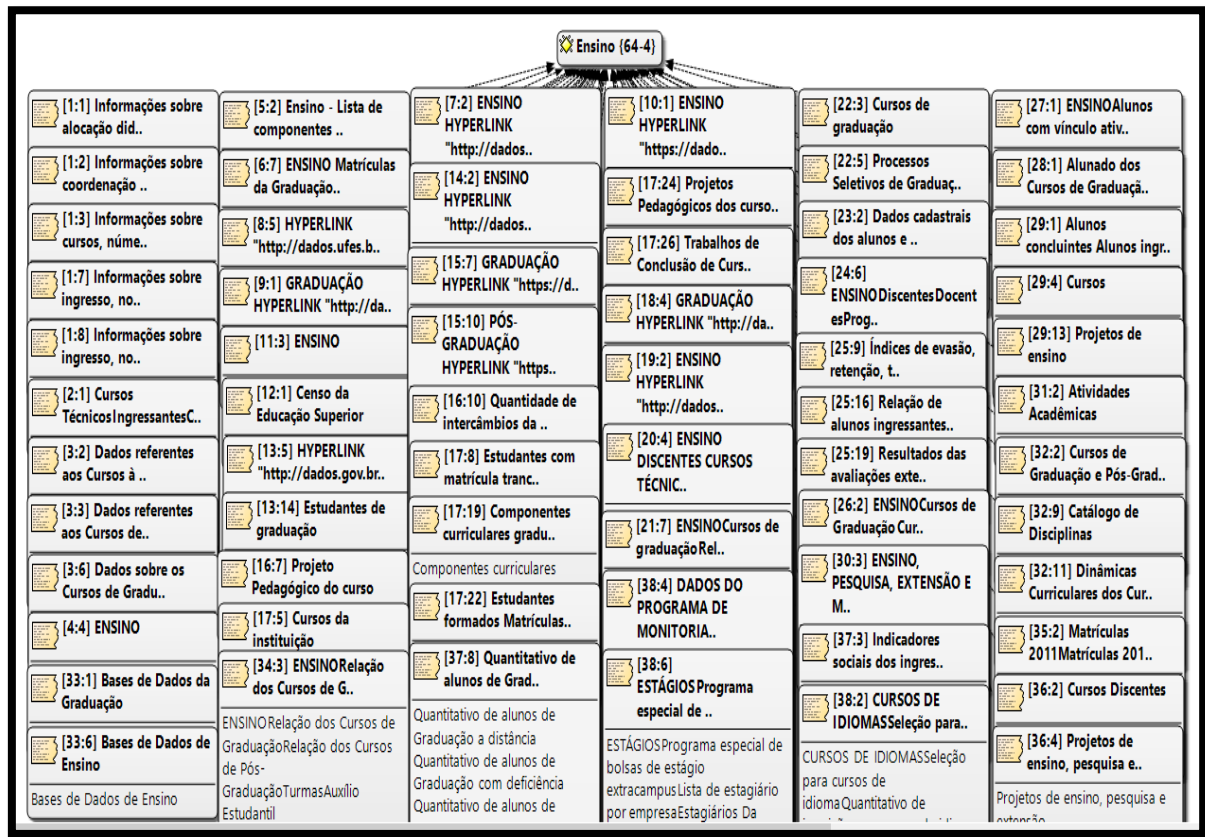
ENSINO		Quantidade de intercâmbios de estrangeiros na UFMT
	P17:UFOB	Cursos da Instituição Estudantes com matrículas trancadas Estudantes ingressantes Componentes Curriculares graduação e pós-graduação Estudantes formados Matrículas Projetos pedagógicos dos Cursos Trabalhos de Conclusão de Cursos defendidos Turmas abertas graduação e pós-graduação
	P18:UFOP	Graduação - Evadidos Quantitativos de matriculados Graduação - Diplomados
	P19:UFPEL	Alunos situações Termos de adesão ao SISU Detalhamento alunos matriculados Alunos Ingressantes Detalhamento Alunos Ingressantes Alunos de Pós-Graduação Cursos UFPEL Projetos de Ensino Alunos de graduação
	P20:UFPI	Discentes Cursos Técnicos Discentes Graduação Cursos de Graduação - Listagens de cursos de graduação da UFPI. Graduação - Série histórica de indicadores de graduação. Acadêmico Currículo Componentes Listagem de Currículos Componentes Cursos de Pós-Graduação Cursos de Graduação Listagem de Cursos de Graduação da UFPI Perfil dos Coordenadores de Curso Cursos Técnicos Discentes Pós-Graduação Programas de Pós-Graduação Componentes Curriculares - Listagem de cursos com seus respectivos componentes curriculares
	P21:UFRB	Cursos de graduação Relação de alunos beneficiados por auxílio estudantil Relação dos alunos com vínculo por curso
	P22:UFRGS	Cursos de Graduação Processos Seletivos de Graduação
	P23:UFRJ	Dados Cadastrais dos Alunos e Docentes
	P24:UFRN	Discentes Docentes Programas de Pós-Graduação Acervos da Biblioteca Turmas Empréstimos dos acervos das bibliotecas Cursos de Graduação Cursos de Pós-Graduação Componentes Curriculares Matrículas Em Componentes Processos Seletivos Currículo Componente Avaliação de Docência Projetos de Ensino Cursos da UFRN Estruturas Curriculares
	P25:UFRR	Índices de evasão, retenção, taxas de sucesso

ENSINO		Relação de alunos ingressantes e matriculados por curso e semestre Resultados das avaliações externas dos cursos de graduação
	P26:UFSJ	Cursos de Graduação Cursos de Pós-Graduação Turmas Unidades Curriculares da Graduação Unidades Curriculares da Pós-Graduação
	P27:UFSM	Alunos com vínculo ativo Alunos Diplomados Cursos por Nível de Ensino
	P28:UFTM	Alunado dos Cursos de Graduação Alunado dos Cursos Técnicos Cursos de Graduação Cursos Técnicos Disciplinas dos Cursos de Graduação Disciplinas dos Cursos Técnicos
	P29:UFV	Alunos concluintes Alunos ingressantes Cursos Projetos de Ensino
	P30:UFVJM	Ensino, Pesquisa, Extensão e Mobilidade Internacional Registro de ações de extensão Cursos de Graduação Graduação e pós-graduação - Alunos matriculados Graduação e pós-graduação - Discentes desligados Projetos de Pesquisa – PRPPG Acompanhamento financeiro das ações de extensão Convênios e cooperação técnicas firmados Cursos de Pós-graduação lato sensu Emissão de certificados - ações de extensão Matricula de discentes em unidades curriculares Matriculados por disciplina Mobilidade acadêmica incoming - alunos estrangeiros que foram recebidos em mobilidade internacional Mobilidade acadêmica outgoing - alunos da UFMG que realizaram mobilidade internacional
	P31:UNB	Atividades Acadêmicas
	P32:UNIFAL-MG	Cursos de Graduação e Pós-Graduação Discentes Catálogo de Disciplinas Dinâmicas Curriculares dos Cursos
	P33:UNIFEI	Bases de Dados da Graduação Bases de Dados de Ensino
	P34:UNIFESSPA	Relação dos Cursos de Graduação Relação dos Cursos de Pós-Graduação Turmas Auxílio Estudantil
	P35:UNILAB	Matrículas 2011 Matrículas 2012 Matrículas 2013 Matrículas 2014 Matrículas 2015 Matrículas 2016 Matrículas 2017 Matrículas 2018 Lista de Discentes Lista de Discentes formados Cursos de graduação Cursos de Pós-Graduação

ENSINO		<p>Cursos</p> <p>Disciplinas Ofertadas 2011</p> <p>Disciplinas Ofertadas 2012</p> <p>Disciplinas Ofertadas 2013</p> <p>Disciplinas Ofertadas 2014</p> <p>Disciplinas Ofertadas 2015</p> <p>Disciplinas Ofertadas 2016</p> <p>Disciplinas Ofertadas 2017</p> <p>Disciplinas Ofertadas 2018</p> <p>Programas de Pós-graduação</p> <p>Carga Horária Docente 2018.1</p>
	P36:UNIPAMPA	<p>Cursos</p> <p>Discentes</p> <p>Projetos de ensino, pesquisa e extensão</p>
	P37:UNIRIO	<p>Indicadores sociais dos ingressantes nos cursos de graduação</p> <p>Quantitativo de alunos de Graduação a distância</p> <p>Quantitativo de alunos de Graduação com deficiência</p> <p>Quantitativo de alunos de Graduação presencial (ingressantes, ativos, concluintes, trancamentos, cancelamentos)</p> <p>Quantitativo de alunos de Pós-Graduação (ingressantes, ativos, concluintes, trancamentos, cancelamentos)</p> <p>Quantitativo de alunos em mobilidade estudantil internacional</p> <p>Quantitativo de alunos em mobilidade estudantil nacional</p> <p>Quantitativo de bolsas de desenvolvimento acadêmico e de assistência estudantil</p> <p>Quantitativo de Cursos de Graduação</p> <p>Quantitativo de Cursos de Graduação e Pós-Graduação (lato e stricto-sensu) a distância</p> <p>Quantitativo de Cursos de Pós-Graduação (lato-sensu)</p> <p>Quantitativo de Cursos de Pós-Graduação (stricto-sensu)</p>
	P38:UNIVASF	<p>Cursos de Idiomas</p> <p>Seleção para cursos de idioma</p> <p>Quantitativo de inscrições em cursos de idiomas</p> <p>Dados do Programa de Monitoria, Tutoria de Nivelamento, PIBID, PET, BIA e Mobilidade Estudantil</p> <p>Outras modalidades de programas – bolsa</p> <p>Programa de educação tutorial – tradicional</p> <p>Programa de mobilidade estudantil</p> <p>Programa de educação tutorial – Pet Saúde</p> <p>Programa de educação tutorial – graduasus</p> <p>Bolsas de Incentivo acadêmico – BIA</p> <p>Estágios</p> <p>Programa especial de bolsas de estágio extracampus</p> <p>Lista de estagiário por empresa</p> <p>Estagiários Da UNIVASF</p> <p>Estagiário</p>

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Figura 37 (4) - Bases de dados - Código Ensino



Fonte: dados da pesquisa extraído do Atlas.ti (2019)

O décimo código investigado foi o de “Extensão”, e conforme demonstrado no quadro 28 e figura 38, esse código foi apresentado em 27 IFES, das 38 investigadas, sendo elas a P2:UFAL, P4:UFC, P6:UFCSPA, P7:UFERSA, P11:UFG, P13:UFLA, P14:UFMA, P15:UFMS, P16:UFMT, P17:UFOB, P18:UFOP, P19:UFPEL, P20:UFPI, P21:UFRB, P22:UFRGS, P24:UFRN, P25:UFRR, P27:UFSM, P29:UFV, P30:UFVJM, P31:UNB, P32:UNIFAL-MG, P33:UNIFEI, P35:UNILAB, P36:UNIPAMPA, P37:UNIRIO e P38:UNIVASF.

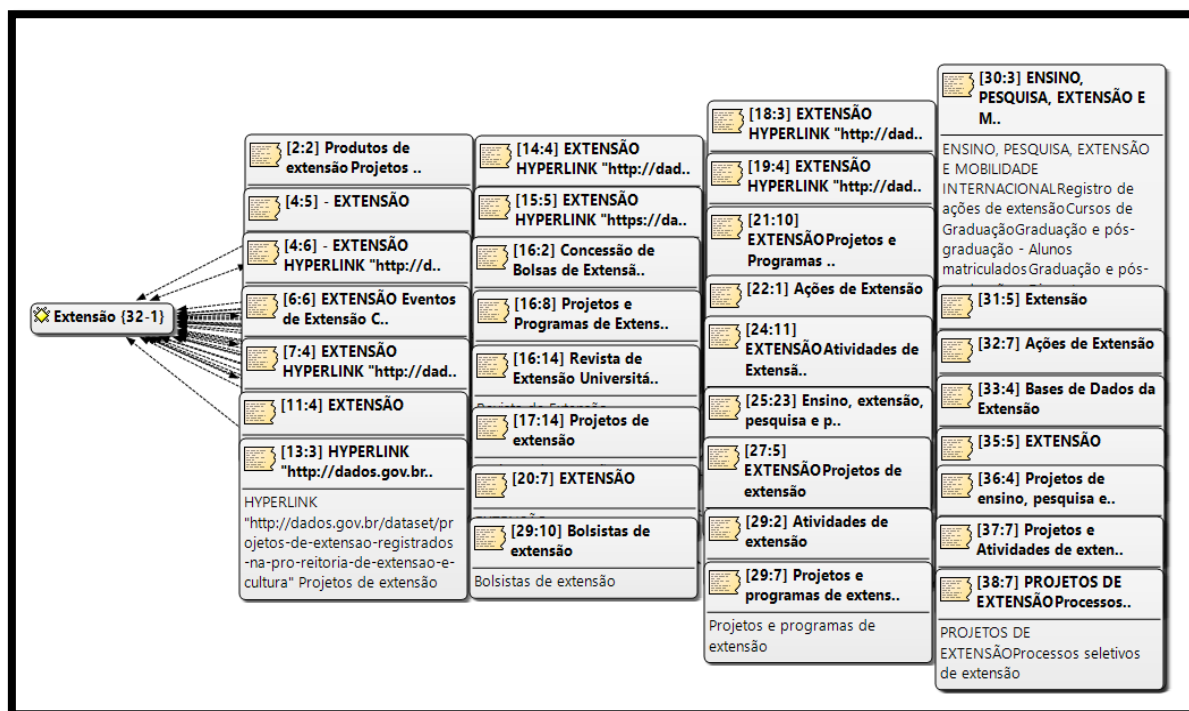
Quadro 23 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES - Extensão

CÓDIGO	IFES	TEXTO CATEGORIZADO
EXTENSÃO	P2:UFAL	Produtos de extensão Projetos de extensão Cursos de extensão
	P4:UFC	Atividades de Extensão
	P6:UFCSPA	Eventos de Extensão Cursos de Extensão Projetos de Extensão Programas de Extensão
	P7:UFERSA	Atividades de Extensão
	P11:UFG	Extensão
	P13:UFLA	Projetos de Extensão

EXTENSÃO	P14:UFMA	Projetos de Extensão Empresas Encubadas Empresas Juniores
	P15:UFMS	Edital PAEXT Edital EXT
	P16:UFMT	Concessão de Bolsas de Extensão Projetos e Programas de Extensão Revista de Extensão Universitária
	P17:UFOB	Projetos de Extensão
	P18:UFOP	Voluntários de Extensão Bolsistas de Extensão Programas de Extensão Projetos de Extensão Cursos de Extensão
	P19:UFPEL	Projetos Unificados
	P20:UFPI	Extensão
	P21:UFRB	Projetos e Programas de Extensão
	P22:UFRGS	Ações de Extensão
	P24:UFRN	Atividades de Extensão Produtos de Extensão
	P25:UFRR	Ensino, extensão, pesquisa e pós-graduação (presencial e à distância)
	P27:UFSM	Projetos de Extensão
	P29:UFV	Atividades de Extensão Projetos e programas de extensão Bolsistas de extensão
	P30:UFVJM	Ensino, Pesquisa, Extensão e Mobilidade Internacional Registro de ações de extensão Cursos de Graduação Graduação e pós-graduação - Alunos matriculados Graduação e pós-graduação - Discentes desligados Projetos de Pesquisa – PRPPG Acompanhamento financeiro das ações de extensão Convênios e cooperação técnicas firmados Cursos de Pós-graduação lato sensu Emissão de certificados - ações de extensão Matricula de discentes em unidades curriculares Matriculados por disciplina Mobilidade acadêmica incoming - alunos estrangeiros que foram recebidos em mobilidade internacional Mobilidade acadêmica outgoing - alunos da UFVJM que realizaram mobilidade internacional
	P31:UNB	Extensão
	P32:UNIFAL-MG	Ações de Extensão
	P33:UNIFEI	Bases de Dados de Extensão
	P35:UNILAB	Extensão
	P36:UNIPAMPA	Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão
P37:UNIRIO	Projetos e Atividades de extensão	
P38:UNIVASF	Projetos de Extensão Processos seletivos de extensão	

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Figura 38 (4) - Bases de dados - Código Extensão



Fonte: dados da pesquisa extraído do Atlas.ti (2019)

O décimo primeiro código analisado foi o “Institucional”, e conforme demonstrado no quadro 29 e figura 39, esse código foi apresentado em 22 IFES, das 38 investigadas, sendo elas a P2:UFAL, P3:UFAM, P5:UFCA, P6:UFCSPA, P7:UFERSA, P8:UFES, P9:UFF, P12:UFJF, P13:UFLA, P14:UFMA, P18:UFOP, P19:UFPEL, P20:UFPI, P21:UFRB, P23:UFRJ, P24:UFRN, P25:UFRR, P26:UFSJ, P27:UFSM, P32:UNIFAL-MG, P35:UNILAB e P38:UNIVASF.

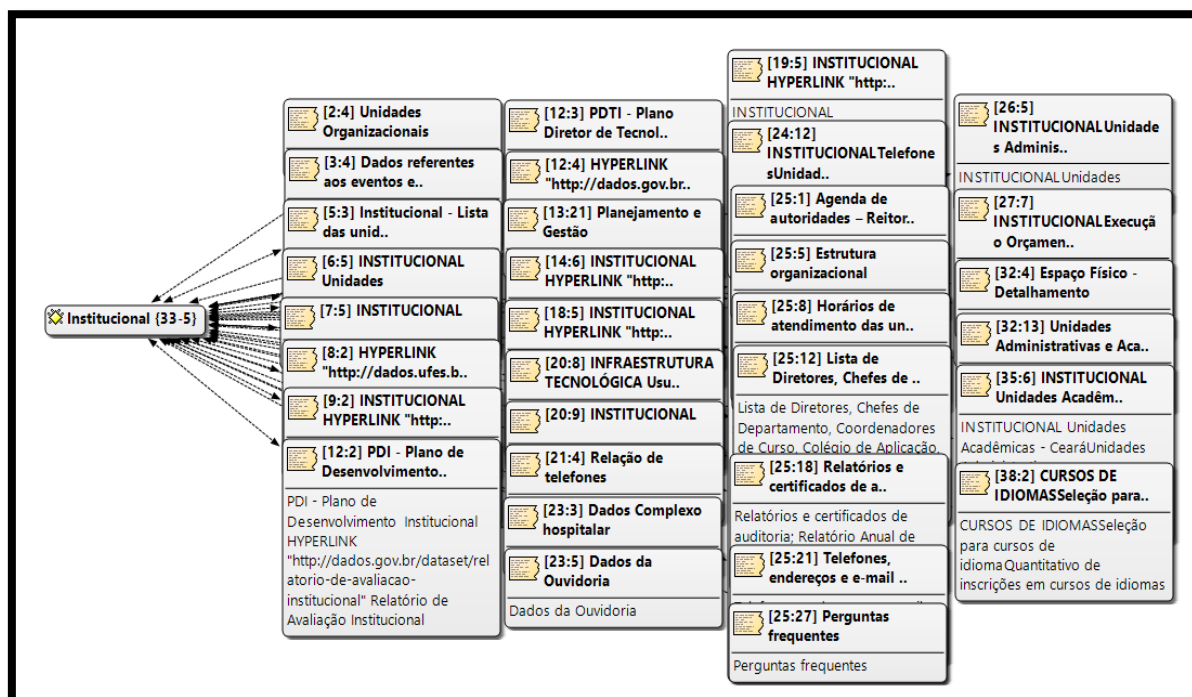
Quadro 24 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES - Institucional

CÓDIGO	IFES	TEXTO CATEGORIZADO
INSTITUCIONAL	P2:UFAL	Unidades Organizacional
	P3:UFAM	Dados referentes aos eventos e websites da UFAM
	P5:UFCA	Institucional - Lista das unidades administrativas e acadêmicas
		Institucional - Relação dos ramais telefônicos
	P6:UFCSPA	Unidades
	P7:UFERSA	Institucional
	P8:UFES	Dados Cadastrais dos Setores
	P9:UFF	Institucional - Concursos
	P12:UFJF	PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional Relatório de Avaliação Institucional PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação PDA - Plano de Dados Abertos Relatório de Gestão Relatório de Governança
	P13:UFLA	Planejamento e Gestão
	P14:UFMA	Institucional - Telefones

INSTITUCIONAL	P18:UFOP	Institucional – Serviços de Atendimento
	P19:UFPEL	Unidades Acadêmicas Polos UFPEL Plano de Desenvolvimento Institucional UFPEL Plano de Dados Abertos 2018 - 2019 Solicitações de informação via e-SIC Manifestações recebidas através do sistema e-OUV
	P20:UFPI	Infraestrutura Tecnológica Usuários Cadastrados – Internet Institucional
	P21:UFRB	Relação de Telefones
	P23:UFRJ	Dados Complexo Hospitalar Dados da Ouvidoria
	P24:UFRN	Telefones Unidades Unidades Acadêmicas Avaliação de Docência Concursos
	P25:UFRR	Agenda de autoridades – Reitor e Vice-Reitor Base jurídica da estrutura organizacional e das competências Competências das unidades que compõe a estrutura organizacional da UFRR Estrutura Organizacional Horários de atendimento das unidades administrativas e acadêmicas Lista de Diretores, Chefes de Departamento, Coordenadores de Curso, Colégio de Aplicação, EAGRO, Coordenadores de Centros de Ensino, Institutos, Núcleos Relatórios e certificados de auditoria; Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) Telefones, endereços e e-mail de contato dos ocupantes dos principais cargos Perguntas Frequentes
	P26:UFSJ	Unidades Administrativas e Acadêmicas
	P27:UFSM	Execução Orçamentária PDI - Desafios e Objetivos PDI – Indicadores Relatório de Gestão - Indicadores Primários
	P32:UNIFAL-MG	Espaço Físico – Detalhamento Unidades Administrativas e Acadêmicas
	P35:UNILAB	Unidades Acadêmicas - Ceará Unidades Administrativas – Ceará Unidades Acadêmicas - Bahia Unidades Administrativas - Bahia
	P38:UNIVASF	Cursos de Idiomas Seleção para cursos de idioma Quantitativo de inscrições em cursos de idiomas

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Figura 39 (4) - Bases de dados - Código Institucional



Fonte: dados da pesquisa extraído do Atlas.ti (2019)

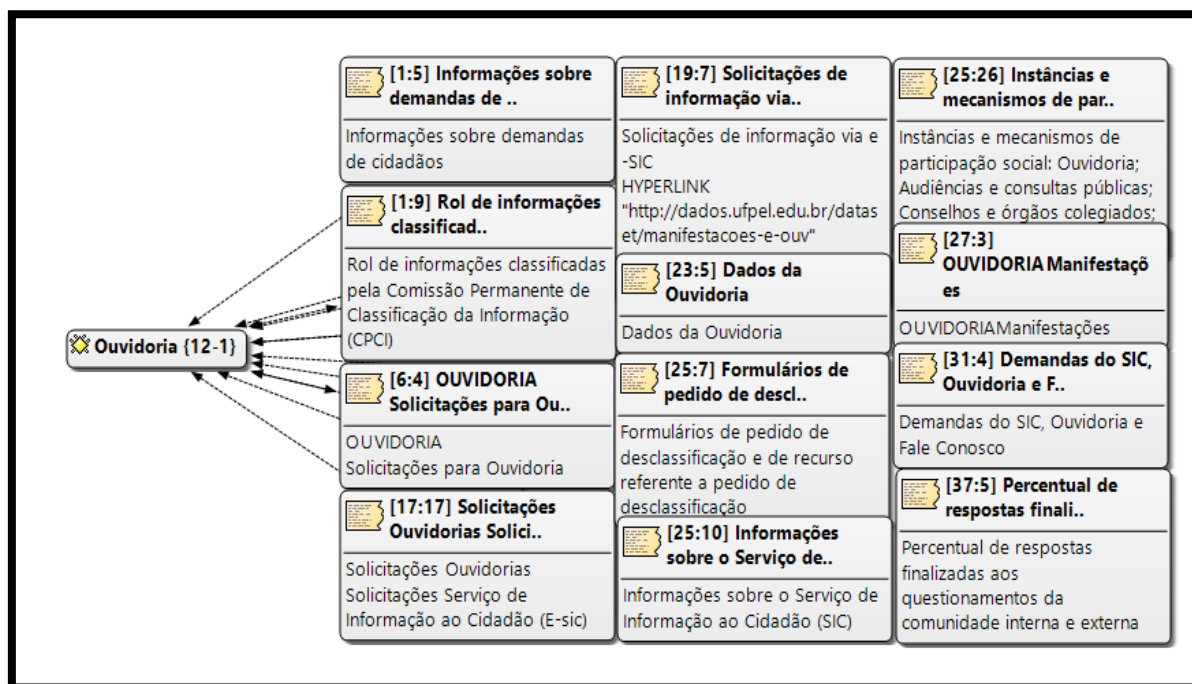
O décimo segundo código analisado foi o de “Ouvidoria”, e conforme demonstrado no quadro 30 e figura 40, esse código foi apresentado em 9 IFES, das 38 investigadas, sendo elas a P1:UFABC, P6:UFCSPA, P17:UFOB, P19:UFPEL, P23:UFRJ, P25:UFRR, P27:UFMS, P31:UNB e P37:UNIRIO.

Quadro 25 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES - Ouvidoria

CÓDIGO	IFES	TEXTO CATEGORIZADO
OUVIDORIA	P1:UFABC	Informações sobre demandas de cidadãos Rol de informações classificadas pela Comissão Permanente de Classificação da Informação (CPCI)
	P6:UFCSPA	Solicitações para Ouvidoria
	P17:UFOB	Solicitações Ouvidorias Solicitações Serviço de Informação ao Cidadão (e-Sic)
	P19:UFPEL	Solicitações de informação via e-SIC Manifestações recebidas através do sistema e-OUV
	P23:UFRJ	Dados da Ouvidoria
	P25:UFRR	Formulários de pedido de desclassificação e de recurso referente a pedido de desclassificação Informações sobre o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) Instâncias e mecanismos de participação social: Ouvidoria; Audiências e consultas públicas; Conselhos e órgãos colegiados; Conferências; outras ações
	P27:UFMS	Manifestações
	P31:UNB	Demandas do SIC, Ouvidoria e Fale Conosco
	P37:UNIRIO	Percentual de respostas finalizadas aos questionamentos da comunidade interna e externa

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Figura 40 (4) - Bases de dados - Código Ouvidoria



Fonte: dados da pesquisa extraído do Atlas.ti (2019)

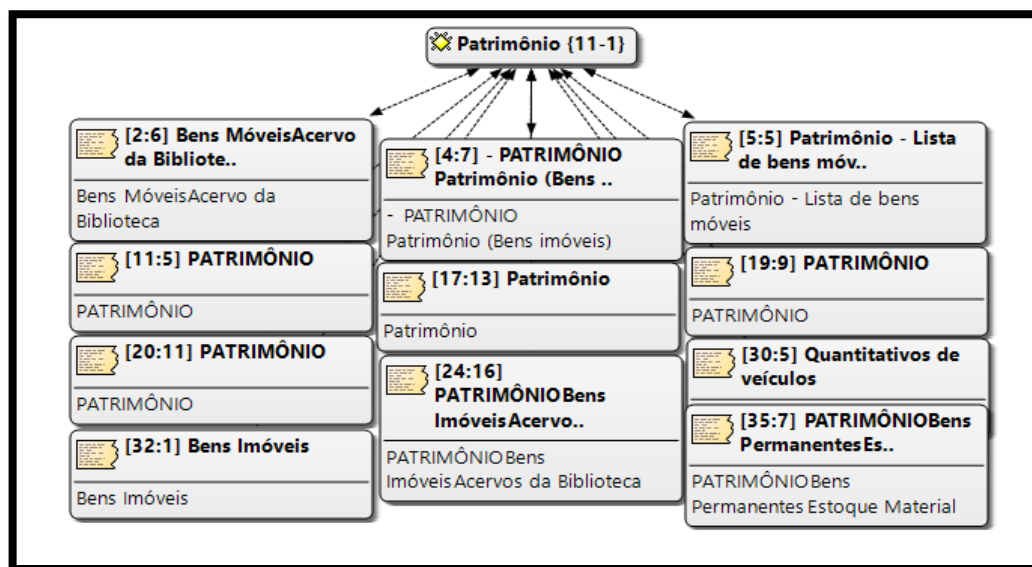
Posteriormente foi investigado o décimo terceiro código, o de “Patrimônio”, e conforme demonstrado no quadro 31 e figura 41, esse código foi apresentado em 11 IFES, das 38 investigadas, sendo elas a P2:UFAL, P4:UFC, P5:UFCA, P11:UFG, P17:UFOB, P19:UFPEL, P20:UFPI, P24:UFRN, P30:UFVJM, P32:UNIFAL-MG e P35:UNILAB.

Quadro 26 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES - Patrimônio

CÓDIGO	IFES	TEXTO CATEGORIZADO
PATRIMÔNIO	P2:UFAL	Bens Móveis Acervo da Biblioteca
	P4:UFC	Patrimônio - Bens Imóveis
	P5:UFCA	Patrimônio – Lista de bens móveis
	P11:UFG	Patrimônio
	P17:UFOB	Patrimônio
	P19:UFPEL	Patrimônio
	P20:UFPI	Patrimônio
	P24:UFRN	Patrimônio Bens Imóveis Acervos da Biblioteca
	P30:UFVJM	Quantitativos de veículos
	P32:UNIFAL-MG	Bens Imóveis
	P35:UNILAB	Patrimônio Bens Permanentes Estoque Material

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Figura 41 (4) - Bases de dados - Código Patrimônio



Fonte: dados da pesquisa extraído do Atlas.ti (2019)

O código “Pesquisa e Pós-Graduação” foi o décimo quarto código investigado, e o segundo, em relação à frequência com que aparece nas citações observadas, ficando atrás do código “Ensino”. Conforme demonstrado no quadro 32 e figura 42, esse código foi apresentado em 33 IFES, das 38 investigadas, sendo elas a P2:UFAL, P3:UFAM, P4:UFC, P5:UFCA, P6:UFCSPA, P7:UFERSA, P9:UFF, P10:UFFS, P11:UFG, P13:UFLA, P14:UFMA, P15:UFMS, P16:UFMT, P17:UFOB, P18:UFOP, P19:UFPEL, P20:UFPI, P21:UFRB, P22:UFRGS, P24:UFRN, P25:UFRR, P26:UFSJ, P27:UFSM, P29:UFV, P30:UFVJM, P31:UNB, P32:UNIFAL-MG, P33:UNIFEI, P34:UNIFESSPA, P35:UNILAB, P36:UNIPAMPA, P37:UNIRIO e P38:UNIVASF.

Quadro 27 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES – Pesquisa e Pós-Graduação

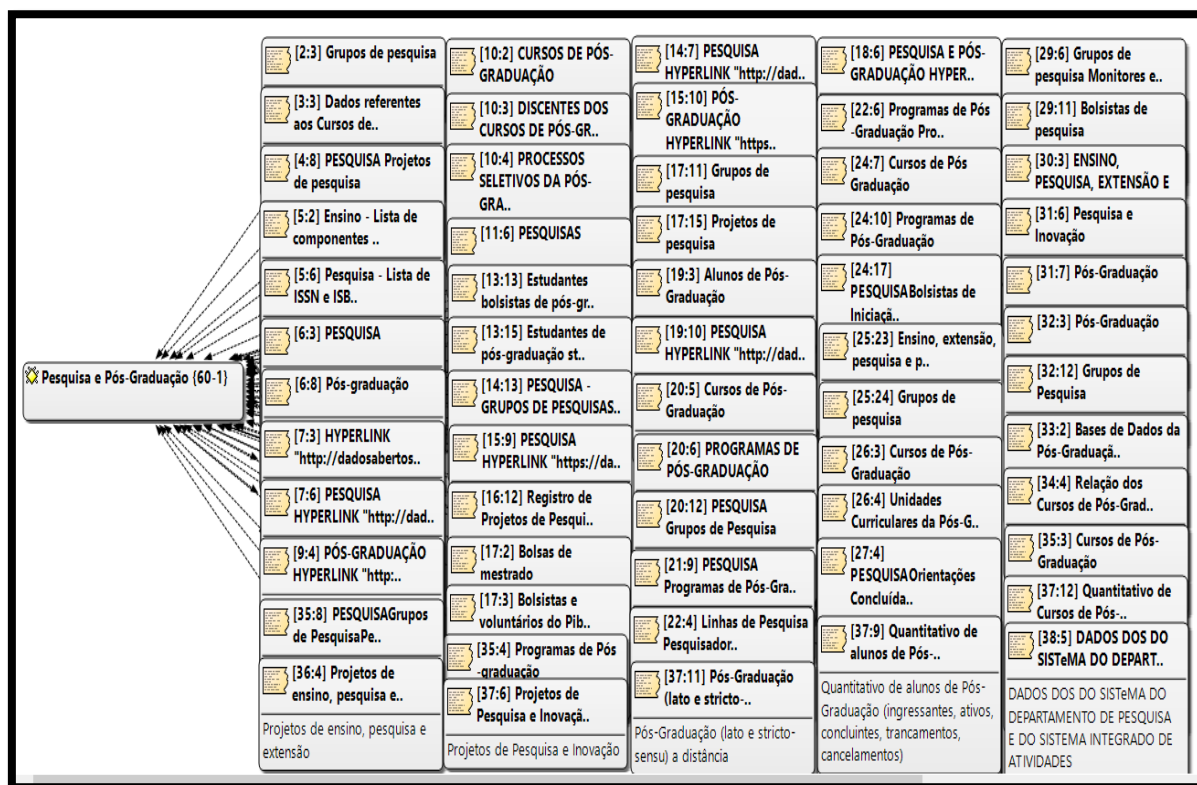
CÓDIGO	IFES	TEXTO CATEGORIZADO
PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO	P2:UFAL	Grupos de Pesquisa
	P3:UFAM	Dados referentes aos Cursos de Pós-Graduação
	P4:UFC	Projetos de pesquisa
	P5:UFCA	Ensino - Lista de componentes curriculares da pós-graduação
		Ensino - Lista de cursos de pós-graduação
		Ensino - Lista de estruturas curriculares da pós-graduação
		Ensino - Lista de matrizes curriculares da pós-graduação
		Ensino - Lista de turmas de pós-graduação
	P6:UFCSPA	Pesquisa - Lista de ISSN e ISBN
Pesquisa - Lista dos grupos de pesquisa		
Pesquisa - Lista dos projetos de pesquisa		
P7:UFERSA	Matrículas da Pós-Graduação	
P9:UFF	Cursos de Pós-Graduação	
	Projetos de Pesquisa	
P9:UFF	Cursos de Pós-Graduação	

PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO	P10:UFFS	Cursos de Pós-Graduação Discentes dos Cursos de Pós-Graduação Processos Seletivos da Pós-Graduação
	P11:UFG	Pesquisas
	P13:UFLLA	Estudantes Bolsistas de Pós-Graduação Ativos Estudantes de pós-graduação stricto sensu ativos
	P14:UFMA	Trabalhos de Conclusão de Curso Defendidos Defesas de Dissertação e Tese Programas de Pós-Graduação Pesquisa – Grupos de Pesquisas
	P15:UFMS	Projetos de Pesquisas Indicadores Sociais – Pós-graduação Stricto Sensu - Alunos - Pós-graduação Cursos - Pós-graduação Quantitativo de Alunos - Pós-graduação
	P16:UFMT	Registro de Projetos de Pesquisa
	P17:UFOB	Bolsas de mestrado Bolsistas e voluntários do Pibic Bolsistas e voluntários do PIBID Bolsistas e voluntários do PIBITI Grupos de Pesquisas Projetos de Pesquisa
	P18:UFOP	Projetos de Pesquisa Pesquisadores contemplados com auxílio financeiro da PROPP Pesquisadores Orientadores de Pós-Graduação Grupos de Pesquisa Bolsistas de Iniciação Científica Alunos de Pós-Graduação
	P19:UFPEL	Alunos de Pós-Graduação Bolsas de Mestrado e Doutorado Projetos de Pesquisa
	P20:UFPI	Cursos de Pós-Graduação Programas de Pós-Graduação Grupos de Pesquisa
	P21:UFRB	Programas de Pós-Graduação
	P22:UFRGS	Linhas de Pesquisa Pesquisadores Programas de Pós-Graduação Projetos de Pesquisa
	P24:UFRN	Cursos de Pós-Graduação Programas de Pós-Graduação Bolsistas de Iniciação Científica Grupos de pesquisa Projetos de Pesquisa Pesquisadores
	P25:UFRR	Ensino, extensão, pesquisa e pós-graduação (presencial e à distância) Grupos de Pesquisas
	P26:UFSJ	Cursos de Pós-Graduação Unidades Curriculares da Pós-Graduação
	P27:UFSM	Pesquisa Orientações Concluídas Produção Bibliográfica Projetos de Pesquisa Projetos por classificação
P29:UFV	Grupos de pesquisa Monitores e tutores Pesquisadores	

PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO		Projetos de pesquisa Bolsistas de Pesquisa
	P30:UFVJM	Ensino, Pesquisa, Extensão e Mobilidade Internacional Registro de ações de extensão Cursos de Graduação Graduação e pós-graduação - Alunos matriculados Graduação e pós-graduação - Discentes desligados Projetos de Pesquisa – PRPPG Acompanhamento financeiro das ações de extensão Convênios e cooperação técnicas firmados Cursos de Pós-graduação lato sensu Emissão de certificados - ações de extensão Matricula de discentes em unidades curriculares Matriculados por disciplina Mobilidade acadêmica incoming - alunos estrangeiros que foram recebidos em mobilidade internacional Mobilidade acadêmica outgoing - alunos da UFVJM que realizaram mobilidade internacional
	P31:UNB	Pesquisa e Inovação Pós-Graduação
	P32:UNIFAL-MG	Cursos de Pós-Graduação Grupos de Pesquisa
	P33:UNIFEI	Bases de Dados da Pós-Graduação
	P34:UNIFESSPA	Relação dos Cursos de Pós-Graduação
	P35:UNILAB	Cursos de Pós-Graduação Programas de Pós-Graduação Grupos de Pesquisa Pesquisa Projetos de Pesquisa
	P36:UNIPAMPA	Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão
	P37:UNIRIO	Projetos de Pesquisa e Inovação Quantitativo de alunos de Pós-Graduação (ingressantes, ativos, concluintes, trancamentos, cancelamentos) Quantitativo de Cursos de Graduação e Pós-Graduação (lato e stricto-sensu) a distância Quantitativo de Cursos de Pós-Graduação (lato-sensu) Quantitativo de Cursos de Pós-Graduação (stricto-sensu)
	P38:UNIVASF	Dados dos Sistemas do Departamento de Pesquisa e do Sistema Integrado de Atividades Bolsistas – FAPESB Bolsistas – AF Bolsistas – CNPQ Bolsistas - PIBIC Bolsistas – PIBIT Bolsistas – PIVIC Bolsistas - UNIVASF

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Figura 42 (4) - Bases de dados - Código Pesquisa e Pós-Graduação



Fonte: dados da pesquisa extraído do Atlas.ti (2019)

O décimo quinto código investigado foi o de “Pessoas”, e conforme demonstrado no quadro 33 e figura 43, esse código foi apresentado em 33 IFES, das 38 investigadas, ou seja, mesma quantidade de IFES em que o código “Pesquisa e Pós-Graduação”, porém com menor frequência. As IFES que mencionaram esse código são a P1:UFABC, P2:UFAL, P4:UFC, P5:UFCA, P6:UFCSPA, P7:UFERSA, P8:UFES, P9:UFF, P13:UFLA, P14:UFMA, P15:UFMS, P16:UFMT, P17:UFOB, 18:UFOP, P19:UFPEL, P20:UFPI, P21:UFRB, P22:UFRGS, P24:UFRN, P25:UFRR, P26:UFSJ, P27:UFSM, P28:UFTM, P29:UFV, P30:UFVJM, P31:UNB, P32:UNIFAL-MG, P33:UNIFEI, P34:UNIFESSPA, P35:UNILAB, P36:UNIPAMPA, P37:UNIRIO e P38:UNIVASF.

Quadro 28 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES - Pessoas

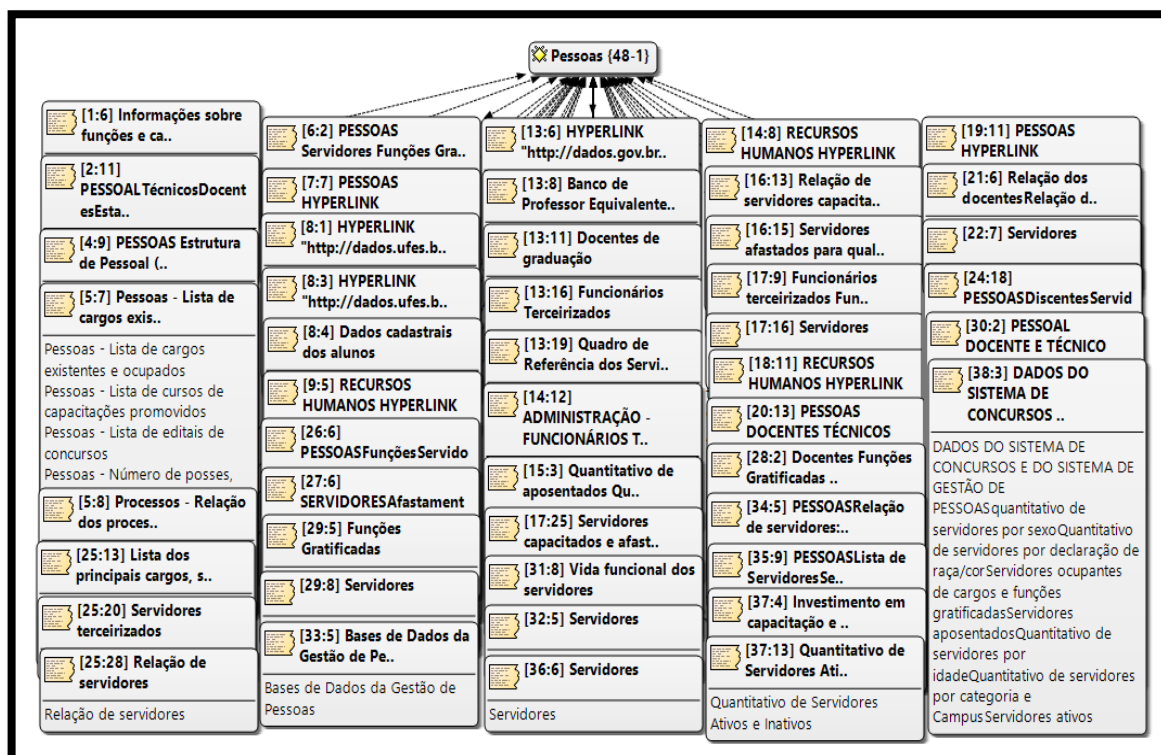
CÓDIGO	IFES	TEXTO CATEGORIZADO
PESSOAS	P1:UFABC	Informações sobre funções e cargos administrativos, comissionados ou não
	P2:UFAL	Pessoal Técnicos Docentes Estagiários Funções gratificadas
	P4:UFC	Estrutura de Pessoal (Relação dos servidores (técnico-administrativos e professores) ativos da Universidade Federal do Ceará)
	P5:UFCA	Pessoas - Lista de cargos existentes e ocupados

PESSOAS		Pessoas - Lista de cursos de capacitações promovidos Pessoas - Lista de editais de concursos Pessoas - Número de posses, cargos ou setores de estudo Pessoas - Relação de cargos em comissão e funções gratificadas Pessoas - Relação de servidores Pessoas - Relação de servidores da UFCA cedidos
	P6:UFCSA	Pessoas Servidores Funções Gratificadas
	P7:UFERSA	Quantitativo de Servidores e Pensionistas
	P8:UFES	Dados cadastrais dos docentes Dados cadastrais dos técnicos administrativos Dados cadastrais dos alunos
	P9:UFF	Recursos Humanos Técnicos-Administrativos Docentes
	P13:UFLA	Servidores da UFLA Banco de Professor Equivalente (BPEq) Docentes de Graduação Funcionários Terceirizados Quadro de Referência dos Servidores Técnico administrativos (QRSTA)
	P14:UFMA	Recursos Humanos Concursos Públicos Docentes Concursos Públicos Técnicos-Administrativos Docentes Técnicos-Administrativos Administração – Funcionários Terceirizados
	P15:UFMS	Quantitativo de aposentados Quantitativo de servidores Quantitativo de pensionistas
	P16:UFMT	Relação de servidores capacitados Relação de servidores capacitados externamente Servidores afastados para qualificação Transferência
	P17:UFOB	Funcionários terceirizados Funções gratificadas e cargos de direção Servidores Servidores capacitados e afastados para capacitação
	P18:UFOP	Recursos Humanos Terceirizados Servidores
	P19:UFPEL	RAAD (Relatórios Anuais de Atividades Docentes dos servidores da Universidade Federal de Pelotas) Servidores
	P20:UFPI	Pessoas Docentes Técnicos Administrativos Servidores Aposentados Funções Gratificadas
	P21:UFRB	Relação dos docentes Relação dos servidores técnico-administrativos
	P22:UFRGS	Servidores
	P24:UFRN	Pessoas Discentes Servidores Bolsistas de Iniciação Científica Funções Gratificadas Docentes Aposentados

PESSOAS		Ausências Solicitações de Afastamentos Progressões Bolsas de Apoio
	P25:UFRR	Lista dos principais cargos, seus respectivos ocupantes e currículos Servidores Terceirizados Relação de servidores
	P26:UFSJ	Pessoas Funções Servidores
	P27:UFMS	Servidores Afastamentos Chefias da instituição Cursos de Capacitações internas Folha de Pagamento Total de Servidores na Instituição
	P28:UFTM	Docentes Funções Gratificadas Servidores Técnico-Administrativos Terceirizados
	P29:UFV	Funções Gratificadas Servidores
	P30:UFVJM	Pessoal Docente e Técnico Administrativo Servidores - aposentado / pensionista Servidores - docentes e técnico-administrativos da ativa Servidores que ocupam cargos com função gratificada ou CD Quadro de vagas de servidores – docentes Quadro de vagas de servidores - técnico-administrativos Afastamentos – servidores
	P31:UNB	Vida Funcional dos Servidores
	P32:UNIFAL-MG	Servidores Ativos
	P33:UNIFEI	Bases de Dados da Gestão de Pessoas
	P34:UNIFESSPA	Pessoas Relação de servidores: cargos de chefia Relação de servidores: docentes Relação de servidores: técnicos administrativos Servidores da Unifesspa
	P35:UNILAB	Pessoas Lista de Servidores Servidores Docentes Servidores Técnicos Administrativos
	P36:UNIPAMPA	Servidores
	P37:UNIRIO	Investimento em capacitação e qualificação de servidores Quantitativo de Servidores Ativos e Inativos
	P38:UNIVASF	Dados do Sistema de Concursos e do Sistema de Gestão de Pessoas quantitativo de servidores por sexo Quantitativo de servidores por declaração de raça/cor Servidores ocupantes de cargos e funções gratificadas Servidores aposentados Quantitativo de servidores por idade Quantitativo de servidores por categoria e Campus Servidores ativos

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Figura 43 (4) – Bases de dados - Código Pessoas



Fonte: dados da pesquisa extraído do Atlas.ti (2019)

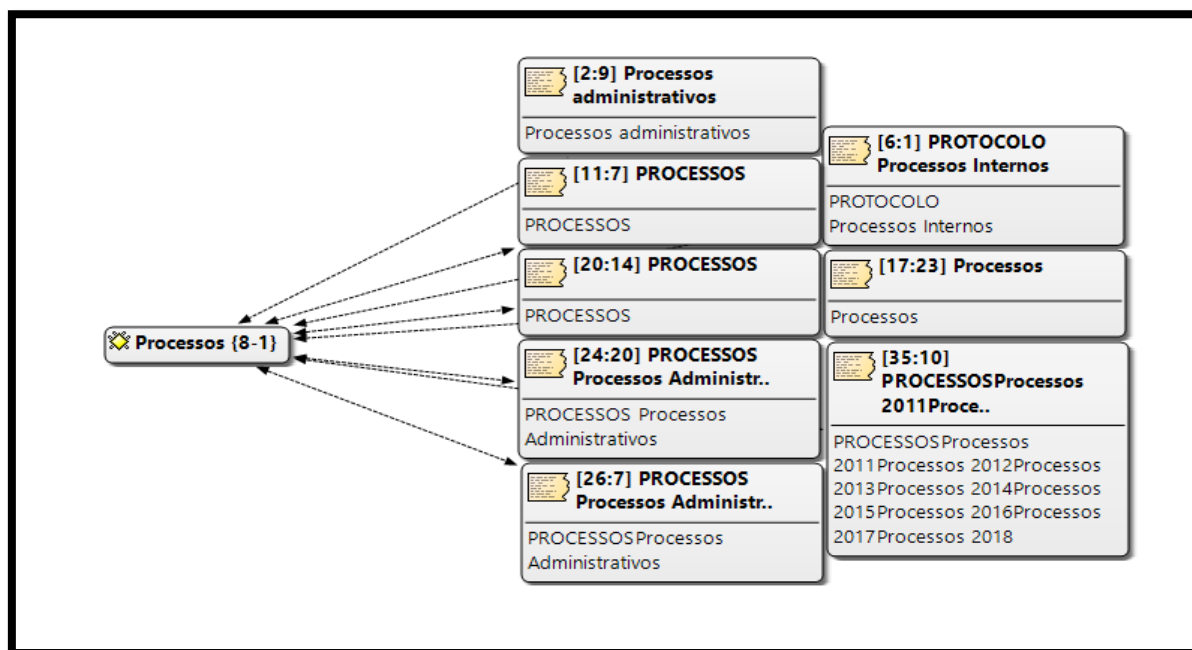
Por fim, o décimo sexto e último código investigado, o de “Processos”, conforme demonstrado no quadro 34 e figura 44, foi apresentado em 8 IFES, das 38 investigadas, sendo elas a P2:UFAL, P6:UFCSPA, P11:UFG, P17:UFOB, P20:UFPI, P24:UFRN, P26:UFSJ e P35:UNILAB.

Quadro 29 (4) - Codificação e Categorização das bases de dados das IFES - Processos

CÓDIGO	IFES	TEXTO CATEGORIZADO
PROCESSOS	P2:UFAL	Processos e Documentos Processos administrativos
	P6:UFCSPA	Protocolo Processos Internos
	P11:UFG	Processos
	P17:UFOB	Processos
	P20:UFPI	Processos
	P24:UFRN	Processos Processos Administrativos
	P26:UFSJ	Processos Processos Administrativos
	P35:UNILAB	Processos Processos 2011 Processos 2012 Processos 2013 Processos 2014 Processos 2015 Processos 2016 Processos 2017 Processos 2018

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Figura 44 (4) - Bases de dados - Código Processos



Fonte: dados da pesquisa extraído do Atlas.ti (2019)

Assim, é possível observar, diante das demonstrações dos dados priorizados pelas IFES que disponibilizaram os seus dados à sociedade civil, não haver um padrão de quais dados devem ser priorizados, ou melhor, não há, objetivamente a determinação de quais bases de dados devem ser abertas. Porém, o que determinará quais bases precisam e devem ser abertas, estará descrito nas linhas do PDA de cada IFES.

Vale ressaltar que, embora não exista uma determinação explícita de priorização dos dados institucionais que devem ser abertos, há estudos que apontam a frequência com que determinados dados aparecem nas publicações realizadas.

A utilização da AC, neste estudo, realizou-se para demonstrar como essa frequência se configurou e como podemos construir e direcionar a estruturação de uma proposta de catalogação de dados numa IFES.

Diante disso, na próxima seção será levantada uma proposição de abertura dos dados que será recomendada à UFRPE, a partir da catalogação realizada nas IFES investigadas, conforme dados explicitados e mediante análise e aprovação de pesquisadores especialistas que compõem o CTDA daquela Instituição.

Além disso, serão demonstrados os grupos, os conjuntos e as descrição de cada conjunto de dados, que foram priorizados na proposição de estruturação da catalogação dos dados que

devem ser incluídos no PDA da UFRPE e, conseqüentemente, levados à abertura à sociedade civil.

Na figura 45 constam os 16 códigos apresentados, a priori, e a densidade encontrada em cada um dos códigos. A coluna “fundamentado” se refere à quantidade de vezes que cada assunto, termos ou palavras ligava-se ao código destacado. Já a coluna “densidade” se refere a quantos outros códigos cada um deles estão interligados ou relacionados.

Figura 45 (4) – Bases de dados - Código *a priori* – Densidade

Nome	Fundamentado	Densidad	Autor	Creado
Administrativo	18	2	Super	26/04/2019 06:54:47
Assistência Estudantil	30	1	Super	26/04/2019 06:54:47
Biblioteca	7	1	Super	26/04/2019 06:54:47
Comunicados	2	0	Super	26/04/2019 06:54:47
Concursos	11	2	Super	26/04/2019 06:54:47
Contratos e Convênios	28	2	Super	26/04/2019 06:54:47
Despesas e Orçamentos	31	2	Super	26/04/2019 06:54:47
Documentos	18	0	Super	26/04/2019 06:54:47
Ensino	64	3	Super	26/04/2019 06:54:47
Extensão	32	1	Super	26/04/2019 06:54:47
Institucional	33	4	Super	26/04/2019 06:54:47
Ouvidoria	12	1	Super	26/04/2019 06:54:47
Patrimônio	11	1	Super	26/04/2019 06:54:47
Pesquisa e Pós-Graduação	60	1	Super	26/04/2019 06:54:47
Pessoas	48	1	Super	26/04/2019 06:54:47
Processos	8	0	Super	26/04/2019 06:54:47

Fonte: dados da pesquisa extraído do Atlas.ti (2019)

Observa-se que os códigos que apresentaram maior densidade não são, necessariamente, o de maior número de frequência na coluna “fundamentado”, visto que não há relação direta entre ambos os termos. Destaca-se, ainda, que os códigos “comunicados”, “documentos” e “processos” possuem densidade igual a zero, pois segundo a pesquisa, esses códigos não estão interligados a nenhum outro, mas aparecem com trechos textuais voltados aos códigos aos quais estão inseridos e categorizados, sendo a frequência de 2 citações para “comunicados”, 18 citações para “documentos” e 8 citações para “processos”.

Outrossim, destacamos que durante a pesquisa não se observou nenhuma nova categoria de bases de dados que emergiu no processo de investigação. No conjunto das IFES investigadas os códigos se repetiram, possibilitando, apenas, a inserção na AC de códigos *a priori*.

Por fim, foi sugerida a alteração da base de dados “administrativo” para “administração” pelo grupo focal aplicado nesta pesquisa. Porém, diante da frequência em que a base de dados foi apresentada na AC, o modelo de proposição segue conforme apresentado no quadro 35, sem alterações nas nomenclaturas.

4.4 PROPOSIÇÃO DE CATALOGAÇÃO DAS BASES DE DADOS PARA A ABERTURA DOS DADOS PELA UFRPE

Após a realização da AC, como uma estratégia de identificação da priorização dos dados abertos pelas IFES, além da mensuração da frequência com que cada grupo ou conjunto de dados aparece nos PDAs e, conseqüentemente, nos sítios eletrônicos dessas instituições, bem como no Portal Brasileiro de Dados abertos e Painel de Monitoramento de Dados Abertos da CGU, realizou-se a construção de uma proposta de estruturação para abertura dos dados institucionais da UFRPE, a partir da catalogação das bases de dados investigadas e demonstradas na seção anterior.

Durante a realização desta pesquisa, visualizou-se um estudo voltado à transparência ativa e que destaca a identificação de informações direcionadas à composição de um PDA por uma IFES (CAROSSI et al., 2017). Esse estudo trouxe a perspectiva de análise de 104 Instituições de Ensino Superior, incluindo Institutos e Universidades, apontando 20 categorias e associando-as a 144 temas.

Para a composição da proposta elucidada adiante, teve-se como recorte o levantamento de dados investigados em 63 IFES, conforme já fora explicitado oportunamente. Dessas IFES foram excluídas da análise aquelas que não possuíam PDA, bem como aquelas em que o PDA está em construção, tendo em vista não se ter bases sólidas de dados disponibilizados à investigação.

Sendo assim, conforme pontuados na seção 4.1.4 e no quadro 18 desta pesquisa, ratifica-se que participaram deste processo de construção de proposta de catalogação das bases de dados, para a abertura dos dados da UFRPE, os investigados em 38 IFES e que resultaram na proposição a seguir.

4.4.1 Proposta de Catalogação das bases de dados para abertura dos dados pela UFRPE

Com base no levantamento das bases de dados e na AC realizada nos sítios eletrônicos que disponibilizaram os dados institucionais de forma aberta aos cidadãos, foi possível construir a proposta de catalogação das bases de dados para priorização no PDA da UFRPE e posterior abertura, conforme demonstrado no quadro 35, a seguir.

O quadro 35 trará, de forma detalhada, cada base de dados levantada e direcionada à constituição dos grupos e conjuntos de dados, bem como as descrições desses blocos de dados, a fim de que a visualização da proposta seja facilmente identificada e entendida.

Quadro 30 (4) - Proposta de Catalogação das Bases de Dados abertos da UFRPE

GRUPOS DE DADOS	CONJUNTOS DE DADOS	ELEMENTOS VINCULADOS
ADMINISTRATIVO	Planejamento e Gestão	Informações sobre a UFRPE relacionadas à administração
	Unidades Acadêmicas e Administrativas	Lista das unidades administrativas e acadêmicas Horários de atendimento Lista de Diretores de Departamentos, Coordenadores de Curso de Graduação, Coordenadores de Programas de Pós-Graduação
	Transporte	Informações da Frota de Veículos Quantitativo de veículos
	Telefones	Relação dos ramais telefônicos
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	Auxílios	Auxílio-Alimentação Auxílio-Transporte
	Indicadores Sociais	Indicadores Sociais - Graduação Indicadores Sociais – Pós-graduação
	Residência e Restaurante Universitários	Estudantes atendidos pelo Restaurante Universitário Estudantes atendidos pela Residência Universitária
	Plano Nacional de Assistência Estudantil	Beneficiários do PNAES
BIBLIOTECA	Bibliotecas Central e Setoriais	Acervos das Bibliotecas Total de Títulos e Exemplares Total de Empréstimos por Vínculos Lista de Novas Aquisições de Exemplares
	Serviços da Biblioteca	Dados referentes aos produtos e serviços do sistema de Biblioteca
COMUNICADOS	Comunicados	Dados referentes aos Comunicados, Informes e Notícias da UFRPE
CONCURSOS	Concursos	Concursos Públicos Docentes Concursos Públicos Técnicos-Administrativos
	Processos Seletivos	Processos Seletivos - Estagiários
	Editais	Editais de Concursos e Processos Seletivos
	Seleção de Estudantes	Editais SiSU Relação Candidato/Vaga por Curso
CONTRATOS E CONVÊNIOS	Contratos	Lista de Contratos Contratos vigentes
	Convênios	Relação dos Convênios Acordos de Cooperação Nacional Acordos de Cooperação Internacional
	Licitações	Lista de Licitações Editais de Licitações
DESPESAS E ORÇAMENTOS	Orçamento	Dados sobre a Execução orçamentária
	Financeiro	Dados sobre a Execução Financeira
	Empenhos	Listagem de Empenhos da UFRPE
	Diárias e Passagens	Relatório de Despesas com diárias e passagens
DOCUMENTOS	Relatórios	Relatório de Gestão Relatório de Governança Relatórios Anuais de Atividades Docentes Relatórios e certificados de auditoria
	Resoluções	Resoluções internas
	Requisições	Requisição de material

		Requisição de serviço
	Boletins	Boletim de Serviços
	PDA	Plano de Dados Abertos
ENSINO DE GRADUAÇÃO	Ensino de Graduação	Dados dos cursos de graduação presencial Dados dos cursos de graduação a distância Quantitativo de Alunos de graduação Lista das matrizes curriculares da graduação Turmas de graduação Disciplinas de graduação Matriculados nas turmas de graduação Censo da Educação Superior Lista de aprovados no SiSu Projetos de Ensino Processos Seletivos de Graduação Lista dos Docentes da Instituição Índices de evasão, retenção e taxas de sucesso Dados dos Programas de Monitoria
EXTENSÃO	Extensão	Produtos de Extensão Projetos de Extensão Cursos de Extensão Empresas vinculadas à Extensão Bolsas de Extensão Cursos de Idiomas Processos seletivos de Extensão
INSTITUCIONAL	Unidades e Departamentos Organizacionais	Estrutura Organizacional Dados das Unidades Administrativas Dados das Unidades Acadêmicas Dados dos Departamentos Administrativos Dados dos Departamentos Acadêmicos
	Serviços	Lista de Serviços da Instituição
	Planejamento e Gestão	Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) Relatório de Avaliação Institucional Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) Plano de Dados Abertos (PDA)
OUVIDORIA	Demandas da Ouvidoria	Solicitações para Ouvidoria Solicitações de Serviços de Informação ao Cidadão (e-SIC) Rol de Informações classificadas pela Comissão Permanente de Classificação da Informação (CPCI) Manifestações recebidas através do Sistema e-OUV
PATRIMÔNIO	Patrimônio	Lista de Bens Móveis Lista de Bens Imóveis Lista de Estoque material
PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO	Pós-Graduação	Dados dos cursos de pós-graduação presencial Dados dos cursos de pós-graduação a distância Quantitativo de alunos de pós-graduação Lista das matrizes e estruturas curriculares da pós-graduação Turmas de pós-graduação Disciplinas de pós-graduação Matriculados nas turmas de pós-graduação Processos Seletivos da pós-graduação Lista dos docentes da pós-graduação

		Estudantes bolsistas de pós-graduação Orientadores de pós-graduação
	Pesquisa	Lista de ISSN e ISBN Lista dos grupos de pesquisa Lista dos projetos de pesquisa Lista dos programas de pesquisa Bolsistas de pesquisa Dados do PIBIC e PIBITI
PESSOAS	Pessoas	Lista dos Servidores Técnicos Administrativo Lista dos Servidores Docentes Lista dos Estagiários Lista de Servidores Aposentados Lista de Funcionários terceirizados Lista de Afastamentos Lista de Progressões Lista de Capacitações
	Cargos e Funções	Lista de Funções Gratificadas e Cargos de Direção Lista de Cargos Vagos e Ocupados
PROCESSOS	Processos	Processos Internos Processos Administrativos

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Conforme apontado no quadro 35, destacaram-se 16 códigos, 39 conjuntos de dados e 117 elementos vinculados aos conjuntos de dados. Essa vinculação se deu pela aproximação do conteúdo tratado na base de dados investigada.

A próxima seção tratará da fase de validação da proposta de abertura dos dados catalogados.

4.5 VALIDAÇÃO DA PROPOSIÇÃO DAS BASES DE DADOS PRIORIZADAS À ABERTURA

A fim de buscar a validação da proposição de um modelo estrutural de bases de dados, oriundas de uma investigação minuciosa no Painel de Monitoramento de Dados Abertos e do Portal Brasileiro de Dados Abertos, além dos sítios eletrônicos das IFES, e que estivesse à luz dos ditames legais da LAI, buscou-se aplicar o grupo focal.

Logo, a fim de propiciar não apenas a validade, mas a confiabilidade da proposição modelar desta pesquisa, o grupo focal atuou de maneira pontual, analisando cada base de dados investigada, ratificando a proposição apresentada no escopo desta pesquisa.

Assim, no próximo tópico serão apresentadas a proposta final, após a análise e discussão do grupo focal, bem como a validação da proposição, além dos passos que foram efetivados nessas ações.

4.5.1 Proposta e Validação

A fim de procedermos com o processo de análise das bases de dados levantadas nesta investigação, foi proposto a aplicação do grupo focal, composto por especialistas e pesquisadores na linha desta pesquisa. O grupo focal trouxe a perspectiva de análise e confiabilidade dos dados apresentados para fins de validação da proposição sob a ótica de estruturação com base legal emanada pela LAI, visando à transparência ativa organizacional.

Assim, como destacado na seção 4.3.1 e quadro 35, foram apresentados ao grupo focal as 16 bases de dados que geraram a proposição de quais dados devem ser abertos à sociedade. Os passos desenvolvidos serão descritos a seguir:

1. Grupo focal composto por 5 especialistas e pesquisadores no tema de dados abertos e transparência de dados se reuniram no dia 02/05/2019 para analisar as bases de dados investigadas e levantadas no estudo deste pesquisador;
2. As bases de dados foram classificadas como “códigos”, conforme nomenclatura recebida na efetivação da AC e, por fim, recebeu a classificação de “grupos de dados”, conforme modelo observado nos *sites* investigados;
3. Ao código “Administrativo” foi sugerida uma alteração para “administração”, mas analisada a frequência com que se apresentava o primeiro nome, permaneceu aquela classificação;
4. Os códigos “Administrativo” e “Institucional” apresentaram conjuntos de dados muito semelhantes, e o grupo focal decidiu a visualização desses dados em ambos os grupos, haja vista a aproximação de conteúdo;
5. Foram apresentados 16 códigos com 413 conjuntos de dados (quadro consta nos apêndices), porém, com muita repetição na nomenclatura desses dados. O grupo focal atuou no enxugamento dos conjuntos e trouxe à proposição, os dados conforme apresentados no quadro 35;
6. É possível notar no quadro 35 que alguns elementos vinculados aos conjuntos de dados estão repetidos, tendo em vista as conexões existentes entre as atividades das IFES. Assim, o grupo focal defendeu pela manutenção destas informações nos lugares em que aparecem;
7. O grupo focal entendeu que boa parte dos conjuntos de dados presentes nos códigos “Ensino”, “Pesquisa e Pós-Graduação” e “Extensão” tiveram uma grande frequência de apresentação nas bases de dados levantadas, tendo em vista que, por se tratar de dados produzidos por instituições de ensino, estariam assertivamente ligados ao tripé Ensino, Pesquisa e Extensão;

8. Dos conjuntos de dados apresentados, total de 413, conseguiu-se chegar ao número final de 39 e 117 elementos vinculados aos conjuntos de dados, que poderão passar para essa categoria ao longo do tempo (vide quadro 35);
9. Foi apresentado ao grupo focal a Minuta de Edital de Consulta Pública (vide anexos) que tem por objetivo o atendimento do § 2º, Art. 5º do Decreto 8.777/2016, que institui a política de dados abertos do poder executivo federal e estabelece que cada órgão ou entidade da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional implemente a referida política por meio da execução de seu Plano de Dados Abertos (PDA);
10. O grupo focal destacou a importância de o inventário das bases de dados ser disponibilizado para consulta popular, conforme proposta de minuta de edital apresentada.

Após a rodada de análise das bases de dados apresentada ao grupo focal, o CTDA da UFRPE, declarou aprovado, por unanimidade, no dia 02/05/2019 (vide anexo), o inventário de Dados Abertos da UFRPE apresentado por este pesquisador. O CTDA destacou ainda, que o referido inventário será apresentado ao Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) com vistas à aprovação.

Assim, a proposição final apresentada no quadro 35, tem o intuito de demonstrar de forma consolidada os grupos, os conjuntos e os elementos vinculados aos dados investigados, a fim de beneficiar estudos futuros, elaborados com o propósito de aplicação em IFES ou em outros órgãos que intentarem por aplicar o modelo em suas respectivas pesquisas, levando em consideração todos os passos apresentados.

Por fim, diante da praticabilidade de uma proposta de priorização das bases de dados, a fim de promulgar proativamente pelas IFES os dados internos produzidos, estaremos atendendo assertivamente aos anseios da sociedade, no que diz respeito ao conhecimento dos dados e das informações públicas, fomentando e fortalecendo a transparência ativa, e buscando a participação social, a interação e a colaboração entre o cidadão e o governo.

5 CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como propósito a construção de um modelo de estruturação e catalogação das bases de dados abertos que devem ser abertos pela UFRPE, no intuito de se fazer cumprir os ditames da LAI e contribuindo para consecução da transparência ativa na Instituição, voltando-se à participação e à interação junto aos cidadãos.

Deste modo, foi imprescindível a aplicação de técnicas de coleta e análise de dados que possibilitassem, além da investigação das bases de dados nas IFES, a estruturação de um modelo que correspondesse aos anseios da sociedade, com dados disponíveis nos sítios eletrônicos num formato aberto.

Assim, a fim de fomentar a fundamentação deste estudo, pontua-se que a pesquisa foi realizada em 5 capítulos, sendo apresentados da forma que se discorre a seguir.

No capítulo 1 foi apresentado o aspecto introdutório deste estudo, no intuito de contextualizar o que propõe o tema, até a delimitação dos pontos abordados no *corpus* da pesquisa.

O capítulo 2 construiu-se a partir de direcionamentos da fundamentação teórica, buscando solidificar o tema da pesquisa diante da literatura existente, bem como diante de todo o arcabouço teórico-normativo que convergisse na linha de pesquisa adotada. Além da base teórica adotada, a que tratou da gestão societal (PAES DE PAULA, 2005), as diversas leis, decretos e normas que tratassem da abertura dos dados institucionais à sociedade.

O capítulo 3 apresentou os processos e procedimentos metodológicos adotados, iniciando do levantamento bibliográfico, levantamento documental, procedimentos de coleta e análise dos dados. A investigação realizada em cada sítio eletrônico pesquisado trouxe o conhecimento da abordagem e da disponibilização dos dados abertos pelas 63 IFES observadas neste estudo. Destaca-se que além do levantamento bibliográfico, pesquisa documental, coleta de dados e análise de conteúdo, aplicou-se o grupo focal, a fim de ratificar e validar o modelo proposto. O estudo foi considerado qualitativo e exploratório-descritivo.

O capítulo 4 trouxe os resultados obtidos a partir das análises realizadas. Apresentou o que se propunha em cada objetivo específico, através dos dados encontrados e as respostas trazidas pelas análises.

Assim, a fim de que haja melhor entendimento dos procedimentos finais da pesquisa, serão apresentadas, adiante, a verificação do alcance dos objetivos da pesquisa, as limitações que foram encontradas, as sugestões de pesquisas futuras e as considerações finais.

5.1 VERIFICAÇÃO DOS OBJETIVOS DA PESQUISA

Conforme proposto, a pesquisa apresenta como objetivo geral a identificação, classificação e exposição das principais bases de dados abertos, no intuito de implementar as prerrogativas legais estabelecidas na LAI, o fomento da transparência ativa de dados abertos na UFRPE, tendo como recorte investigativo as Instituições Federais de Ensino Superior. Convergindo neste caminho, após essa propositura, os objetivos específicos contribuíram no alcance deste objetivo primário.

Na primeira parte foram identificadas, no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no Painel de Monitoramento de Dados Abertos da CGU, quais bases de dados foram disponibilizadas à sociedade. A investigação foi realizada com o aporte teórico da legislação existente e a bibliografia direcionada ao tema de pesquisa. Como resultado do levantamento de dados e pesquisa nos sítios eletrônicos mencionados, obtivemos as respostas presentes nos quadros 6, 7 e 8, que demonstraram, respectivamente, as organizações que disponibilizam os dados abertos, os grupos temáticos e as Instituições que tratam do tema “educação”, haja vista ter relação direta com o *locus* desta pesquisa.

Também foi identificado no Portal Brasileiro de Dados Abertos a disponibilização de 6.690 conjuntos de dados, conforme observado na figura 10, com a apresentação por instituição, grupo temático e formato dos dados disponibilizados, destacado na figura 11. No Painel de Monitoramento de Dados Abertos foram identificados que há previsão de 3.658 bases de dados, sendo que 16%, correspondendo a 602 bases, estão em atraso; 11%, correspondendo a 407 bases, estão num processo de abertura, mas não estão disponíveis; e 72 % constam já abertas, correspondendo a 2.649 bases de dados, conforme figura 12.

O Painel de Monitoramento de Dados abertos da CGU leva em consideração a existência do PDA de cada organização e os dados priorizados à abertura nesse Plano de Dados, para asseverar em que fase está cada base de dados mencionada. Assim, conforme observado na figura 13, o Painel destaca que 137 organizações possuem o PDA, 88 estão em fase de elaboração e apenas 5 não possuem o Plano de Dados Abertos, conforme aponta figura 13.

Na segunda etapa da pesquisa foi possível identificar, nas páginas das 63 IFES, as atuais ofertas de dados abertos, corroboradas com os dados constantes no Portal Brasileiro de Dados Abertos e Painel de Monitoramento de Dados Abertos da CGU. A partir dessa análise, identificou-se, na figura 15, a representação de disponibilidade do PDA das IFES. Tem-se que 35 IFES, correspondendo a 56%, possuem PDA; 23 IFES, correspondendo a 36%, estão com o PDA em construção e 5 IFES, que corresponde a 8%, não possuem o Plano de Dados.

O quadro 15 aponta a porcentagem de abertura das bases de dados das IFES, porém, somente a partir da investigação de cada IFES, nos seus portais eletrônicos, é que podemos verificar como estão apresentadas essas bases de dados. Assim, foram analisadas 38 IFES, conforme disposto no quadro 18 e observados que as bases de dados estão dispostas em grupos e conjuntos de dados abertos, vide figura 22.

Na terceira etapa da pesquisa foi realizada a segunda rodada de coleta e a análise dos dados, no intuito de estruturar e propor um modelo para a disponibilização dos dados abertos da UFRPE, conforme ordem de prioridade estabelecida no PDA dessa instituição. Conforme destacado nesta pesquisa, o Plano de Dados Abertos da UFRPE encontra-se em fase de elaboração e desenvolvimento pelo Comitê de Transparência de Dados Abertos e a proposta desta pesquisa, possivelmente, servirá para estabelecimento dessa ordem de prioridade descrita.

A partir da segunda rodada de coleta de dados realizada, o processo de AC foi possível. As 38 IFES investigadas foram codificadas, conforme quadro 18, e foram identificadas as 16 bases de dados mais frequentes nessas IFES. Foram gerados 16 códigos, *a priori*, e direcionados às bases de dados, as quais citamos: administrativo, assistência estudantil, biblioteca, comunicados, concursos, contratos e convênios, despesas e orçamentos, documentos, ensino, extensão, institucional, ouvidoria, patrimônio, pesquisa e pós-graduação, pessoas e processos. Essas bases estão destacadas na figura 26, que menciona o processo de AC realizado com suporte da ferramenta Atlas.ti.

De acordo com o que fora demonstrado na figura 28, nuvem de palavras, observou-se que as bases de dados mais frequentes e presentes nos *sites* das IFES investigadas corroboram com o princípio indissociável de uma Instituição de Ensino Superior, a saber destacam-se: ensino, pesquisa e extensão, além de assistência estudantil e pessoas, bases mais frequentes e apresentadas nas figuras 29 a 44 e nos quadros 19 a 34.

Diante da AC realizada e das respostas obtidas mediante as apresentações das bases de dados pelas IFES, foi possível construir, nesta etapa, uma estrutura e catalogação das bases de dados que as IFES, dentre elas a UFRPE, poderá utilizar na abertura dos seus dados institucionais. Conforme observado no quadro 35, a propositura desta pesquisa estruturou 16 grupos de dados, 39 conjuntos de dados e 117 elementos vinculados, que consubstanciaram a proposição, discussão e análise no grupo focal, última etapa desta pesquisa.

Por fim, buscando-se a validação dessa etapa, a partir dos dados investigados, o grupo focal debruçou-se na discussão da pertinência de cada base de dados existente nos sítios eletrônicos investigados; a ordem em que essas bases deveriam se manter na proposta; inclusão,

exclusão ou permanência dos grupos e conjuntos de dados presentes em cada código investigado; e a organização dos conjuntos de dados dentro de cada grupo de dados apresentado.

A partir da aplicação do grupo focal obtivemos a validação da proposição apresentada de forma integral. Pontua-se que o grupo focal foi de extrema importância para a consecução dos objetivos deste estudo, tendo em vista que o grupo está composto por especialistas e pesquisadores na linha desta pesquisa.

Adiante serão demonstradas algumas limitações, que foram observadas no curso de investigação desta pesquisa.

5.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Embora tenhamos aplicado diversas técnicas e procedimentos metodológicos, no intuito de trazer a ampliação da validade e confiabilidade da investigação, algumas limitações foram encontradas e que se faz necessário pontuar.

A limitação principal encontrada reside nas divergências de disponibilização das bases de dados abertos pelas IFES, nos sítios eletrônicos. Conforme demonstrado na figura 19, para a mesma instituição investigada, tivemos respostas diferentes visualizadas no Painel de Monitoramento de Dados Abertos, no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no *site* da própria IFES. Nessa figura demonstrou-se a existência do PDA no portal da UFPI, mas a inexistência do Plano de Dados no Painel de Monitoramento e no Portal Brasileiro de Dados Abertos, principais bases de investigação de disponibilização dos dados abertos. Essas divergências se repetiram em outros casos de análise.

Por se tratar de uma pesquisa em que estão presentes a abordagem qualitativa junto com a aplicação do grupo focal, em diversos momentos, inclusive no processo de aplicação da AC, incorreu-se no aspecto subjetivo, muitas vezes permitido pelo olhar do pesquisador e dos especialistas e pesquisadores do grupo focal, quando na classificação ou na alocação dos grupos e conjuntos de dados. Esse teor de subjetividade, possível dentro de uma abordagem metodológica qualitativa pode, em alguns casos, trazer divergências na construção de uma proposta ou modelo de estruturação de proposta de pesquisa.

Outro ponto, não menos importante na busca de dados para basificar a propositura desta pesquisa, reside na falta de padronização da temporalidade de alimentação dos sítios eletrônicos que disponibilizam os dados abertos. Foi possível encontrar a informação de atualização dos dados diante do PDA do MPDG (PDAMPDG, 2018-2019, on-line), mas a mesma informação não se encontra disponibilizada nos diversos PDAs pesquisados.

Há de se ressaltar como uma limitação, a falta de tempo durante a pesquisa, elemento necessário na investigação, para a aprovação de consulta pública das bases de dados de interesse interno e externo à UFRPE. Porém, destacar que na propositura modelar das bases de dados, construiu-se a minuta de consulta pública e segue disponível nos apêndices desta dissertação.

Destaca-se, por fim, que a baixa quantidade de estudos direcionados ao tema desta pesquisa, resultou, de certa forma, numa limitação de bases literárias para maior solidificação e consistência frente aos dados coletados e analisados.

5.3 SUGESTÕES DE PESQUISAS FUTURAS

No percurso de construção desta pesquisa foi possível destacar diversos pontos que poderiam ser aglutinados ao processo de estruturação do estudo e que serviriam como pontos de continuidades do estudo em tela ou construção de novos pontos de partida a partir deste. Assim, seguem algumas sugestões como propostas de futuras pesquisas:

1. Verificar nos sítios eletrônicos novas bases de dados que possam contribuir no fomento do processo de abertura dos dados institucionais, visando o cumprimento legal de acesso à informação como resposta à existência da transparência ativa;
2. Efetivar novas pesquisas inseridas, ainda, dentro de outras Instituições Federais de Ensino Superior, a fim de que haja outros parâmetros comparativos e pontos de análise, que possam corroborar ou não, com o objeto desta pesquisa, criando assim novas perspectivas de investigação sobre a temática desta pesquisa;
3. Buscar ouvir a sociedade, através de consultas públicas, sobre quais temas podem ser inseridos e priorizados nos futuros PDAs institucionais e aferir quais as melhorias de acesso à informação junto aos processos de transparência ativa oriundas dessas ações de abertura;
4. Realizar novas pesquisas que busquem e que tragam como possíveis respostas maiores convergências dos dados apresentados nos diversos sítios eletrônicos que possuem o caráter de disponibilização dos dados abertos institucionais;
5. Aplicar os processos metodológicos efetuados nesta pesquisa em instituições de natureza administrativa distinta da que foi aplicado este estudo;
6. Mensurar se há avanços, ou não, no processo de abertura dos dados institucionais, provenientes da aplicação da propositura desta pesquisa em outras IFES;
7. Fomentar estudos que possam viabilizar, aos conjuntos de dados, a periodicidade de suas atualizações.

Importante salientar que, por se tratar de sugestões de estudos futuros propostos pelo autor desta pesquisa, resida um teor pessoal e subjetivo como visão de possíveis investigações, podendo o leitor desta dissertação contribuir com outros possíveis estudos a partir da sua visão, produzindo, assim, possíveis avanços no tema proposto nesta pesquisa, a partir de diversas fontes de análise.

Além disso, devemos destacar a importância do papel do CTDA na escolha e no estabelecimento de quais dados devem ou não ser abertos à população, tendo em vista que esse comitê tem nos seus pressupostos o exercício de ações encapadas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e de outros normativos de proteção de dados e voltados à transparência ativa.

5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme investigação realizada nesta pesquisa, pode-se ratificar que os dados produzidos pela administração pública, para que sejam tornados públicos, exigem a utilização de SI e TIC que fomentem a produção de dados possíveis e passíveis de acesso à sociedade (DINIZ, 2009; BAKA, 2016), a fim de que sejam cumpridas as diretrizes estabelecidas na LAI, amplamente pontuada neste estudo.

A LAI, após a sua promulgação, incentivou maior transparência dos dados públicos, antes não conhecidos pela população em geral. Porém, as organizações, em boa parte, ainda estão tornando acessíveis partes das informações existentes nos seus bancos de dados.

Conforme observado no estudo, apenas 38 IFES têm disponibilizados os seus dados no Portal Brasileiro de Dados Abertos e Painel de Monitoramento de Dados Abertos da CGU, um pouco mais da metade das Instituições Federais de Ensino Superior, inferindo-se que as demais Instituições têm descumprido esse preceito legal do acesso à informação estabelecida na LAI.

Podemos pontuar que os *constructos* relacionados nos quadros apresentados nesta pesquisa nos levam às seguintes observações complementares: o uso de SI na administração pública permite o gerenciamento de dados históricos produzidos, sendo possível o armazenamento de dados num banco de dados controlável e disponível à criação de relatórios gerenciais que permitam a melhor decisão nos processos internos da organização e a possibilidade de acesso às informações, de modo transparente, nos Portais de Transparência Pública de Dados Governamentais.

Percebeu-se, a partir de análises nos Portais investigados nesta pesquisa, que parte dos dados ainda precisa atender a uma padronização de grupos temáticos, visto que parecem estar

soltos no meio de outros dados sem uma catalogação ou identificação de grupo temático específico. Além disso, quando analisados os Portais de cada uma das IFES, que possuem os seus dados abertos, foi possível notar a falta de um modelo ou padrão no acesso a esses dados, dificultando, de certa forma, o acesso rápido e prático por parte do usuário.

Por fim, é importante destacar que, além de fomentar um cumprimento legal, o direito à informação, a LAI, é o estabelecimento de uma política necessária à interação do cidadão na vida pública, bem como o possível ponto para uma gestão pública em que haja a interação com o cidadão (PAULA DE PAES, 2005; JACOBI, 2000) e que se relaciona diretamente às ações de políticas públicas imprescindíveis na promoção da democracia (MERGEL; DESOUZA, 2013).

Logo, faz-se necessária a continuidade das investigações frente ao tema elucidado neste estudo, visto que as ferramentas destinadas ao melhoramento dos processos de atividades internas de uma organização pública estejam em constante desenvolvimento, dado que nos impulsiona à exploração em profundidade sobre o tema, visando à otimização das atividades internas e, por consequência, à divulgação de forma ativa dos dados públicos, tornando, de fato, os dados do governo abertos à sociedade.

Importante ressaltar que as IFES poderão seguir o modelo proposto nesta pesquisa, a fim de que os pesquisadores e a sociedade civil possam usufruir dos dados aqui presentes e servindo como base para continuidade da investigação, tendo em vista que poderão analisar os conjuntos de dados de todas as Instituições Federais de Ensino Superior de forma consolidada neste estudo.

REFERÊNCIAS

ANDIFES, **Sobre a ANDIFES**. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/institucional/a-andifes/>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

AREDE, **Crie a sua Nuvem de Palavras**. Disponível em: <<http://www.arede.inf.br/crie-a-sua-nuvem-de-palavras/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BALDISSERA, A. **Pesquisa-ação**: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. *Sociedade em Debate*, Pelotas, v. 7, n. 2, p. 5-25, ago. 2001.

BATISTA, Emerson de Oliveira. **Sistema de Informação**: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. São Paulo: Saraiva, 2005.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa-Portugal: Edições 70. 1979.

BARDIN, L. (2006). **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977)

BELINSKI, R. **A Transparência Ativa sobre as aquisições públicas nos portais das Instituições Federais de Ensino Superior**. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 2017, Curitiba. Anais... Paraná: Intercom, 2017. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0034-1.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 26 abr. 2018.

_____. **Decreto nº 8638**, de 15 de janeiro de 2016. Institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, Distrito Federal, 2016a.

_____. **Decreto nº 8.777**, de 11 de maio de 2016. Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal. Brasília, Distrito Federal, 2016b.

_____. **Decreto nº 8.936**, de 19 de dezembro de 2016. Institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais e dá outras providências. Brasília, Distrito Federal, 2016c.

_____. **Decreto nº 7.724**, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Brasília, Distrito Federal, 2012b.

_____. **Decreto**, de 15 de setembro de 2011. Institui o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto e dá outras providências. Brasília, Distrito Federal, 2011a.

_____. **Instrução Normativa nº 04**, de 12 de abril de 2012. Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA. Brasília, Distrito Federal, 2012a. Disponível em: <<http://dados.gov.br/pagina/instrucao-normativa-da-inda>>. Acesso em: 02 mai. 2018

_____. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º no inciso II do § 3º do 98 art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Brasília, Distrito Federal, 2011b.

_____. **Lei nº 13.460**, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Brasília, Distrito Federal, 2017.

_____. **Plano de Dados Abertos do Ministério da Educação Triênio 2016/2018 - PDAMEC**, de 20 de junho de 2016. Atividades de implementar e promoção da abertura de dados no âmbito do Ministério da Educação. Brasília, Distrito Federal, 2016d.

_____. **Plano de Dados abertos do Ministério do Planejamento 2014/2015 – PDAMPDG**, de maio de 2014. Ações de implementação e promoção de abertura dos dados no âmbito no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Brasília, Distrito Federal, 2014. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/tema/governo-aberto/plano-de-dados-abertos-pda>> Acesso em: 13 jan. 2019.

_____. **Parceria para Governo Aberto**. Iniciativa internacional que pretende difundir e incentivar globalmente práticas governamentais relacionadas à transparência dos governos, ao acesso à informação pública e à participação social. Disponível em: <<http://governoaberto.cgu.gov.br/a-ogp/o-que-e-a-iniciativa>> Acesso em: 02 mai. 2018a.

_____. **Portal Brasileiro de Dados Abertos**. Disponível em: <<http://dados.gov.br/>>. Acesso em: 02 mai. 2018b.

_____. **Portal da Transparência**. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 02 mai. 2018c.

_____. **Portal de Acesso à Informação**. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/>>. Acesso em 02 mai. 2018d.

_____. **Sobre as Autarquias**: autarquias integram a administração pública indireta. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/04/autarquias>>. Acesso em: 02 set. 2018e.

COHEN I. J. **Teoria da estruturação e práxis social**. In: GIDDENS, A.; TURNE, J. (Org.). Teoria social hoje. São Paulo: UNESP, 1996, p. 393- 446.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **TIC Governo Eletrônico 2013**: Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no setor público brasileiro. São Paulo, 2014.

DAVIS, A.; DIESTE, O.; HICKEY, A.; JURISTO, N.; MORENO, A. M. Effectiveness of Requirements Elicitation Techniques: Empirical Results Derived from a Systematic Review.

Proceedings... Proceedings of the 14th IEEE International Requirements Engineering Conference (RE '06), Minneapolis, 2006. 176-18.

DINIZ, E. H. et al. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 1, p. 23-48, 2009.

DOIMO, A. M. A vez e a voz do popular: **movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ANPOCS, 1995.

EAVES.CA. **The Three Laws of Open Government Data**. Disponível em: <<https://eaves.ca/2009/09/30/three-law-of-open-government-data/>>. Acesso em: 02 set. 2018

ESTADÃO. **Dados abertos: três leis e oito princípios**. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/publicos/dados-abertos-tres-leis-e-oito-principios/>>. Acesso em: 02 set. 2018

EVANGELISTA, Lúcio. **Controle social versus transparência pública**: Uma questão de cidadania. Revista do Tribunal de Contas Da União (TCU), Brasília. 2010.

FLICK, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed., São Paulo: Atlas. 2008.

GLOBAL INTEGRITY. **A Working Definition of “Open Government”**. Disponível em: <<https://www.globalintegrity.org/2012/05/working-definition-opengov/>>. Acesso em: 02 set. 2018.

GOHN, M. G. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania pelos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

GONÇALVES, H. A. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Avercamp, 2005.

JAMBEIRO, Othon. **Gestão e tratamento da informação na sociedade tecnológica**. São Paulo, 1998, p. 7.

KITCHENHAM, B. A.; CHARTERS, S. Guidelines for performing Systematic Literature Reviews in Software Engineering. **Technical Report EBSE 2007-001**, 9 jul. 2007. p. 1-65.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. **Sistemas de informação gerencial: administrando a empresa digital**. Tradução Arlete Simille Marques. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

LEWINS, Ann & Silver, Christina. **Using software in qualitative research**: A step-by-step guide. London: Sage 2007.

LIMA, S. M. L. **O contrato de gestão e a conformação de modelos gerenciais** para as organizações hospitalares públicas. Rio de Janeiro, RAP, set/out. 1996.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, P. L. **Acesso à informação: Um direito fundamental e instrumental**. Acervo: Rio de Janeiro, 2011, p. 2.

MERGEL, I., & DESOUZA, K. C. **Implementing Open Innovation in the Public Sector: the case of challenge.gov**. Public Administration Review, 882-890. doi:10.1111/puar.12141.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MPDG, **Plano de Dados Abertos (PDA): sustentação**. 2014. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/tema/governo-aberto/plano-de-dados-abertos-pda#sustentacao>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

O'BRIEN, J. A. **Sistemas de informações e as decisões gerenciais na era da internet**. Tradução Célio Knipel Moreira e Cid Knipel Moreira. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

OGP. **Open Government Partnership: about OGP**. 2019. Disponível em: <<https://www.opengovpartnership.org/about/about-ogp>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

_____. **Open Government Partnership: open government declaration**. 2011. Disponível em: <<https://www.opengovpartnership.org/open-government-declaration>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

PACHECO, G.; SOUZA, I.; MATTOS, A. **Processo Decisório no Setor Público: um estudo de caso na Caixa Econômica Federal e na Universidade Federal de Santa Catarina**. Ciências Sociais Aplicadas em Revista – UNIOESTE/MCR. v.17, n° 32. 1º sem. 2017.

PAES DE PAULA, A. P. **Administração pública brasileira: entre o gerencialismo e a gestão social**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 36-45, jan.-mar., 2005.

PETERSEN, K.; FELDT, R.; MUJTABA, S.; MATTSSON, M. Systematic Mapping Studies in Software Engineering. In: 12th **International Conference on Evaluation and Assessment in Software Engineering**. sn. v. 8, p. 68-77, 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, F. A.; SANT'ANA, R. C. G. **Restrições tecnológicas e de acesso a dados disponíveis sobre destinos de repasses financeiros federais para a saúde pública em ambientes informacionais digitais**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2012. Anais. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. Disponível em: <<http://www.eventosecongressos.com.br/metodo/enancib2012/arearestrita/pdfs/19435.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2018.

SANCHEZ, C. S, MARCHIORI, P. Z. **A Participação Popular no Controle das Iniciativas de Governo Aberto**: revisão sistemática da literatura. PGPCI/UFPB. RPPI, v.2, n.2, p. 103-118, dez. 2017.

SAYÃO L.F, SALES L.F. **Dados abertos de pesquisa**: ampliando o conceito de acesso livre. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/17102/2/3.pdf>>. Acesso em: 04 abril 2019.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

TCU. **Acórdão N° 3022/2015** – TCU – Plenário. Disponível: <https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArqCatalogado=10043065&codPapelTramitavel=54170617>. Acesso em: 10 de set. 2018.

TESORO, J. L. **La Carta Iberoamericana y la confrontación entre paradigmas de gobierno electrónico**. In: XIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Buenos Aires, Argentina, 4 - 7 nov. 2008.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez. 1985.

UFRPE. **Plano de Dados Abertos da UFRPE**: Resolução nº 45/2017 – CONSU, de 03 de agosto de 2017. Ações de implementação e promoção de abertura de dados da Universidade Federal Rural de Pernambuco. UFRPE, 2017.

_____. **Cidadania Digital**. Disponível em: <<http://www.ufrpe.br/br/content/cidadania-digital>>. Acesso em: 10 de set. 2018.

_____. Pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: **disponibilização de informações e estudos institucionais**. Disponível em: <<http://www.proplan.ufrpe.br/node/135>>. Acesso em: 02 set. 2018.

W3C. **Manual dos Dados Abertos: governo**. Revisada em janeiro de 2011. Disponível em: <http://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/Manual_Dados_Abertos_WEB.pdf>. Acesso em: 02 set. 2018.

_____. **Sobre o Consórcio**. 2011. Disponível em: <<http://www.w3c.br/Sobre/>>. Acesso em: 02 set. 2018.

_____. **Sobre a Divulgação dos Dados Abertos**. 2011. Disponível em: <<http://www.w3c.br/divulgacao/pdf/dados-abertos-governamentais.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2018.

Yu, H., & Robinson, D. G. (2012). **The New Ambiguity of “Open Government”** – UCLA Law Review. UCLA Law Review, 59, 178-208.

5STARDATA. **5-star open data plan**. 2018. Disponível em: <<https://5stardata.info/en/>>. Acesso em: 01 set. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Portal Brasileiro de Dados Abertos – Dados por Organizações

	NOME DAS ORGANIZAÇÕES	CONJUNTO DE DADOS
01	Banco Central do Brasil - BCB	3103
02	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	416
03	Estado de Alagoas - AL	219
04	Ministério da Saúde - MS	139
05	Ministério da Fazenda – MF	125
06	Distrito Federal - DF	122
07	Previdência Social	112
08	Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão - MP	84
09	Secretaria de Governo – SEGOV/PR	80
10	Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP	70
11	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	58
12	Ministério da Educação - MEC	48
13	Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJ	47
14	Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	46
15	Universidade Federal de Roraima - UFRR	46
16	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	42
17	Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	39
18	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA	39
19	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	35
20	Ministério do Desenvolvimento Social - MDS	35
21	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ	33
22	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB	33
23	Ministério do Turismo - MTUR	32
24	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT	30
25	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC	28
26	Universidade Federal do Cariri - UFCA	28
27	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO	27
28	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES	26
29	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC	26
30	Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB	26
31	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA	26
32	Ministério da Cultura - MINC	25
33	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD	23
34	Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF	23
35	Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU	22

36	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	22
37	Fundação Nacional de Artes - FUNARTE	21
38	Instituto Federal de Alagoas - IFAL	21
39	Instituto Federal de São Paulo	21
40	Universidade Federal do Maranhão - UFMA	20
41	Comissão de Valores Mobiliários - CVM	19
42	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul - IFMS	19
43	Universidade Federal de Pelotas - UFPEL	19
44	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	18
45	Imprensa Nacional - IN	17
46	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP	17
47	Ministério da Defesa - MD	17
48	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFAR	16
49	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM	15
50	Instituto Federal de Goiás - IFG	15
	TOTALIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DE DADOS ABERTOS DISPONIBILIZADOS	6040

Fonte: dados da pesquisa (2018)

APÊNDICE 2 - Portal Brasileiro de Dados Abertos – Grupos Temáticos

	NOME DOS GRUPOS	CONJUNTO DE DADOS
01	Governo e Política	43
02	Saúde	27
03	Educação	19
04	Agricultura, Extrativismo e Pesca	16
05	Conjuntos de dados em destaque	16
06	Economia e Finanças	12
07	Pessoa, Família e Sociedade	12
08	Meio Ambiente	10
09	Equipamentos Públicos	08
10	Plataforma de Gestão de Indicadores	08
11	Comércio, Serviços e Turismo	06
12	Cultura, Lazer e Esporte	06
13	Defesa e Segurança	06
14	Plano Plurianual	06
15	Trabalho	06
16	Transportes e Trânsito	05
17	Indústria	04
18	Geografia	03
19	Ciência, Informação e Comunicação	02
20	Fornecedores do Governo Federal	01
21	Habitação, Saneamento e Urbanismo	01
	TOTALIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DE DADOS ABERTOS DISPONIBILIZADOS	217

Fonte: dados da pesquisa (2018)

APÊNDICE 3 - Portal Brasileiro de Dados Abertos - Educação – Por Organizações

DADOS ABERTOS DISPONIBILIZADOS NO PORTAL DADOS.GOV.BR ÁREA DE EDUCAÇÃO POR ORGANIZAÇÕES		
	NOME DAS ORGANIZAÇÕES	CONJUNTO DE DADOS
01	Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP	70
02	Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN	58
03	Ministério da Educação – MEC	48
04	Universidade Federal de Roraima – UFRR	46
05	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB	33
06	Universidade Federal do Cariri – UFCA	28
07	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO	27
08	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES	26
09	Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB	26
10	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA	26
11	Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF	23
12	Instituto Federal de Alagoas – IFAL	21
13	Instituto Federal de São Paulo	21
14	Universidade Federal do Maranhão – UFMA	20
15	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul - IFMS	19
16	Universidade Federal de Pelotas – UFPEL	19
17	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	18
18	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP	17
19	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFAR	16
20	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM	15
21	Instituto Federal de Goiás – IFG	15
	TOTALIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DE DADOS ABERTOS DISPONIBILIZADOS EM EDUCAÇÃO	592

Fonte: dados da pesquisa (2018)

APÊNDICE 4 – Minuta de Edital de Consulta Pública

MINUTA DE EDITAL DE CONSULTA PÚBLICA 01/2019, DE 25 DE ABRIL DE 2019

Divulga o inventário dos conjuntos de dados abertos da instituição que dispõe sobre informações acadêmicas e administrativas.

1. A consulta pública objetiva atender aos requisitos do Decreto 8.777/2016, que institui a política de dados abertos do poder executivo federal, quando em seu Art. 5º, § 2º, estabelece que cada órgão ou entidade da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional implemente a referida política por meio da execução de seu Plano de Dados Abertos (PDA).
2. A Universidade Federal Rural de Pernambuco, por meio do Comitê de Transparência e Dados Abertos (CTDA), submete à consulta pública o inventário de suas bases de dados que dispõe sobre informações acadêmicas e administrativas.
3. Como a UFRPE e o CTDA entendem que existe Transparência Ativa quando há participação do cidadão na definição de quais as bases de dados devem disponibilizadas no PDA, e em qual ordem de prioridade, é necessário promover a consulta pública, conforme disposto neste edital.
4. O inventário das bases de dados está disponível no endereço eletrônico da Universidade Federal Rural de Pernambuco, <http://www.acessoainformacao.ufrpe.br/br/dados-abertos>
5. Os interessados poderão participar da consulta definindo a prioridade para abertura dos grupos de dados que fazem parte do inventário e ainda não foram disponibilizadas em formato aberto que julgarem mais relevantes, no período entre XX e XX de junho de 2019, no formulário disponível no endereço <https://goo.gl/forms/xxxxxxxxxxxxxxxx>
6. O resultado da consulta contribuirá para a atualização do PDA da UFRPE, disponibilizado no endereço <https://ufrpe.br/xxxxxxxxxxxxxxxx>.

Maria José de Sena - Reitora

Marcelo Brito Carneiro Leão - Presidente do CTI

José Rodrigues Lemos - Presidente do CTDA


ANEXO 1 – Declaração de Validação de Inventário dos Dados Abertos da UFRPE

**Universidade Federal Rural de Pernambuco
Comitê de Transparência e Dados Abertos - CTDA****DECLARAÇÃO**

Declaramos para os devidos fins que o inventário de Dados abertos da UFRPE foi apresentado pelo mestrando Wagner Soares de Arruda, CPF 042.865.844-02, discutido e aprovado, por unanimidade, pelo Comitê de Transparência e Dados (CTDA) da UFRPE. O referido inventário será posteriormente apresentado ao Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) com vistas a aprovação.

Aprovado em 02/05/2019,


José Rodrigues Lemos - Presidente do CTDA


Denize Siqueira S. de Azevedo - Membro do CTDA


Roberta Macêdo Marques Gouveia - Membro do CTDA


Maria Flávia Almeida da Fonseca - Membro do CTDA


Felipe Eduardo Barbosa de Oliveira - Membro do CTDA